

Luana Frigulha Guisso
Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

DIÁLOGOS

20

INTERDISCIPLINARES

Teoria e prática em
educação, ciência
e tecnologia

DIÁLOGO
EDITORIAL

Luana Frigulha Guisso e
Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

DIÁLOGOS

INTERDISCIPLINARES 20:

Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia

1ª edição

São Mateus

Diálogo Comunicação e Marketing

2025

Diálogos interdisciplinares 20: Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia © 2025, Luana Frigulha Guisso e Ivana Esteves Passos de Oliveira (org.)

Curso

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Instituição

Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

Projeto gráfico e editoração

Diálogo Comunicação e Marketing

Capa e diagramação

Ilvan Filho

1ª edição

DOI: 10.2xxxx339

Conselho Editorial

Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes

Dra. Luana Frigulha Guisso

Dra. Ivana Esteves Passos de Oliveira

Dra. Sônia Maria da Costa Barreto

Dra. Tatiana Gianordoli

Dra. Juliana Martins Cassani

Sumário

EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO ESCOLAR:DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO FUNDAMENTAL II	07
Camila de Oliveira Cavalcante e José Roberto Gonçalves de Abreu	
GAMIFICAÇÃO E INOVAÇÃO NO ENSINO DE LIBRAS: PRÁTICAS INCLUSIVAS PARA ESTUDANTES SURDOS	18
Gerliane Ferreira Santanna Rocha e André Luís Lima Nogueira	
EVOLUÇÃO DO FEMINICÍDIO NO ESPÍRITO SANTO ENTRE OS ANOS 2020 E 2024 ..	28
Gerliane Ferreira Santanna Rocha, Kelva Ferreira da Rocha Cirilo e José Roberto Gonçalves de Abreu	
TURISMO E EDUCAÇÃO: VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO MATEUS/ES	44
Josimar Matos Pinheiro e José Roberto Gonçalves de Abreu	
SABERES QUILOMBOLAS E PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO: A NARRATIVA ORAL COMO FUNDAMENTO PARA UMA PRÁTICA DECOLONIAL	56
Leigiane Fidelix Guilherme da Silva e Luciana Teles Moura Pirola	
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM CIÊNCIAS E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NO 8º ANO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	64
Lucas Silva Rocha e Katia Teixeira Gonçalves	
CADEIA ALIMENTAR E SEUS COMPONENTES: UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA ATIVA PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA PARA ALUNOS DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	75
Luciano Campista Salles e Vivian Miranda Lago	

O SABER PEDAGÓGICO NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TDAH NO ENSINO FUNDAMENTAL I EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM/ES	105
--	-----

Priscila Batista Alves Leal e Mariluza Sartori Deorce

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A CONTRIBUIÇÃO PARA APRENDIZAGEM DE UMA CRIANÇA AUTISTA: UM ESTUDO DE CASO EM CMEI JAQUEIRA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES	116
--	-----

Rosilene Pereira da Silva e Luana Frigulha Guisso

A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: ESTUDO DE CASO EM DUAS UNIDADES DO ESPÍRITO SANTO	133
--	-----

Vera Lucia Carvalho Nogueira e Luana Frigulha Guissoa

EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO FUNDAMENTAL II

PHYSICAL EDUCATION AND SCHOOL INCLUSION:
CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN ELEMENTARY EDUCATION II

DOI: 10.xxx9.1-1

Camila de Oliveira Cavalcante¹
José Roberto Gonçalves de Abreu²

1 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

2 Professor Orientador do curso de Mestrado Profissional em Ciencia Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

O presente artigo analisa as percepções, desafios e possibilidades vivenciadas por professores de Educação Física no contexto da educação inclusiva. A pesquisa foi realizada em uma escola pública de tempo integral com docentes do Ensino Fundamental II, investigando como práticas pedagógicas são adaptadas para assegurar a participação de alunos com necessidades educacionais especiais. Adotou-se uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando questionários semiestruturados como instrumento de coleta de dados. Os resultados evidenciam que os professores reconhecem a importância da inclusão e aplicam estratégias pedagógicas criativas, apesar das limitações estruturais, de recursos e da formação insuficiente. Conclui-se que a Educação Física, quando planejada e mediada adequadamente, constitui um espaço potencialmente inclusivo, capaz de promover respeito à diversidade, cooperação e desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-chave: Educação Física; Inclusão Escolar; Práticas Pedagógicas; Formação Docente.

ABSTRACT

This article analyzes the perceptions, challenges, and opportunities experienced by Physical Education teachers in the context of inclusive education. The research was conducted in a full-time public school with elementary school teachers, investigating how pedagogical practices are adapted to ensure the participation of students with special educational needs. A qualitative and exploratory approach was adopted, using semi-structured questionnaires as a data collection instrument. The results demonstrate that teachers recognize the importance of inclusion and apply creative pedagogical strategies, despite structural limitations, resource constraints, and insufficient training. It is concluded that Physical Education, when properly planned and mediated, constitutes a potentially inclusive space, capable of promoting respect for diversity, cooperation, and the integral development of students.

Keywords: Physical Education; School Inclusion; Pedagogical Practices; Teacher Training.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Física, por meio de atividades e jogos, favorece a interação entre todos os estudantes e cria oportunidades para que indivíduos com deficiência demonstrem suas capacidades e avancem em conjunto com os demais. Essa prática requer um ambiente acessível que assegure igualdade de oportunidades, promova a inclusão social e valorize as diferenças, estimulando o desenvolvimento de habilidades motoras e socioemocionais (Fortuna, 2003; Vygotsky, 2007). Nessa perspectiva, o papel do professor é essencial, pois cabe a ele planejar as aulas considerando as necessidades específicas de cada grupo, adaptando metodologias e estratégias que garantam a participação de todos.

O movimento de inclusão escolar desencadeou importantes discussões sobre a qualidade do ensino oferecido e sobre o papel da escola na promoção do desenvolvimento integral dos alunos, independentemente de suas condições. Para Mantoan (2015), a inclusão implica uma transformação profunda das práticas pedagógicas, exigindo que o professor adote uma postura mediadora e reflexiva, capaz de reconhecer as diferenças como parte constitutiva do processo educativo. Assim, a escola precisa estar preparada para acolher todos os estudantes, respeitando suas individualidades e estimulando o desenvolvimento de suas competências (Mendes, 2006).

Ao valorizar a diversidade, a escola cumpre não apenas seu papel educacional, mas também social e cultural, assumindo o compromisso com uma formação humana mais ampla e democrática (Bonfat, 2022). Apesar dos desafios enfrentados — como a falta de formação continuada e de recursos adequados —, é fundamental que a escola se consolide como um espaço em que as diferenças enriqueçam o trabalho pedagógico e em que os limites e potencialidades de cada aluno sejam respeitados e valorizados.

Diante dessa realidade, este estudo busca compreender as percepções e experiências de professores de Educação Física do Ensino Fundamental II no processo de inclusão de alunos com deficiência. O problema de pesquisa que orienta o estudo é: quais são os desafios e possibilidades vivenciados pelos professores de Educação Física na efetivação da inclusão de alunos com deficiência nas aulas do Ensino Fundamental II?

Como objetivo geral, propõe-se investigar os desafios e possibilidades enfrentados pelos professores de Educação Física na promoção da inclusão escolar. De forma específica, busca-se:

- analisar a visão dos docentes sobre a inclusão;
- identificar os principais obstáculos enfrentados;
- examinar o estado da arte sobre o tema;
- propor estratégias pedagógicas que contribuam para a efetivação da inclusão nas aulas de Educação Física.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com a participação de professores de Educação Física que atuam em uma escola pública de tempo integral do município de Barra de São Francisco – ES, com turmas do 6º ao 9º ano. O instrumento de coleta de dados foi um questionário semiestruturado composto por dez perguntas, elaborado para investigar as percepções e práticas docentes em relação à inclusão de alunos da Educação Especial nas aulas de Educação Física.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão escolar é um tema complexo que envolve diversos fatores, como gestão administrativa, equipe escolar, comunidade e infraestrutura física. Uma gestão administrativa favorável à inclusão compreende que todos os alunos têm direitos iguais, independentemente de suas características, e trabalha para garantir a igualdade de oportunidades na sala de aula regular. No entanto, muitas escolas ainda não estão preparadas para essa realidade, o que destaca a necessidade de os educadores serem agentes ativos de transformação social, comprometidos com a promoção da inclusão.

Mantoan (2001) enfatiza que a abordagem da inclusão na educação não deve se restringir à aplicação de métodos de ensino específicos para diferentes deficiências, mas sim à implementação de recursos, ferramentas e tecnologias que possam eliminar ou reduzir as barreiras nos processos de ensino e aprendizagem. Em sua obra recente, “Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?” (2015), Mantoan expande essa visão ao discutir a necessidade de um compromisso institucional e político com a inclusão. A autora argumenta que a inclusão deve ser compreendida não apenas como um conjunto de práticas pedagógicas, mas como uma mudança estrutural que envolve a adaptação da infraestrutura escolar, a formação contínua dos profissionais e a implementação de políticas públicas eficazes.

Mantoan (2001) também discute a importância da formação contínua dos professores para enfrentar os desafios da inclusão. Ela propõe que a formação dos educadores deve ser alinhada com as necessidades práticas da sala de aula e com as diretrizes das políticas públicas, a fim de assegurar que todos os alunos, independentemente de suas características, recebam uma educação de qualidade. Além disso, defende que a inclusão deve ser compreendida como um compromisso com a dignidade e o respeito a todas as pessoas, e que a criação de ambientes educativos acessíveis é fundamental para a promoção da participação plena e equitativa de todos os alunos.

Esses trabalhos sublinham que a inclusão escolar não é apenas uma questão de adaptação pedagógica, mas sim um esforço coletivo que demanda mudanças profundas nas práticas administrativas, na formação dos profissionais e na implementação de políticas públicas eficazes para garantir um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o currículo da escola desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão. Para desenvolver um PPP inclusivo, é essencial realizar um diagnóstico da clientela escolar, identificando suas necessidades de aprendizagem, recursos disponíveis e perfil dos alunos. O currículo deve ser flexível o suficiente para atender às diversas necessidades dos alunos, garantindo que as práticas pedagógicas sejam revisadas e adaptadas conforme necessário.

Uma escola inclusiva reconhece e atende às necessidades diversas de todos os alunos, adaptando-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Isso requer uma variedade de apoios e serviços dentro da escola para garantir um ensino de qualidade para todos, por meio de currículos adequados e colaboração com a comunidade.

Segundo Mantoan (2001), a inclusão harmoniza-se com uma educação voltada para todos e com um ensino que considera as necessidades individuais do aluno; entretanto, a implementação dessa abordagem inovadora enfrenta um desafio maior relacionado ao fator humano. Nesse contexto, os recursos físicos e materiais passam a ter importância secundária frente à necessidade de desenvolver novas atitudes, formas de interação e mudanças nos relacionamentos pessoais e sociais, bem como na condução dos processos de ensino e aprendizagem.

A ação educativa, quando alinhada com os princípios da cidadania e voltada para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva, deve primordialmente fomentar a convivência com a diversidade. Essa diversidade não se restringe apenas às diferenças culturais e costumes, mas abarca também as habilidades e peculiaridades individuais de cada sujeito.

Diante desse panorama, torna-se evidente que a inclusão vai além de simples políticas voltadas para a formação e integração da educação especial no ensino regular. Ela engloba um conjunto de estratégias que visam alcançar a igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise qualitativa dos dados obtidos a partir dos questionários aplicados aos professores de Educação Física revelou percepções diversas sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas. A primeira questão avaliou a eficácia das adaptações e recursos disponíveis. O primeiro participante atribuiu nota 2, considerando-os insuficientes, enquanto o segundo avaliou como regular, com nota 3. Esses resultados indicam a necessidade de melhorias nos recursos e suporte institucional, corroborando Lima e Lamonier (2022), que destacam a importância de condições adequadas, como materiais, espaços e formação continuada, para viabilizar práticas inclusivas.

A segunda questão abordou os recursos mais necessários. Ambos os professores destacaram material esportivo adaptado e espaços físicos acessíveis, enquanto o segundo incluiu também a assistência de um profissional de apoio. Essa percepção reflete a importância de recursos físicos e humanos para a inclusão, alinhando-se a Greguol, Malagodi e Carraro (2018), que apontam que o suporte recebido é determinante para a eficácia das práticas inclusivas.

A terceira questão identificou os principais obstáculos à inclusão. Ambos mencionaram a falta de formação adequada e limitações de recursos materiais ou financeiros, enquanto o segundo destacou ainda a necessidade de espaços adaptados. Esses achados corroboram Santos e Capelini (2021), que evidenciam insuficiências na infraestrutura e nos recursos pedagógicos, apontando a necessidade de investimentos estruturais para promover a inclusão efetiva.

Na quarta questão, sobre o impacto da inclusão nas dinâmicas das aulas, um participante destacou a diversidade de experiências e aprendizado, enquanto o outro ressaltou os desafios de organização e planejamento. Essa dualidade reflete a complexidade da inclusão, alinhando-se às observações de Greguol, Malagodi e Carraro (2018), que indicam benefícios percebidos, mas também desafios estruturais e administrativos.

A quinta questão investigou estratégias eficazes para promover a participação ativa dos alunos. Ambos destacaram a adaptação do conteúdo e o trabalho em equipe, enquanto um enfatizou o incentivo à autoestima e o outro, a definição de regras claras. Esses dados corroboram Lima e Lamonier (2022), que defendem ajustes pedagógicos que respeitem as condições de desenvolvimento dos alunos sem reduzir o conteúdo.

A sexta questão abordou os benefícios da inclusão para todos os alunos. Ambos os participantes reconheceram que as práticas inclusivas promovem empatia, colaboração e valorização da diversidade, reforçando a importância da inclusão para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e de uma cultura escolar acolhedora, conforme Greguol, Malagodi e Carraro (2018).

A sétima questão avaliou o nível de formação dos professores para lidar com a inclusão. Ambos se consideraram com preparo básico, evidenciando insegurança e insuficiência formativa, em concordância com Alves e Santos (2023), que ressaltam a importância da formação inicial e continuada para garantir a efetividade da inclusão escolar.

A oitava questão tratou do suporte necessário para promover a inclusão. O primeiro professor destacou materiais e equipamentos adaptados, enquanto o segundo enfatizou capacitação em educação inclusiva e adaptações curriculares, corroborando Ribas (2023), que aponta a necessidade de recursos e formação para a prática pedagógica efetiva.

A nona questão abordou estratégias de sensibilização dos alunos sem necessidades especiais. Um participante indicou atividades práticas de interação, e o outro, projetos colaborati-

vos que promovam empatia, destacando a importância de experiências que favoreçam compreensão e respeito à diversidade.

Por fim, a décima questão investigou a percepção sobre o papel da escola e da comunidade na criação de uma cultura inclusiva. Ambos enfatizaram a responsabilidade coletiva na promoção de um ambiente inclusivo, reforçando que a inclusão depende de ações conjuntas envolvendo toda a comunidade escolar.

A comparação entre as respostas dos participantes revela semelhanças e distinções nas estratégias percebidas como mais eficazes para sensibilizar os alunos sobre a inclusão. O primeiro participante enfatiza a importância das atividades práticas, valorizando a interação direta entre alunos com e sem necessidades especiais como uma forma de promover compreensão e aceitação mútua. Sua visão se baseia na aprendizagem experiencial, destacando que vivências concretas podem fortalecer o respeito e a colaboração entre os alunos.

Por outro lado, o segundo participante enfatiza o envolvimento em projetos colaborativos como estratégia principal, destacando que essas atividades promovem empatia e compreensão mútua. Sua abordagem ressalta a importância de ações estruturadas e planejadas para criar um ambiente escolar mais inclusivo. Embora ambas as respostas reconheçam a interação como fundamental, o primeiro participante destaca a espontaneidade da experiência, enquanto o segundo enfatiza a necessidade de propostas organizadas e intencionais.

Em relação ao papel da escola e da comunidade na construção de uma cultura inclusiva, as respostas são bastante semelhantes. Ambos os participantes concordam que a inclusão deve ser um esforço coletivo, envolvendo toda a comunidade escolar, e não apenas os professores. Essa visão reforça a importância da participação ativa de todos os membros da escola na promoção de um ambiente acolhedor e diversificado.

Mendes (2021, p. 14) enfatiza que o papel da escola é fundamental no processo de inclusão do aluno especial. A autora defende que:

O papel da escola é encontrar alternativa para responder às NEE dos alunos, encontrando meios para tal e tendo como objetivo promover à igualdade de direitos e de oportunidades. Para que este objetivo seja atingido, o professor tem que trabalhar eficazmente, adaptando o ensino e a escola no sentido de permitir que estes alunos adquiram as competências pretendidas, enfrentando as dificuldades que estejam ao alcance das suas capacidades.

Portanto, ao considerar as ideias de Mendes (2021), fica claro que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais exige uma ação coordenada entre professores, escola e comunidade. A adaptação do ensino e das condições escolares deve ser feita de forma estratégica, buscando garantir que cada aluno tenha a oportunidade de desenvolver suas habilidades

e competências, de acordo com suas capacidades. Para que isso aconteça de maneira eficaz, é necessário um compromisso coletivo com a justiça educacional, reconhecendo as especificidades de cada aluno e oferecendo o suporte necessário para que todos possam alcançar seu pleno potencial.

A análise das respostas do primeiro participante revela um panorama desafiador, mas com potencial de transformação. A visão de que os recursos e adaptações atuais são insuficientes, combinada com a identificação de obstáculos significativos, como a falta de formação e limitações financeiras, destaca a necessidade urgente de investimento em capacitação e infraestrutura nas escolas. Contudo, a valorização da diversidade de experiências e a crença na empatia como resultado da inclusão são pontos positivos que podem ser alavancados para fomentar um ambiente mais inclusivo e colaborativo. É crucial que a formação continuada dos educadores e a disponibilização de recursos adequados sejam priorizadas para que a inclusão na Educação Física se torne uma realidade efetiva, beneficiando todos os alunos.

A análise das respostas do segundo participante revela um panorama que, embora apresente algumas similaridades com as percepções do primeiro, também traz nuances importantes. A avaliação regular da eficácia das adaptações e a identificação de desafios adicionais na organização das atividades destacam as complexidades envolvidas na inclusão. Contudo, a valorização da empatia e o reconhecimento da necessidade de capacitação contínua são aspectos positivos que indicam um desejo de melhoria. Assim como no primeiro caso, o comprometimento com práticas inclusivas deve ser fortalecido por meio de formação adequada e suporte institucional, visando criar um ambiente educacional mais inclusivo e eficaz para todos os alunos.

A análise das respostas dos dois participantes do questionário revela tanto aproximações quanto distanciamentos em suas percepções sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física.

Em relação à avaliação da eficácia das adaptações e recursos disponíveis para a inclusão, ambos os participantes reconhecem que a eficácia é limitada. O primeiro participante avaliou essa eficácia como insuficiente (nota 2), enquanto o segundo deu uma avaliação regular (nota 3). Essa semelhança indica uma avaliação comum de que há espaço para melhorias significativas nas práticas inclusivas.

Além disso, ambos identificaram a necessidade de materiais esportivos adaptados e espaços físicos acessíveis como recursos essenciais para facilitar a participação dos alunos com necessidades especiais. Essa concordância demonstra uma compreensão comum das condições necessárias para promover a inclusão. No que diz respeito aos obstáculos enfrentados, tanto o primeiro quanto o segundo participante mencionaram a falta de formação adequada

em inclusão e limitações de recursos materiais ou financeiros como principais barreiras. Isso destaca um consenso sobre as dificuldades que dificultam a implementação eficaz de práticas inclusivas nas aulas.

Outro ponto de convergência é o reconhecimento de que a inclusão pode promover empatia e compreensão entre os alunos, fundamental para a criação de um ambiente escolar positivo e acolhedor. Além disso, ambos participantes avaliaram seu próprio nível de formação como básico, revelando uma visão semelhante sobre a necessidade de desenvolvimento profissional para melhor lidar com a inclusão.

Por outro lado, há distanciamentos nas percepções dos participantes. O primeiro vê a inclusão como uma forma de trazer maior diversidade de experiências e aprendizado para todos os alunos, enquanto o segundo expressa preocupações sobre os desafios adicionais na organização e planejamento das atividades. Essa divergência sugere que o primeiro participante tem uma visão mais otimista sobre os benefícios da inclusão, enquanto o segundo foca nas dificuldades que ela pode trazer.

Em relação às estratégias para garantir a participação ativa dos alunos com necessidades especiais, ambos concordam sobre a importância da adaptação do conteúdo e do trabalho em equipe, mas o segundo participante também destaca o estabelecimento de regras claras e expectativas realistas como uma estratégia importante. Isso sugere que ele pode estar mais consciente da necessidade de estrutura e organização nas aulas do que o primeiro.

Quanto ao suporte ou recursos adicionais necessários, o primeiro participante acredita que o acesso a materiais e equipamentos adaptados seria útil, enquanto o segundo enfatiza a capacitação em educação inclusiva e adaptações curriculares. Essa diferença indica que, embora ambos reconheçam a necessidade de recursos, suas prioridades sobre como melhorar a inclusão podem variar.

Na questão da sensibilização dos alunos sem necessidades especiais, o primeiro participante destacou que atividades práticas são eficazes, enquanto o segundo mencionou o envolvimento em projetos ou atividades como uma abordagem. Isso reflete uma diferença nas estratégias que cada um considera mais relevantes para sensibilizar os alunos sem necessidades especiais.

Por fim, ambos concordam que a escola e a comunidade escolar têm um papel importante, mas o segundo participante enfatiza a inclusão de todos os membros da comunidade na criação de um ambiente inclusivo. Essa ênfase sugere uma visão mais ampla sobre a responsabilidade compartilhada na promoção da inclusão.

Em suma, a análise das respostas dos dois participantes revela um cenário complexo de percepções sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física. Embora compartilhem preocupações sobre a eficácia das adaptações, a formação inadequada

e os recursos limitados, suas visões sobre o impacto da inclusão e as estratégias para promovê-la divergem em alguns aspectos. Essas diferenças podem ser valiosas para entender como as experiências individuais e as percepções sobre a inclusão podem variar entre os educadores, ressaltando a necessidade de formação e suporte continuado para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas de maneira eficaz.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física representa um desafio significativo, mas também uma oportunidade valiosa para a construção de um ambiente escolar mais justo e acolhedor. A prática inclusiva vai além da simples adaptação de atividades físicas, exigindo uma mudança de perspectiva que valorize a diversidade e promova o desenvolvimento de todos os estudantes. No entanto, a realidade atual demonstra que ainda existem barreiras que dificultam essa implementação de forma efetiva, sendo a falta de formação adequada dos professores e a limitação de recursos materiais e estruturais alguns dos principais obstáculos a serem superados.

A capacitação docente surge como um dos aspectos mais relevantes para que a inclusão aconteça de maneira significativa. Muitos professores relatam sentir-se inseguros ou despreparados para atender às necessidades específicas de alunos com deficiência, o que evidencia a importância de uma formação continuada que contemple tanto aspectos teóricos quanto estratégias práticas para a adaptação das aulas. Além disso, o suporte institucional é essencial para que os educadores tenham acesso a materiais pedagógicos, tecnologias assistivas e um ambiente propício para o desenvolvimento de práticas inclusivas.

Outro ponto fundamental para a efetivação da inclusão na Educação Física é a adaptação dos espaços físicos e dos equipamentos utilizados nas aulas. Muitas escolas ainda não possuem infraestrutura acessível, o que limita a participação dos alunos com deficiência e compromete o princípio da equidade no ensino. A disponibilização de materiais esportivos adaptados e a adequação dos ambientes são medidas que podem ampliar as possibilidades de participação e garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

Além dos desafios estruturais e pedagógicos, a inclusão também requer um esforço coletivo para promover a sensibilização de toda a comunidade escolar. A conscientização dos alunos sem deficiência sobre a importância da inclusão pode contribuir para a criação de um ambiente mais empático e colaborativo, no qual as diferenças sejam vistas como oportunidades de aprendizado e crescimento. Estratégias como atividades práticas, projetos interdisciplinares e dinâmicas de grupo podem fortalecer o sentimento de pertencimento e incentivar a interação entre todos os estudantes.

Apesar dos desafios, a inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física tem um impacto extremamente positivo no desenvolvimento social, emocional e motor dos estudantes. A valorização da diversidade enriquece o ambiente escolar, favorecendo a construção de relações mais respeitadas e solidárias. Para que esse processo seja bem-sucedido, é essencial que gestores, professores, alunos e familiares trabalhem juntos na busca por soluções que tornem a Educação Física um espaço verdadeiramente inclusivo.

Dessa forma, a implementação de práticas inclusivas deve ser um compromisso contínuo, que envolva capacitação, adaptação estrutural e mudança de mentalidade. Ao investir na formação docente, na melhoria dos recursos disponíveis e na promoção de um ambiente escolar mais acolhedor, torna-se possível transformar a Educação Física em uma disciplina acessível e enriquecedora para todos. O caminho para a inclusão exige esforço e dedicação, mas os benefícios resultantes desse processo fazem com que cada avanço seja um passo significativo rumo a uma educação mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALVES, Amanda Barbara Oliveira; SANTOS, Larissa Nascimento dos. A importância da formação continuada dos professores no atendimento a crianças autistas. **Revista FT**, Volume 27, Edição 129, dez/2023. Disponível em: <<https://revistaft.com.br/a-importancia-da-formacao-continuada-dos-professores-no-atendimento-a-criancas-autistas/>>. Acesso em 14 fev. 2025.

BONFAT, Daniela Lima. **Formação inicial de professores de Educação Física na perspectiva inclusiva: uma análise comparativa sobre Brasil e Portugal**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2022. 136 f.

FORTUNA, T. R. Jogo em aula: recurso permite repensar as relações de ensino-aprendizagem. **Revista do Professor**, Porto Alegre, V. 19, nº 75: 15-19, jul./set. 2003.

GREGUOL, M.; MALAGODI, B. M.; CARRARO, A.. Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 1, p. 33–44, jan. 2018.

LIMA, Daísa Milaine Rezende. LAMONIER, Elisângela Leles. **A importância da adaptação de atividades no ambiente escolar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Instituto Federal Goiano. Iporá: 2022. Disponível em <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/3193/1/tcc_%20Daísa%20Lima.pdf>. Acesso em 14 fev. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Pensando e Fazendo Educação de Qualidade**. São Paulo: Moderna, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MENDES, Cleoneide Vieira de Souza. **A inclusão do aluno com paralisia Cerebral: O papel da escola, desafios e construções.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Escola Superior de Educação João de Deus. Lisboa. 2021. 194 f. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/37446/1/Cleoneide%20Mendes_DISSERTA%c3%87%c3%83O.pdf>. Acesso em 14 fev. 2025

MENDES, E. G.. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387–405, set. 2006.

RIBAS, Márcia Helena da Rocha. Recursos na Educação Especial: Promovendo a Inclusão e Diversidade. **ALTUS CIÊNCIA**, v. 20, n. 20, p. 343-356, 2023.

SANTOS, C. E. M. Dos.; CAPELLINI, V. L. M. F.. Inclusão escolar e infraestrutura física de escolas de Ensino Fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p. e07167, 2021.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GAMIFICAÇÃO E INOVAÇÃO NO ENSINO DE LIBRAS: PRÁTICAS INCLUSIVAS PARA ESTUDANTES SURDOS

GAMIFICATION AND INNOVATION IN LIBRAS TEACHING:
INCLUSION PRACTICES FOR DEAF STUDENTS

DOI: 10.xxx9.1-1

Gerliane Ferreira Santanna Rocha¹
André Luís Lima Nogueira²

1 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

2 Professor Orientador do curso de Mestrado Profissional em Ciencia Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

A inclusão educacional de estudantes surdos no ensino regular requer práticas pedagógicas inovadoras que promovam o acesso à comunicação, à linguagem e à cultura surda. Nesse contexto, a gamificação surge como uma estratégia que potencializa o processo de ensino e aprendizagem, tornando-o mais dinâmico, participativo e acessível. O presente artigo tem como objetivo analisar o uso de uma ferramenta de gamificação no ensino de Libras, mediada por uma professora bilíngue e uma intérprete, direcionada a um estudante surdo de 14 anos, não alfabetizado em Libras, no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Trata-se de um estudo qualitativo, fundamentado em observações, registros e entrevistas realizadas durante a aplicação da prática pedagógica. Os resultados indicam que a gamificação contribuiu para o desenvolvimento comunicativo e cognitivo do estudante, fortalecendo o vínculo entre o ensino de Libras e a cultura surda. Conclui-se que a inovação pedagógica mediada por jogos digitais pode favorecer a inclusão e o protagonismo dos estudantes surdos, desde que acompanhada por práticas intencionais, planejamento adequado e mediação docente qualificada.

Palavras-chave: Gamificação. Libras. Educação Inclusiva. Surdez. Inovação Pedagógica.

ABSTRACT

The educational inclusion of deaf students in regular schools requires innovative pedagogical practices that promote access to communication, language, and deaf culture. In this context, gamification emerges as a strategy that enhances the teaching and learning process, making it more dynamic, participatory, and accessible. This article aims to analyze the use of a gamification tool in the teaching of Brazilian Sign Language (Libras), mediated by a bilingual teacher and an interpreter, directed at a 14-year-old deaf Roma student, not literate in Libras, within the context of Specialized Educational Assistance (AEE). It is a qualitative study, grounded in observations, records, and interviews conducted during the implementation of the pedagogical practice. The results indicate that gamification contributed to the student's communicative and cognitive development, strengthening the link between Libras teaching and deaf culture. It is concluded that pedagogical innovation mediated by digital games can foster inclusion and protagonism among deaf students, provided that it is supported by intentional practices, proper planning, and qualified teacher mediation.

Keywords: Gamification. Libras. Inclusive Education. Deafness. Pedagogical Innovation.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos principais desafios da contemporaneidade, especialmente quando se trata do atendimento a estudantes surdos em contextos escolares que ainda não estão plenamente preparados para acolher a diversidade linguística e cultural. A Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida pela Lei nº 10.436/2002, é elemento essencial para a comunicação, o desenvolvimento cognitivo e a construção da identidade surda. No entanto, seu ensino ainda enfrenta barreiras metodológicas e estruturais que dificultam o processo de aprendizagem e de inserção social dos sujeitos surdos.

Nesse cenário, a gamificação se apresenta como uma estratégia pedagógica que utiliza elementos dos jogos digitais, como desafios, recompensas, níveis e feedbacks, para promover o engajamento e a motivação dos estudantes. Quando aplicada ao ensino de Libras, essa metodologia possibilita a criação de ambientes lúdicos e interativos que valorizam o protagonismo do aluno e o aprendizado significativo. Conforme apontam Lira e Gonçalves Filho (2023), o uso de tecnologias e jogos digitais em contextos inclusivos favorece a autonomia, a comunicação e o desenvolvimento de competências linguísticas e sociais.

O presente estudo teve como foco um aluno surdo de 14 anos, não alfabetizado em Libras, atendido no AEE por uma professora bilíngue e acompanhado por uma intérprete. A escolha desse caso possibilitou compreender de forma mais aprofundada os desafios e as potencialidades do uso da gamificação no processo de alfabetização visual e comunicacional. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa que busca analisar como a utilização de uma ferramenta gamificada pode contribuir para o ensino de Libras e para a inclusão de estudantes surdos em contextos escolares multiculturais.

De acordo com o Instituto Rodrigo Mendes (2023), práticas pedagógicas inovadoras, quando aliadas a recursos tecnológicos, podem promover a equidade e a acessibilidade, desde que fundamentadas em princípios de respeito à diferença e de mediação intencional. Assim, este artigo propõe refletir sobre a interface entre inovação, gamificação e ensino de Libras, apresentando uma experiência prática desenvolvida em uma escola pública que atende à diversidade cultural e linguística de seus estudantes.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação contemporânea busca, cada vez mais, estratégias pedagógicas que promovam o aprendizado ativo, a inclusão social e o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse contexto, a aprendizagem ativa e a inovação não se configuram apenas como abordagens metodológicas, mas como elementos centrais para a construção de competências cognitivas, sociais e comunicacionais (Lubachewski; Cerutti, 2020). A utilização de metodologias que envolvam o

aluno de maneira participativa permite a consolidação de conhecimentos de forma significativa, favorecendo a autonomia e o protagonismo educacional.

No que se refere à educação de surdos, a Língua Brasileira de Sinais desempenha papel fundamental na promoção da acessibilidade linguística e da inclusão social. Conforme Lira e Gonçalves Filho (2023), a Libras é um instrumento essencial para que o aluno surdo se expresse, compreenda o ambiente escolar e se integre ao contexto comunitário. A legislação brasileira, especialmente a Lei nº 10.436/2002, assegura o direito à comunicação em Libras, reforçando a necessidade de estratégias pedagógicas que possibilitem seu aprendizado de forma eficiente e inclusiva (Brasil, Ministério da Educação, 2022).

Além da função comunicativa, a Libras é uma língua rica e complexa, com expressões próprias e variações regionais, constituindo um patrimônio cultural significativo para o Brasil. Nunes e Lima (2021) destacam que o domínio da Libras contribui não apenas para a inclusão do estudante surdo, mas também para o reconhecimento da diversidade linguística e cultural da sociedade. Dessa forma, práticas pedagógicas inovadoras devem valorizar a língua de sinais, integrando seus elementos às atividades curriculares e promovendo o aprendizado ativo.

A inclusão de intérpretes de Libras nas escolas é apontada como um fator decisivo para o sucesso educacional de estudantes surdos. Santos (2020) enfatiza que o intérprete atua não apenas na tradução do conteúdo, mas como mediador pedagógico, garantindo que o aluno tenha acesso equitativo às informações e participe ativamente das atividades escolares. No entanto, Lacerda (2003, p. 8) alerta que a definição imprecisa do papel do professor regente e do intérprete educacional contribui para conflitos e baixo desempenho, evidenciando a necessidade de integração entre os profissionais para assegurar a efetividade da educação inclusiva.

O uso de tecnologias educacionais e ferramentas de gamificação constitui uma abordagem inovadora para potencializar o ensino de Libras. Plataformas digitais gamificadas, como Wordwall, aplicativos educativos e jogos online, permitem que os alunos aprendam de forma lúdica, interativa e personalizada, promovendo engajamento, motivação e feedback imediato (Araújo et al., 2024; Oliveira et al., 2023). A personalização das atividades é especialmente relevante no contexto de estudantes surdos, considerando as diferentes necessidades de aprendizado e níveis de proficiência em Libras.

A gamificação não se limita à motivação do aluno, mas também promove a inclusão social e educacional, favorecendo a interação entre pares e o fortalecimento da comunicação em Libras (Aichinger, 2021). Ao integrar elementos de jogos digitais e atividades lúdicas ao currículo, os educadores podem criar ambientes de aprendizagem mais inclusivos, acessíveis e estimulantes, potencializando o desenvolvimento cognitivo, linguístico e socioemocional dos estudantes surdos.

Assim, a fundamentação teórica desta pesquisa articula três dimensões centrais: a) a importância da Libras como instrumento de comunicação e inclusão, b) o papel do intérprete educacional na mediação pedagógica, e c) o potencial da gamificação como estratégia inovadora para engajamento, motivação e aprendizagem ativa. Essa integração reflete a necessidade de práticas pedagógicas que promovam não apenas o ensino de conteúdos, mas também a formação de cidadãos críticos, autônomos e socialmente inseridos.

3. METODOLOGIA

A pesquisa realizada caracterizou-se como qualitativa, de natureza aplicada, com enfoque bibliográfico e estudo de caso, conforme preconizado por Lakatos e Marconi (2021). Adotou-se a abordagem exploratória e interpretativa, com ênfase na análise detalhada do impacto da gamificação no ensino de Libras para um aluno surdo, de 14 anos, matriculado no 7.º ano do Ensino Fundamental, em processo inicial de alfabetização em Libras em uma escola da rede pública no município de Ecoporanga, no estado do Espírito Santo.

O objeto de estudo foi delimitado de forma precisa, centrando-se no uso de ferramentas gamificadas no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), mediadas por uma professora bilíngue e uma intérprete de Libras. Essa escolha possibilitou analisar as potencialidades e desafios da gamificação aplicada a um aluno surdo em situação de defasagem escolar, considerando as especificidades culturais e linguísticas do estudante.

A produção de dados, ocorreu na sala de AEE e sala de aula de uma escola da rede pública no município de Ecoporanga, no estado do Espírito Santo e foram utilizados os seguintes instrumentos: Observação direta: registro detalhado das atividades realizadas com o aluno, destacando respostas, comportamentos, interação com colegas e engajamento nas tarefas gamificadas. Questionários online: aplicados a 19 profissionais que mantêm contato diário com o aluno, incluindo 15 professores regentes, três professores de AEE, um pedagogo e o diretor da escola, e mais 10 professores que não estão ligados diretamente ao aluno em questão, disponibilizados por meio da plataforma Google Forms.

Os questionários visaram compreender a percepção dos docentes quanto à eficácia da gamificação e à integração de jogos digitais e físicos adaptados no ensino de Libras. Aplicação de atividades gamificadas: desenvolvimento e implementação de jogos digitais, plataforma Wordwall, e jogos físicos adaptados, considerando conteúdos interdisciplinares do Ensino Fundamental II, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Arte. Antes da aplicação das atividades, foram obtidas as autorizações formais junto à direção escolar, ao órgão responsável pela instituição e aos responsáveis legais do aluno, garantindo o cumprimento das normas éticas e a proteção dos participantes. Em consonância com a ética em pesquisa,

todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, conforme preconizado pelas diretrizes do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2012).

A professora bilíngue do AEE e a intérprete de Libras desempenharam papéis complementares: a intérprete atuou como mediadora direta do aluno surdo durante as atividades, enquanto a professora bilíngue teve participação passiva, observando, aplicando os questionários e registrando os dados necessários à análise. Esse arranjo permitiu uma abordagem integrada, garantindo a mediação pedagógica adequada e o acompanhamento da aprendizagem do aluno.

O desenvolvimento das atividades contemplou a adaptação de recursos digitais e analógicos, assegurando compatibilidade com o ensino de Libras e acessibilidade ao estudante surdo. Os jogos digitais incluíram quizzes, questionários de múltipla escolha, roletas de revisão, caça-palavras, classificação de imagens e associação de termos e sinais. Já os jogos físicos foram planejados para estimular a associação entre sinais, palavras e imagens, reforçando vocabulário, raciocínio lógico e compreensão de conteúdos interdisciplinares.

A análise dos dados seguiu os princípios da pesquisa qualitativa, com interpretação descritiva e comparativa entre os ambientes do AEE e da sala regular. Observações, registros de atividades e respostas aos questionários foram sistematizados, permitindo identificar padrões de engajamento, motivação, aprendizagem e socialização do aluno surdo. Essa triangulação de dados possibilitou a construção de conclusões robustas e fundamentadas acerca do impacto da gamificação no ensino de Libras e na inclusão escolar.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

A aplicação das atividades gamificadas demonstrou resultados significativos no engajamento, aprendizagem e socialização do aluno surdo. A disposição tranquila do ambiente, associada ao uso de recursos visuais e materiais adaptados, criou condições favoráveis ao aprendizado, respeitando as necessidades específicas do estudante. A presença da intérprete de Libras mostrou-se essencial, possibilitando mediação linguística e facilitando a compreensão dos conteúdos propostos (Lacerda, 2003; Santos, 2020). Nesse contexto, o aluno apresentou motivação notável, participando ativamente das atividades e demonstrando interesse constante pelas propostas pedagógicas.

O papel da intérprete educacional se evidenciou como central para a mediação, garantindo acesso equitativo ao conhecimento e permitindo que o aluno acompanhasse plenamente o desenvolvimento das atividades. Este aspecto confirma a relevância da acessibilidade linguística como fator determinante para a aprendizagem significativa, corroborando a perspectiva de Cantuária (2022) sobre o ensino de Libras como condição para a efetivação do direito à educação inclusiva.

No ambiente da sala regular, a interação com colegas ampliou as oportunidades de aprendizagem colaborativa e socialização, favorecendo vínculos afetivos, desenvolvimento de habilidades comunicativas e cognitivas. A cooperação emergiu como elemento essencial para o progresso educacional do estudante, alinhando-se aos achados de Paiva (2024), que destaca a articulação entre práticas colaborativas em sala regular e atendimentos especializados como estratégia eficaz de inclusão.

As atividades foram organizadas de forma interdisciplinar, integrando conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Arte. Em Língua Portuguesa, priorizou-se o desenvolvimento do vocabulário, construção de frases, exploração de sinônimos e antônimos e o trabalho criativo com rimas, fortalecendo a competência linguística. Em Matemática, enfatizaram-se operações básicas, reconhecimento de sequências numéricas e desenvolvimento do raciocínio lógico. As Ciências abordaram temas como corpo humano, ciclo da água, fenômenos naturais e alimentação saudável, promovendo reflexão sobre o cotidiano. História e Geografia exploraram símbolos nacionais, reconhecimento de estados brasileiros e noções de tempo histórico, fomentando a identidade cultural. As atividades de Arte trabalharam interpretação de imagens, expressão corporal e elaboração de narrativas visuais, estimulando criatividade e sensibilidade estética.

No AEE, os jogos adaptados, como Dominó de Palavras e Imagens, Bingo Temático, Sequência Lógica com Cartas, Jogo de Montar Palavras e História Interativa, promoveram associação entre sinais, palavras e imagens, fortalecendo vocabulário, raciocínio lógico e compreensão textual (Ferreira; Jesus; Silva, 2024; Oliveira et al., 2023; Campelo et al., 2023). Na sala regular, atividades como Quiz Interativo em Equipe, Caça ao Tesouro Educativo, Roda da Sorte e Jogo da Memória em Dupla favoreceram interação social, cooperação, aplicação prática dos conhecimentos e reforço da autoestima do aluno.

O uso da plataforma digital Wordwall apresentou-se como recurso inovador, dinamizando as atividades e estimulando participação e interesse. Jogos como Roleta, Questionário de Múltipla Escolha, Caça-palavras, Classificação de Imagens, Associação e Sequência proporcionaram experiências diversificadas, reforçando aprendizagem interdisciplinar e engajamento do aluno (Nunes; Lima, 2021; Pinto et al., 2022).

A análise comparativa entre AEE e sala regular evidenciou que ambos os ambientes são complementares no processo educativo. O AEE ofereceu atendimento individualizado, favorecendo concentração, desenvolvimento cognitivo e consolidação do léxico em Libras e português. A sala regular proporcionou vivência social, comunicação espontânea em Libras, interação com pares e fortalecimento da autoestima. Os resultados indicam que a integração de atenção personalizada e experiências inclusivas constitui a estratégia mais eficaz para favorecer o desenvolvimento integral do estudante, contemplando di-

mensões cognitivas, comunicativas e socioemocionais (Cantuária, 2022; Lakatos; Marconi, 2021; Dombroski; Alves, 2022).

Em síntese, a gamificação, aliada à mediação pedagógica qualificada e ao uso de recursos digitais e físicos adaptados, mostrou-se ferramenta indispensável para práticas educacionais inclusivas e inovadoras, promovendo aprendizagem significativa, engajamento e desenvolvimento integral do aluno surdo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a integração de gamificação ao ensino de Libras constitui uma estratégia pedagógica inovadora, capaz de promover maior engajamento, motivação e memorização dos sinais, atendendo à necessidade de tornar o aprendizado mais dinâmico, acessível e significativo. A utilização de ferramentas gamificadas demonstrou eficácia no estímulo à prática contínua da língua, contribuindo para a formação de professores mais preparados para atender às demandas da educação inclusiva.

Em relação à questão central que orientou o estudo, “Como a utilização de ferramentas de gamificação pode influenciar a eficácia do ensino de Libras no processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos?”, os resultados indicaram que a gamificação pode, de fato, impactar positivamente a aprendizagem, proporcionando feedback imediato, promovendo autonomia, incentivando a interação entre pares e fortalecendo a participação do aluno surdo em diferentes contextos educacionais.

No entanto, a eficácia das ferramentas gamificadas está condicionada a fatores institucionais, como formação docente, infraestrutura tecnológica e apoio institucional. A ausência desses elementos limita o potencial inovador da gamificação, reduzindo seus efeitos sobre a aprendizagem e a inclusão.

A experiência prática demonstrou que o ambiente do AEE, com atendimento individualizado, favoreceu o desenvolvimento cognitivo, linguístico e a autoconfiança do aluno, enquanto a sala regular possibilitou socialização, cooperação e aplicação prática do conhecimento em Libras. A articulação entre esses espaços revelou-se fundamental para promover uma aprendizagem significativa e integral.

Por fim, esta pesquisa contribuiu para o diagnóstico das práticas pedagógicas já utilizadas no ensino de Libras, além de oferecer diretrizes práticas para a construção de experiências educativas mais inclusivas, participativas e inovadoras. A aplicação da gamificação, mediada por profissionais capacitados e aliada a recursos acessíveis, reforça o direito à educação dos alunos surdos, incentivando o desenvolvimento integral e estimulando novas pesquisas e práticas pedagógicas nesse campo.

REFERÊNCIAS

AICHINGER, Ana Luíza Pedrosa Neves. Tecnologias contemporâneas como dispositivos potencializadores do processo de ensino e aprendizagem. *Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: Wayback Machine. Acesso em: 2 fev 2025.

ARAÚJO, Fábio José de; GONÇALVES, Camila Coronado, SANTOS, Carlos Henrique Abreu dos; SILVA, Cibele Elias da. Gamificação no ensino: uma análise da plataforma Kahoot! *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 7, p.246-258, 2024. Qualis Capes B3. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.51891/rease.v10i7.14744>. Acesso em: 10 fev 2025.

BRASIL. Lei N.º 10.436, de 24/04/2002: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: L10436. Acesso em: 10 mar 2025.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. LDB nº 9.396/96: Lei Diretrizes e Base da Educação. Disponível em: Documento1. Acesso em: 10 mar 2025.

CAMPELO, Darlan Rodrigues; ANTUNES, Franciano; FRANÇA, Antonio Augusto dos Santos; ROCHA, Jose Mauro Pinto da; CRUZ, Jennifer Azevedo da; MEDEIROS, Gabriel Rodrigues de; MONTEIRO, Stefani Feitoza. Experiência de estágio no ensino técnico em libras com o uso da gamificação como estratégia pedagógica docente. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar* - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 4, n. 7, p. e473666, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i7.3666. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3666>. Acesso em: 15 mar 2025.

CANTUÁRIA, Gabriela Rodrigues Guimarães. Direitos das pessoas surdas ou com deficiência auditiva: O ensino da língua brasileira de sinais – LIBRAS como garantia a uma educação inclusiva. *Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF, 1 dez. 2022. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/60347/direitos-das-pessoas-surdas-ou-com-deficincia-auditiva-o-ensino-da-lingua-brasileira-de-sinais-libras-como-garantia-a-uma-educacao-inclusiva>. Acesso em: 10 fev 2025.

DOMBROSKI, Simone Gardes; ALVES, Vanessa Cristina. Surdez, movimentos sociais surdos e direitos humanos: um estudo sobre o direito à informação. In: Atena Editora. *Anais da Atena Editora – Ciências Humanas*. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/surdez-movimentos-sociais-surdos-e-direitos-humanos-um-estudo-sobre-o-direito-a-informacao>. Acesso em: 20 abr 2025

FERREIRA, Luiz Fernando; JESUS, Laís Priscila de; SILVA, Fernanda Rosa da. O emprego da gamificação como estratégia de diversificar os materiais didáticos das Libras. *Rev. Entre-*

Línguas, UNESP. p. e024010-e024010. v.10. n esp 1. Araraquara. 2024. Disponível em: Vista do O emprego da gamificação como estratégia de diversificar os materiais didáticos das Libras | Revista EntreLinguas. Acesso em: 13 fev 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: Pedagogia do Oprimido. Acesso em: 14 fev 2025.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A C B. (et al.) Letramento e minorias. 2ª edição. Mediação, Porto Alegre: 2003. Disponível em: 20014.pdf. Acesso em: 29 mar 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LIRA, Darlene Seabra de.; GONÇALVES FILHO, José Sinésio Torres. A relevância da comunicação por meio da sinalização: perspectivas das pessoas surdas sobre a acessibilidade da Língua Brasileira de Sinais. Revista Saber Incluir, v. 1, n. 1, 2023. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistasaberincluir/article/view/2551> Acesso em: 29 maio 2025.

LUBACHEWSKI, Gesseca Camara; CERUTTI, Elisabete. Tecnologias Digitais: Uma Metodologia Ativa no processo ensino-aprendizagem. Jornada Nacional de Educação Matemática. UPE. Passo Fundo, Rio Grande do Sul. 06 a 08 maio 2020. Disponível em: JEM2020_paper_50.pdf Acesso em: 10 mar 2025.

NUNES, Tainá Cantuária; LIMA, José Carlos. O uso de tecnologias digitais no ensino de Libras: uma revisão sistemática da literatura. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, n. 2, p. 275-290, 2021. Disponível em: SciELO Revista Brasileira de Educação Especial, Volume: 27, Publicado: 2021. Acesso em: 10 mar 2025.

PAIVA, Thaís. Dez dos principais desafios para a oferta do AEE no Brasil. 2024. Pesquisa AEE 2022 – Projeto UNESCO/MEC. Disponível em: documento na íntegra. Acesso em: 31 mar 2025.

OLIVEIRA, Eduardo Gomes de; SABINO, Fernanda Carlos; OLIVEIRA, Leonardo Santos; JUNIOR, Roberro Rufino; CLASSE, Tadeus Moreira de; SANTOS, Rodrigo Pereira dos. Gamificação para o engajamento, motivação e estado de fluxo no aprendizado de libras. RENOTE-Revista Novas Tecnologias na Educação, v. 21, n. 1, p. 139-148, 2023 Porto Alegre. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/134335> . Acesso em: 15 mar. 2025.

PINTO, Silvana Barbosa; PINTO, Edison Ferreira; ALMEIDA, Davi dos Santos; FILHA, Rosalina Farias da Silva. As tecnologias digitais e o espaço do saber: interconexões e convergências

para a formação docente e a aprendizagem ativa. E-book. Ponta Grossa: Aya, 2022. Disponível em: <https://ayaeditora.com.br/Livro/19376/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SANTANA, Tiago Pires. Prática pedagógica tradicional e inovadora. Revista espaço acadêmico, v. 19, n. 216, p. 55-62, 2019. Disponível em: Prática pedagógica tradicional e inovadora | Revista Espaço Acadêmico. Acesso em 10 fev 2025.

SANTOS, Marcela Regina Stein dos. Acessibilidade e educação de surdos na perspectiva da inclusão em duas escolas estaduais do cone sul de Rondônia. 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2020. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/4186>. Acesso em: 3 jun. 2025.

EVOLUÇÃO DO FEMINICÍDIO NO ESPÍRITO SANTO ENTRE OS ANOS 2020 E 2024

EVOLUTION OF FEMICIDE IN ESPÍRITO SANTO
BETWEEN 2020 AND 2024

DOI: 10.xxx9.1-1

Gerliane Ferreira Santanna Rocha¹
Kelva Ferreira da Rocha Cirilo²
José Roberto Gonçalves de Abreu³

1 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

2 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

3 Professor Orientador do curso de Mestrado Profissional em Ciencia Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

O presente artigo faz uma breve análise acerca dos dados nos casos de feminicídio no Estado do Espírito Santo durante e após a pandemia da Covid-19. As reflexões se concentram no isolamento social implementado para conter a propagação do vírus, o que resultou em efeitos adversos na vida de mulheres que sofreram e ainda sofrem com esse tipo de violência. Contudo, observa-se um crescimento nos registros de violência doméstica no Brasil, assim como um aumento nos pedidos de medidas protetivas urgentes, especialmente no Espírito Santo. A partir dos dados fornecidos e da pesquisa realizada, foi possível concluir que, a violência contra a mulher continua a existir na sociedade brasileira e continua ceifando a vida de inúmeras mulheres, sendo necessária a especialização de medidas legislativas que visem punir, prevenir, e eliminar esse tipo de violência, resultado de uma sociedade eminentemente patriarcal e machista. A metodologia utilizada para a realização deste estudo foi a pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Feminicídio. Violência Doméstica. Espírito Santo.

ABSTRACT

This article briefly analyzes the data on cases of femicide in the state of Espírito Santo during and after the Covid-19 pandemic. The reflections focus on the social isolation implemented to contain the spread of the virus, which resulted in adverse effects on the lives of women who suffered and still suffer from this type of violence. However, there has been an increase in records of domestic violence in Brazil, as well as an increase in requests for urgent protective measures, especially in Espírito Santo. Based on the data provided and the research carried out, it was possible to conclude that violence against women continues to exist in Brazilian society and continues to claim the lives of countless women, requiring the specialization of legislative measures aimed at punishing, preventing and eliminating this type of violence, which is the result of an eminently patriarchal and sexist society. The methodology used to carry out this study was bibliographical and documentary research.

Keywords: Femicide. Domestic Violence. Espírito Santo.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, ser mulher implica enfrentar um extenso percurso para alcançar reconhecimento em qualquer esfera social, exigindo que se tenha um papel bem definido. Em nossa sociedade contemporânea, a falta desse reconhecimento resulta na trivialização da violência, o que leva ao feminicídio. Essa modalidade de agressão às mulheres está amplamente presente na sociedade brasileira, conseguindo se estabelecer em diversos contextos. Isso se deve, em parte, à cultura machista e patriarcal que predomina, perpetuando a dominação masculina e contribuindo para a fragilização e desvalorização do papel feminino.

O feminicídio é uma nova circunstância atenuante incluída no artigo que trata de homicídios no código penal. Seu propósito é reconhecer e sancionar de forma específica esse crime motivado pelo ódio direcionado às mulheres. Essa mudança legislativa ainda requer amplas discussões e entendimento.

A legislação brasileira referente ao feminicídio surgiu como resposta ao aumento das taxas de assassinatos de mulheres, mesmo após a implementação da Lei Maria da Penha. Outro fator importante foi a criação, pelo Congresso Nacional, em 2012, da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito da Violência contra a Mulher (CPMI da Violência contra a Mulher), a qual propôs o Projeto de Lei PSL 292/2013. Esse projeto sugeria alterações no Código Penal para que o feminicídio fosse considerado uma circunstância agravante no caso de homicídios, além de incluir o feminicídio entre os crimes hediondos. Essa questão ainda é muito recente em termos de produção teórica.

O Estado do Espírito Santo, ao longo da sua história, apresentou índices preocupantes de assassinatos de mulheres, ficando frequentemente entre os primeiros lugares no ranking desses crimes.

Diante do exposto, tem-se as seguintes perguntas norteadoras: O que motiva uma mulher a se tornar uma vítima fatal de seu parceiro? Quais são os fundamentos dessa violência? De que maneira os episódios de violência doméstica e feminicídio se transformaram em uma estatística tão cruel e alarmante em nossa nação? Por que muitas mulheres ainda permanecem em situações de perigo ao lado de um agressor? De que forma as leis falham em prevenir esses crimes e como o governo brasileiro tem respondido a essa problemática?

O objetivo principal é analisar, por meio de dados, o crescimento do feminicídio durante e após o período da pandemia da Covid-19 no Espírito Santo - ES. Com o intuito de alcançar uma resposta mais efetiva, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: apresentar dados sobre o crescimento do feminicídio, abordar as redes de apoio e os fundamentos constitucionais que garantem a proteção contra essa forma de violência, em conformidade com o artigo 6º da Lei nº 11.340/06, que trata da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Também se propõe a investigar estratégias para mitigar a evolução do feminicídio.

A razão para a elaboração deste artigo reside no fato de que há uma legislação destinada a combater um grave problema, o feminicídio. No entanto, essa lei não tem se mostrado eficaz, e os índices dessa violência continuam a crescer diariamente. Portanto, será evidenciada a importância de um maior trabalho de comunicação por parte da mídia, bem como a necessidade de penas mais rigorosas para os atenuantes, com o objetivo de encontrar uma solução efetiva para essa questão.

Além do interesse pelo tema, a pesquisa oferecerá uma contribuição significativa para o setor organizacional: evidenciar que os vestígios do patriarcado, que persistem desde a origem das civilizações, resultaram em uma cultura marcada por valores conservadores. Essa cultura estabeleceu na sociedade uma divisão que separa e distingue os gêneros, sustentando a superioridade masculina em relação à feminina, o que ressaltará a relevância da equidade na sociedade.

No âmbito acadêmico, o estudo será fundamentado em informações, conceitos e análises que oferecerão valiosas contribuições a professores, alunos de Direito e a outros cursos relacionados que tenham interesse no assunto.

E, no âmbito social, a pesquisa sustentará que a desigualdade de gênero, o temor e as crises econômicas são fatores que contribuem para essa questão. Dessa forma, procura-se evidenciar que essa problemática precisa ser alterada, exigindo-se do Estado a responsabilidade de assegurar a proteção de seus cidadãos, através da criação de políticas públicas que garantam o direito à liberdade, dignidade e cidadania.

2. O CRIME DE FEMINICÍDIO

O crime de feminicídio é um qualificador recente para o crime de homicídio introduzido pela Lei 13.104 de 2015. É assassinar uma mulher por fazer sexo, ou matar uma mulher que tem menos respeito pelo sexo do que a si mesmo. Como ilustração, considere um marido que subjuga sua esposa em um ambiente doméstico e que acredita que ela merece morrer porque é mulher (Almeida, 2019).

Por outro lado, há a palavra "feminicídio", que se refere simplesmente ao assassinato de uma mulher. Nesse caso, o agressor quer matar sua presa, que por acaso é uma mulher, mas os motivos da morte da vítima nada têm a ver com discriminação sexual contra a mulher. Portanto, deve-se notar que, diferentemente do feminicídio, quando a vítima é assassinada apenas por ser mulher, o sujeito não matou a vítima por ser mulher; em vez disso, ele a matou porque ela era sua desafortunada. A distinção entre esses dois termos é crucial (Carneiro, 2019).

O crime de feminicídio está definido especificamente no artigo 121, inciso VI, do Código Penal, que estabelece que matar alguém cometido contra mulher por razões relacionadas ao gênero sexo será enquadrado nessa qualificação e acarretará pena de reclusão que varia

de dez a trinta anos. Em seguida, deixa claro que quando o delito envolve violência doméstica, violência familiar ou discriminação contra a mulher, considera-se que envolve razões relacionadas ao gênero.

Isso deixa claro que o autor está se referindo à forma como as mulheres eram tratadas no passado, e a “proteção” visava apenas resguardar a honra da mulher e de sua família. No entanto, ocorreram diversos avanços no sistema de justiça criminal que levaram em conta os direitos das mulheres e deram mais efetividade à norma jurídica.

O feminicídio é um crime cometido por um homem ou uma mulher contra uma mulher pelo único motivo de ser mulher. As três principais categorias do discurso feminista são íntimas, não íntimas e via conexão. O feminicídio íntimo é aquele cometido por homens ou mulheres com os quais a mulher vítima tem ou teve uma relação íntima, familiar, amistosa ou congênial; um feminicídio não íntimo é aquele cometido por homens ou mulheres com os quais a mulher vítima não tem tais relações. O feminicídio por conexão é quando uma mulher é morta por estar na “linha de fogo” de um homem ou mulher que estava tentando matar outra mulher, o que pode acontecer na aberração ictus (Gomes, 2018).

2.1. Aspectos sociojurídicos do feminicídio

O reconhecimento do feminicídio como crime de ódio como substituto da violência de gênero visa proteger os direitos e garantias fundamentais das mulheres, pois sua classificação na Lei nº 13.104/2015 sinaliza o início de uma mudança nas percepções jurídicas e sociais e serve como dissuasão da violência contra a mulher (Brasil, 2015).

A Lei Maria da Penha, que surgiu a partir do ativismo dos movimentos feministas e do tratamento do caso Maria da Penha, é importante na luta pela proteção da mulher contra a violência doméstica. O governo brasileiro iniciou o processo de revisão das políticas e estratégias públicas de proteção aos direitos humanos das mulheres e, dentre alguns dispositivos, destaca a aprovação da referida lei como um dos mais significativos e importantes avanços legislativos relacionados ao combate à violência contra as mulheres. Isso porque expõe a violência doméstica como violação de direitos protegidos pela esfera da vida privada (Machado et al., 2015).

Para combater a forma mais extrema de violência, o assassinato de mulheres em razão de seu gênero, fica evidente que a mesma não é efetiva, sendo necessário o reconhecimento do feminicídio como um novo tipo de crime na legislação brasileira. Diante dessa realidade, o Estado do Brasil designou o feminicídio como crime em março de 2015 por meio da Lei nº 13.104/2015. Isso foi feito em um esforço para promover a igualdade de gênero e diminuir as práticas discriminatórias que ainda são praticadas no sistema legal e no poder judiciário do governo. No entanto, o debate sobre o feminicídio continua causando controvérsia e tensão

devido à constatação de que uma judicialização direta, ou mais especificamente, a tipificação de conduta violenta como crime, não seria a estratégia mais eficaz para reduzir ou eliminar esse fenômeno social (Gomes, 2015).

No entanto, deve-se levar em conta que o início do processo legislativo é fruto do empoderamento político das mulheres, pois elas passam a exigir o reconhecimento de seus direitos da própria sociedade, que de outra forma não conseguiria se manter estável diante dessa realidade.

O Código Penal brasileiro foi alterado pela Lei 13.104/15, que reconheceu o feminicídio como uma das circunstâncias que qualificam o crime de homicídio. A lei também alterou as Leis nº 8.072/1990 e 121 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal) para reconhecer o feminicídio como circunstância que qualifica o crime de homicídio e incluir o feminicídio no rol de crimes hediondos.

De acordo com a lei de 2015, duas características devem estar presentes para que o crime seja qualificado como crime feminista: violência doméstica e familiar (art. 121, 2o-A, I), e maus-tratos ou discriminação contra a mulher (art. 121, 2o-A, II). Outro ângulo para caracterizar essa conduta criminosa é a desvalorização da condição da mulher (ver artigo 121, inciso 2-A, II do Código Penal Brasileiro), em razão da relação de dominação e submissão do agente com a vítima, que acaba sendo oprimida e humilhada por causa de seu gênero (Oliveira, 2015).

Além disso, de acordo com o autor citado anteriormente, a lei determina que esse resultado prevaleça nas situações em que a vítima seja uma criança menor de quatro anos, um idoso com mais de sessenta anos ou uma pessoa portadora de deficiência de acordo com o art. a lei (art. 121, 7o, I) (Oliveira, 2015).

Ressalte-se que a significância da tipificação do crime também proporcionou maior leque de opções regulatórias, visto que, de modo geral, não só foram adotadas normas comportamentais acompanhadas de sanções para coibir o feminicídio, mas também normas jurídicas de conteúdo não punitivo que estimularam mudanças processuais, a criação de instituições e políticas públicas voltadas para a proteção da mulher (Pires, 2016).

2.2. A tipificação penal

A criminalização do feminicídio tem sido citada por especialistas como uma ferramenta fundamental no combate à violência generalizada contra as mulheres nas relações íntimas, que frequentemente leva a homicídios rotulados de "crimes passionais" pelo público, pela mídia e até mesmo pelo sistema jurídico. O papel social das mulheres e seu lugar na sociedade estão em conflito. Para ficar claro, no entanto, deve-se notar que as mulheres desempenham um papel vital na sociedade sob os auspícios da queda do patriarcado, pois tradicionalmente os homens ocuparam a esfera pública e as mulheres a privada (Prado, 2017).

Podemos olhar para o qualificador para o crime de feminicídio como uma forma de chamar a atenção para o índice alarmante de assassinatos cometidos contra mulheres e conscientizar a população sobre a necessidade de mudar a cultura machista que prevalece em nossa nação. A lei não faz distinção quanto à orientação sexual; portanto, não há previsão de impacto nas penalidades previstas para o feminicídio do sujeito mulher ativa, seja como autora, coautora ou mesmo participante. Uma vitória significativa para as mulheres veio em 1979, quando as Nações Unidas criaram uma convenção para acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres e todas as impunidades relacionadas, com o objetivo de salvaguardar os direitos humanos das mulheres internacionalmente.

A Lei do Feminismo demonstrou uma vitória significativa que é uma ferramenta essencial para chamar a atenção para o fenômeno social de mulheres assassinadas por circunstâncias de gênero, enfatizando que todo ser humano tem direito à vida e que proteger esse direito é uma obrigação legal consagrado no artigo 5º, inciso 1º, da Constituição Federal de 1988 (CFRB/88) (Brasil, 1988).

A violência contra as mulheres por razões de gênero tem uma longa história na sociedade, mas só recentemente ganhou força e agora está incluída em algumas legislações atuais. Mais lamentavelmente, é possível ver a existência de punições mais severas ou a ausência dessas mortes em circunstâncias em que a mulher era obrigada a se comportar de maneira contrária ao que era esperado dela pela sociedade (Gomes, 2018).

Portanto, a prática do feminicídio abrange mais do que apenas a definição fundamental do assassinato de mulheres; envolve também uma série de considerações sociais, culturais e políticas. A natureza da responsabilidade criminal é subjetiva e pessoal, mas a prática do feminicídio deve ser vista como um padrão sistêmico complexo que não pode ser isolado ou destacado dentro de um grupo.

Seja qual for a circunstância, uma mulher será morta apenas por ser mulher, independentemente de idade, nacionalidade, posição social ou parentesco com o agressor. Desta forma, quando reconhecemos a existência do feminismo, reconhecemos também o direito à vida como um direito humano fundamental (Prado, 2017).

2.3. O aumento da violência doméstica durante e após pandemia

Após a análise das diversas pesquisas, ficou evidente que a violência contra a mulher no lar aumentou significativamente durante a pandemia. Esse é um problema presente há muito tempo, mas tornou-se mais visível durante o período de isolamento social, revelando o quanto a desigualdade de gênero ainda permeia nossa sociedade. Embora a violência

no contexto familiar já apresentasse dados alarmantes antes da pandemia, o estudo e a revisão realizados demonstraram que a complexidade desse fenômeno se intensificou devido a diversos fatores, como o aumento do desemprego, dificuldades financeiras, escassez de acesso a redes de apoio e a crise sanitária que se juntou a uma crise de governança (Carneiro, 2019).

Assim, o isolamento imposto pela pandemia dificultou a proteção das mulheres contra seus agressores, uma vez que estavam confinadas junto a eles. É importante ressaltar que a vulnerabilidade feminina durante o distanciamento social é intensificada por diversas condições, como o aumento do tempo de convivência com o agressor, incertezas sobre o futuro, o receio de adoecer, a diminuição da renda que impactou especialmente as mulheres de classes mais baixas que dependem do trabalho informal, a sobrecarga com as responsabilidades domésticas, e a redução do contato social da vítima com amigos, colegas e familiares. Além disso, o aumento do consumo de bebidas alcoólicas contribuiu para o crescimento da violência doméstica (Maciel, 2020).

Porém, mesmo após pandemia, é relevante destacar que as estatísticas de denúncias relacionadas à violência contra a mulher nas delegacias durante e após o período em questão podem obscurecer a verdadeira quantidade de ocorrências. Portanto, é importante frisar que uma queda no número de denúncias não indica necessariamente uma diminuição na violência doméstica; assim, é fundamental analisar a situação por diferentes perspectivas, formulando hipóteses sobre os fatores que poderiam justificar a aparente diminuição dos casos. Nesse sentido, acreditamos que a diminuição nas estatísticas foi favorecida pelas restrições impostas pela pandemia de Covid-19, que dificultaram as denúncias presenciais nas delegacias (Carneiro, 2019).

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Foi conduzida uma pesquisa bibliográfica, retrospectiva e descritiva, utilizando informações secundárias sobre feminicídio fornecidas pelo Observatório da Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo (ES).

Foi realizada uma breve análise dos casos de feminicídio reconhecidos após investigação policial mencionados no observatório, abrangendo os anos de 2020 a 2024 na Grande Vitória/ES, período durante e após pandemia da Covid-19.

Após examinar os dados disponíveis, propôs-se uma reflexão sob uma perspectiva sociojurídica, entendendo como a cultura patriarcal influencia comportamentos criminosos fundamentados em questões de gênero.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Dados do feminicídio no Espírito Santo - 2020 A 2024

Conforme informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), entre janeiro e julho de 2021, o Espírito Santo contabilizou 21 casos. No ano de 2020, registrou-se um total de 26 casos ao longo dos 12 meses. Informações do Observatório da Segurança Pública do Espírito Santo, divulgadas pelo governo estadual, indicaram que os feminicídios ocorridos de janeiro a julho de 2021 representaram 80,7% do total de casos registrados ao longo de 2020 (Cota, 2020).

Considerando essa particularidade, nos sete primeiros meses de 2021, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) registrou 21 incidentes. Em comparação, durante o mesmo intervalo de 2020, foram 16 ocorrências. Contudo, entre janeiro e dezembro de 2020, 26 mulheres sofreram agressões conforme essa categorização de crime. Assim, as estatísticas deste ano correspondem a 80,7% do total dos últimos 12 meses, de acordo com a tabela abaixo.

Tabela 1: Feminicídios no ES: 2020 x 2021

PERÍODO	2020	2021
Janeiro	4	2
Fevereiro	1	2
Março	5	3
Abril	0	3
Maiο	1	3
Junho	3	6
Julho	2	2
Agosto	1	-
Setembro	1	-
Outubro	3	-
Novembro	2	-
Dezembro	3	-
TOTAL	26	21

Fonte: Cota, 2020.

Durante o ano de 2021, o ES contabilizou 106 homicídios, sendo 38 deles motivados por discriminação de gênero ou por violência no âmbito familiar.

Em 2021, 38 mulheres perderam a vida em decorrência de feminicídio. Esse total representa um aumento de 46% em relação ao ano anterior, que registrou 26 mortes. Michelle Meira, gerente de Proteção à Mulher da Secretaria de Segurança Pública, destaca que a maior parte do risco está no ambiente doméstico. O cônjuge é responsável por 26,3% dos casos de feminicídio no estado, enquanto os ex-maridos correspondem a 21,1% dos autores.

É importante mencionar também que, ainda em 2021, a maior parte do feminicídio no Espírito Santo aconteceram nos finais de semana (47%), durante a noite (44%) e envolveu o uso de armas de fogo (58%). É importante ressaltar que a utilização de armas brancas tem mostrado uma tendência de crescimento nos anos recentes, subiu de 16% em 2013 para 24% em 2021. No que diz respeito às vítimas, 78% delas são de raça negra (considerando apenas os casos em que a cor foi informada), com uma predominância na faixa etária de 25 a 44 anos (51%), conforme gráfico 1.

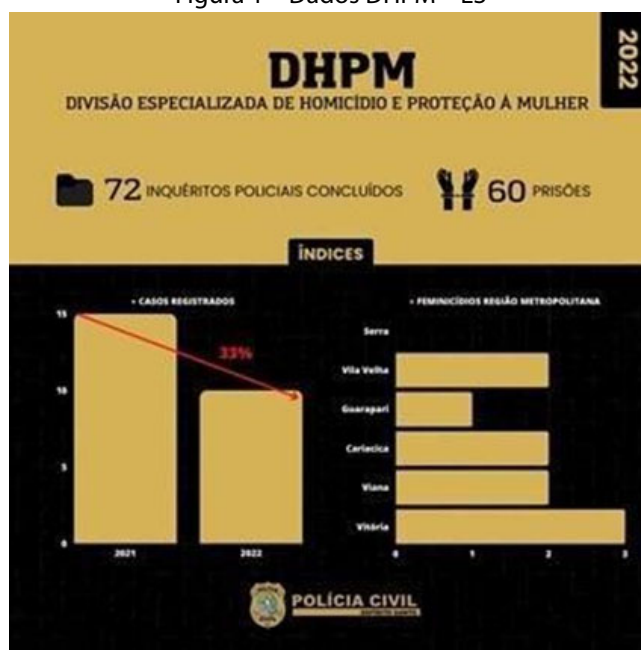
Gráfico 1 – Armas utilizadas
Meios Utilizados



Fonte: Adaptado pela autora, 2024.

Em 2022, no Espírito Santo, a maioria dos assassinatos de mulheres aconteceu nos finais de semana (50,5%), predominantemente à noite (51,6%) e com a utilização de armas de fogo (55,8%). É importante mencionar que o emprego de armas tem crescido nos últimos anos, aumentando de 16% em 2013 para 23,2% em 2022. Em relação às vítimas, 80% delas são negras e a faixa etária mais afetada é entre 25 e 34 anos (27,4%).

Figura 1 – Dados DHPM – ES



Fonte: Adaptado pela autora, 2024.

Os episódios de feminicídio costumam acontecer, em sua maior parte, entre sexta-feira e domingo (60%) e predominantemente à noite (34,3%). Os maridos ou parceiros são os responsáveis por 57,1% desses casos, empregando tudo o que têm à disposição para realizar o delito.

Ainda em 2022, foram reportadas 39 mortes violentas de mulheres, das quais 10 foram classificadas como feminicídios. Dentre os casos, 15 aconteceram em Vila Velha, 10 na Serra, e houve 6 casos em Vitória e Cariacica, além de um incidente registrado em Guarapari e outro em Viana, como mostra a Figura 1.

No Observatório de Segurança Pública, foram registrados 42 homicídios femininos em 2021 e 47 em 2022, o que representa um aumento de 11,9%. Essa estatística se diferencia da publicada pela DHPM, uma vez que essa última apresentou apenas os casos que investigou. Ocorrências em que um homem e uma mulher foram mortos ao mesmo tempo, por exemplo, são atribuídas a outras delegacias.

A chefe da Divisão Especializada de Homicídios e Proteção à Mulher, delegada Raffaella Aguiar, enfatizou que 2022 foi um ano bastante exitoso, apresentando uma significativa diminuição nas estatísticas de feminicídio. Ela também apontou que todos os casos, tanto os consumados quanto os tentados, foram finalizados com a identificação dos responsáveis, sendo que quase todos resultaram em prisões.

Contudo, em 2022, o Espírito Santo registrou uma diminuição de 20,5% nos casos de feminicídio em relação a 2021, segundo informações do Observatório da Segurança Pública.

Entre janeiro e abril de 2023, o Espírito Santo contabilizou mais de 7,3 mil ocorrências de violência contra mulheres, o que representa cerca de 60 agressões diárias no estado. As informações são da Secretaria de Segurança Pública (Sesp). De acordo com o ministério, aproximadamente 70% das ocorrências acontecem no lar das vítimas, enquanto 16,7% se dão em espaços públicos. Os dados indicam que há uma média de 1.825 relatos oficiais de agressões contra mulheres por mês, no período de janeiro a abril.

As informações indicam que a maior parte dos incidentes se deu na Região Metropolitana de Vitória, que inclui, além da capital, os municípios de Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana, Guarapari e Fundão. No total, registraram-se 2.830 incidentes de agressão contra mulheres somente nessas localidades, representando um aumento de 12,8% em comparação com o mesmo intervalo de 2022.

Ao contrário do homicídio, que se caracteriza simplesmente pela ação de tirar a vida de alguém, o feminicídio é o ato de matar uma mulher por ser mulher, seja em razão de misoginia ou discriminação de gênero ou em situações de violência no âmbito doméstico. A maior parte dos casos de feminicídio foi realizada pelos maridos (51,5%) e companheiros (24,2%) das vítimas. Além deles, namorados (9,1%), ex-companheiros (9,1%) e ex-maridos (6,1%) também estiveram envolvidos em assassinatos femininos.

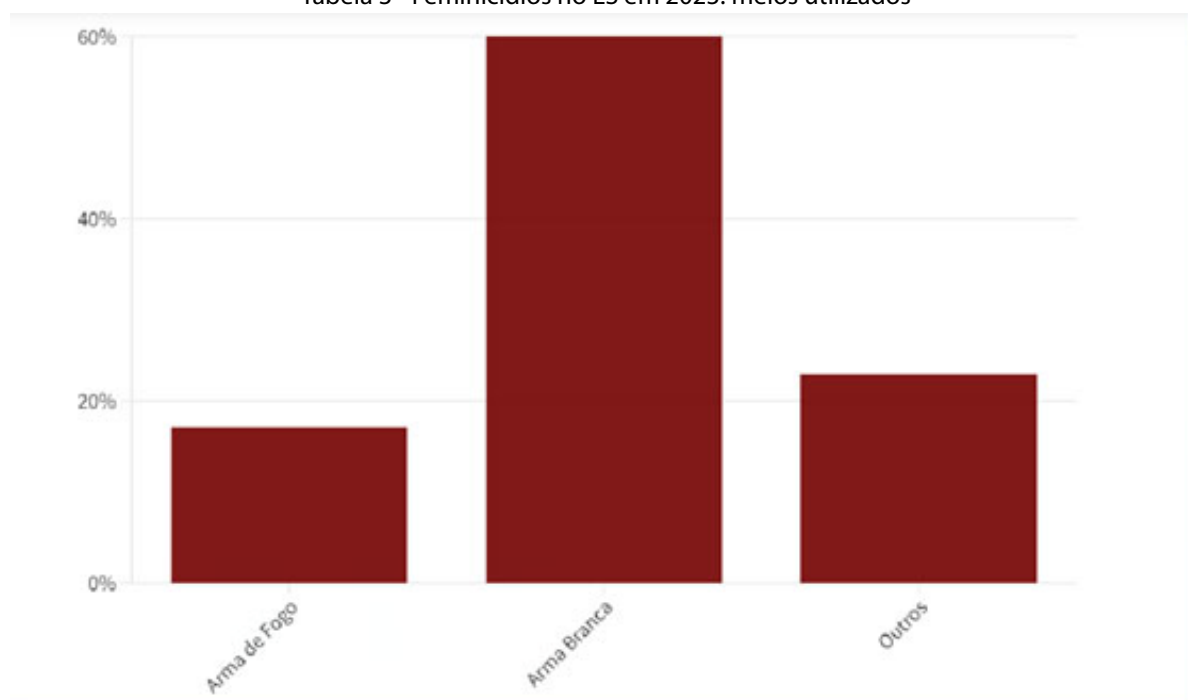
As estatísticas revelam que 60% desses delitos foram cometidos com instrumentos cortantes e que as quartas-feiras (25,7%) registram a maior frequência de feminicídios no estado do Espírito Santo, seguidas pelos sábados e domingos, que representam 20% dos casos cada, como mostram as tabelas 2 e 3.

Tabela 2 - Feminicídios no ES em 2023: dias da semana

Dia da semana	% dos casos
Domingo	20,00
Segunda-feira	14,30
Terça-feira	11,40
Quarta-feira	25,70
Quinta-feira	8,60
Sexta-feira	0,00
Sábado	20,00

Fonte: Ecops (CIODES) Dados consolidados: Observatório de Segurança Pública/Sesp, 2023.

Tabela 3 - Feminicídios no ES em 2023: meios utilizados



Fonte - Ecops (CIODES) Dados consolidados: Observatório de Segurança Pública/Sesp.

A Região Metropolitana responde por 11 dos 35 feminicídios documentados em 2023, seguida pela Região Noroeste, que contabiliza 9 ocorrências. Em seguida, está a Região Norte com 7 casos, a Região Sul com 5, e a Serrana com 2. Mesmo com a manutenção dos registros de feminicídios em 2023, a situação continua a ser alarmante. Em 2021, foram registrados 38 casos, mas o Estado não conseguiu manter a redução iniciada em 2022. Assim, os índices permaneceram inalterados de um ano para o outro, resultando em uma média de três mulheres assassinadas mensalmente em razão de seu gênero.

Tabela 4- Homicídios dolosos por município do ES

MUNICÍPIO	2022	2023	VARIAÇÃO
AFONSO CLÁUDIO	2	1	-50,00%
ÁGUA DOCE DO NORTE	4	6	50,00%
AGUIA BRANCA	2	1	-50,00%
ALEGRE	2	3	50,00%
ALFREDO CHAVES	1	2	100,00%
ALTO RIO NOVO	0	1	+
ANCHIETA	4	0	-
APIACÁ	0	0	-
ARACRUZ	17	21	23,50%
ATÍLIO VIVACQUA	1	2	100,00
BAIXO GUANDU	11	12	9,10%
BARRA DE SÃO FRANCISCO	11	12	9,10%
BOA ESPERANÇA	4	4	0,00%
BOM JESUS DO NORTE	2	2	0,00%
BREJETUBA	4	6	50,00%
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	37	32	-13,50%
CARIACICA	122	114	-6,60%
CASTELO	8	4	-50,00%
COLATINA	21	28	33,30%
CONCEIÇÃO DA BARRA	11	9	-18,20%
CONCEIÇÃO DO CASTELO	3	0	-
DIVINO DE SÃO LOURENÇO	0	0	-
DOMINGOS MARTINS	3	3	0,00%
DORES DO RIO PRETO	1	0	-
ECOPORANGA	4	10	150,00%
FUNDÃO	3	7	133,30%
GOVERNADOR LINDENBERG	1	3	200,00%
GUAÇUÍ	2	4	100,00%

MUNICÍPIO	2022	2023	VARIAÇÃO
GUAÇUÍ	2	4	100,00%
GUARAPARI	27	21	-22,20%
IBATIBA	7	6	-14,30%
IBIRAÇU	3	1	-66,70%
IBITIRAMA	1	1	0,00%
ICONHA	2	0	-
IRUPI	5	2	-60,00%
ITAGUAÇU	5	4	-20,00%
ITAPEMIRIM	14	10	-28,60%
ITARANA	0	1	+
IÚNA	8	7	-12,50%
JAGUARÉ	14	18	28,60%
JERÔNIMO MONTEIRO	2	4	100,00%
JOÃO NEIVA	3	1	-66,70%
LARANJA DA TERRA	0	2	+
LINHARES	61	77	26,20%
MANTENÓPOLIS	5	5	0,00%
MARATAÍZES	10	9	-10,00%
MARECHAL FLORIANO	4	1	-75,00%
MARILÂNDIA	0	0	-
MIMOSO DO SUL	3	3	0,00%
MONTANHA	2	4	100,00%
MUCURICI	1	0	-
MUNIZ FREIRE	3	1	-66,70%
MUQUI	0	0	-
NOVA VENÉCIA	8	13	62,50%
PANCAS	2	6	200,00%

MUNICÍPIO	2022	2023	VARIAÇÃO
PEDRO CANÁRIO	16	20	25,00%
PINHEIROS	13	4	-69,20%
PIÚMA	10	7	-30,00%
PONTO BELO	0	0	-
PRESIDENTE KENNEDY	4	4	0,00%
RIO BANANAL	5	3	-40,00%
RIO NOVO DO SUL	4	1	-75,00%
SANTA LEOPOLDINA	1	2	100,00%
SANTA MARIA DE JETIBÁ	3	8	166,70%
SANTA TERESA	5	2	-60,00%
SÃO DOMINGOS DO NORTE	4	6	50,00%
SÃO GABRIEL DA PALHA	13	12	-7,70%
SÃO JOSÉ DO CALCADO	0	2	+
SÃO MATEUS	42	40	-4,80%
SÃO ROQUE DO CANAÃ	1	4	300,00%
SERRA	135	117	-13,30%
SOORETAMA	21	25	19,00%
VARGEM ALTA	2	3	50,00%
VENDA NOVA DO IMIGRANTE	0	3	+
VIANA	18	8	-55,60%
VILA PAVÃO	0	7	+
VILA VALÉRIO	10	11	10,00%
VILA VELHA	159	119	-25,20%
VITÓRIA	70	85	21,40%

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp)

O Espírito Santo concluiu o primeiro trimestre de 2024 registrando o menor número de homicídios desde 1996. Nos meses de janeiro, fevereiro e março, ocorreram 227 assassinatos, uma diminuição em relação aos 281 casos do mesmo período do ano anterior. Isso representa uma redução acumulada de 19,2% em comparação a 2023. Ao longo de 28 anos de histórico, o

melhor desempenho para um trimestre tinha sido em 2022, com 252 homicídios. Todas as regiões do Estado apresentaram diminuições nos índices de assassinatos, sendo elas: uma queda de 16,8% na Região Metropolitana, 15,5% no norte, 10,3% no sul, 36,7% no noroeste e 14,3% na região serrana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminicídio representa a forma mais extrema de agressão contra as mulheres e, comumente, está ligado a crimes de natureza passional. Em várias situações, os homens assassinam suas companheiras impulsionados por ciúmes e desconfiças de infidelidade. Muitas vezes, mesmo após a separação, o parceiro se recusa a aceitar o fim do relacionamento, alimentando um sentimento de posse e tratando a parceira como um objeto que acredita poder controlar conforme sua vontade.

Durante os anos de 2020 e 2021, vivenciamos uma pandemia, e durante a fase analisada, ainda se impunha a necessidade de permanecer em casa. No primeiro mês da pandemia no Brasil (março de 2020), houve um crescimento de 18% nas denúncias realizadas pelo Disque 100 ou pelo Ligue 180. A maioria das agressões aconteceu no lar das vítimas, local onde o agressor possui acesso facilitado. Como as informações foram obtidas a partir de reportagens, muitos desses casos ainda estão sob investigação, sendo, portanto, classificados na pesquisa como suspeitos.

Contudo, atualmente, infelizmente ainda vivemos um momento marcado pela dependência financeira. Muitas mulheres perderam seus empregos devido à suspensão das atividades comerciais e de serviços, resultando em instabilidade financeira. Esse cenário pode ter levado muitas delas a se tornarem mais dependentes de seus parceiros.

É fundamental levar em conta a instabilidade econômica que a pandemia trouxe ao país, pois isso pode atuar como um fator que desencoraja denúncias. Visto que, a dependência financeira é amplamente reconhecida como um elemento crucial que mantém as vítimas próximas aos agressores, o que, por sua vez, contribui para a persistência da violência nos lares.

Com base no que foi apresentado, acredita-se ter proporcionado novos pensamentos sobre uma realidade dolorosa que, infelizmente, se adiciona às muitas vidas perdidas que evoluíram devido à pandemia. Ressalta-se que é lamentável que não somente Espírito Santo, mas também a sociedade ainda enfrente a questão da violência contra a mulher, um fenômeno que resulta em inúmeras mortes e que requer medidas mais efetivas de todos os governos e países.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo e economia**. In: Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019, p. 153-208.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal.
- BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.
- CARNEIRO. Sueli. **Mulheres em movimento**. In: Escritos de uma vida. São Paulo: Pólen, 2019, p.195-219.
- COTA, Wesley. **Monitoring the number of COVID-19 cases and deaths in Brazil at municipal and federative units level**. In: SciELO Preprints, [S.l.], 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/362/version/371>. Acesso em 20 nov. 2024.
- GOMES, Izabel Solyszko. **Feminicídios e possíveis respostas penais: dialogando com o feminismo e o direito penal**. Revista Gênero & Direito, v. 4, n. 1, 2015.
- GOMES, Maria Carmen Aires; CARVALHO, Alexandra Bittencourt de. **Pandemia de COVID19 e violência doméstica na conjuntura sociopolítica brasileira**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, [S.l.], v. 29, n. 3, 2018.
- MACHADO, Marta Rodrigues de Assis. (org.). **A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil**. Diálogos sobre Justiça. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2015.
- OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim; COSTA, Mônica Josy Sousa; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. Feminicídio e violência de gênero: aspectos sociojurídicos. **Revista Tema**, v. 16, n. 24/25, janeiro a dezembro de 2015.
- PIRES, Julie Ferreira. **O direito das mulheres no cenário sociojurídico brasileiro e o feminicídio: Quando a violência doméstica se torna fatal**. 2016.
- PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (orgs.). **Feminicídio invisibilidade mata**. Fundação Rosa Luxemburg. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

TURISMO E EDUCAÇÃO: VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO MATEUS/ES

TOURISM AND EDUCATION:
ENHANCEMENT OF THE CULTURAL HERITAGE OF SÃO MATEUS/ES

DOI: 10.xxx9.1-1

Josimar Matos Pinheiro¹
José Roberto Gonçalves de Abreu²

1 Mestrando do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

2 Professor Orientador do curso de Mestrado Profissional em Ciencia Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a utilização dos espaços turísticos e culturais do município de São Mateus, Espírito Santo, como ambientes de aprendizagem não formal e suas contribuições para a valorização do patrimônio cultural local. A pesquisa, de caráter qualitativo, baseia-se em revisão bibliográfica sobre educação não formal, educação patrimonial e práticas pedagógicas em ambientes culturais e turísticos. Os resultados indicam que tais espaços oferecem oportunidades significativas de aprendizado experiencial, promovendo a apropriação de conhecimentos históricos, artísticos e sociais de forma dinâmica e contextualizada. A mediação educativa, realizada por professores, guias e agentes culturais, revela-se fundamental para transformar a visita em uma experiência pedagógica significativa, favorecendo a compreensão crítica e a conscientização cultural dos visitantes. A análise demonstra que a educação patrimonial contribui para a construção coletiva do conhecimento, reconhecendo os saberes locais e fortalecendo a identidade cultural da comunidade. Conclui-se que a articulação entre turismo e educação não formal potencializa o aprendizado, amplia o acesso à cultura e promove a valorização do patrimônio histórico, artístico e social, tornando os espaços turísticos instrumentos relevantes para a formação cidadã e a preservação cultural. Este estudo evidencia, portanto, a importância de estratégias educativas que integrem escolas, espaços culturais e comunidade, estimulando a reflexão crítica e o engajamento social.

Palavras-chave: Educação não formal. Espaços Turísticos. Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

This article analyzes the use of tourist and cultural spaces in the municipality of São Mateus, Espírito Santo, as informal learning environments and their contributions to the appreciation of local cultural heritage. The qualitative research is based on a literature review on informal education, heritage education, and pedagogical practices in cultural and tourist settings. The results indicate that these spaces offer significant opportunities for experiential learning, promoting the appropriation of historical, artistic, and social knowledge in a dynamic and contextualized manner. Educational mediation, carried out by teachers, guides, and cultural agents, proves essential to transforming the visit into a meaningful pedagogical experience, fostering critical understanding and cultural awareness among visitors. The analysis demonstrates that heritage education contributes to the collective construction of knowledge, recognizing local knowledge and strengthening the community's cultural identity. It is concluded that the connection between tourism and informal education enhances learning, expands access to culture, and promotes the appreciation of historical, artistic, and social heritage, making tourist spaces relevant tools for civic development and cultural preservation. This study therefore highlights the importance of educational strategies that integrate schools, cultural spaces, and the community, encouraging critical reflection and social engagement.

Keywords: Non-formal Education. Tourist Spaces. Cultural Heritage.

1. INTRODUÇÃO

A relação entre turismo e educação tem se mostrado cada vez mais relevante na construção do conhecimento e na valorização do patrimônio cultural. Os espaços turísticos e culturais oferecem oportunidades para experiências de aprendizagem não formal, permitindo que indivíduos se apropriem de informações históricas, artísticas e sociais de maneira dinâmica, interativa e contextualizada. Diferentemente da educação formal, que ocorre em instituições escolares com currículo estruturado, a aprendizagem não formal ocorre de forma voluntária, prática e experiencial, podendo ser promovida em museus, centros culturais, sítios históricos, parques naturais e outros atrativos turísticos (Freire, 1996; UNESCO, 2002).

A escola, embora seja um espaço fundamental na vida dos alunos, proporcionando oportunidades de desenvolvimento social e pessoal, não é o único ambiente capaz de influenciar a aprendizagem. Para compreender plenamente o processo educativo, é essencial considerar a dinâmica cultural e familiar a que o aluno está exposto. O contato com ambientes de ensino não formal oferece experiências enriquecedoras, permitindo que o aluno interaja com a cultura local e desenvolva não apenas conhecimentos práticos e habilidades, mas também valores, tradições e uma compreensão mais profunda do mundo ao seu redor (Quadra, 2016).

A educação, nesse contexto, desempenha um papel fundamental na preparação do indivíduo para a vida em sociedade, sendo essencial para a valorização da cultura local. Essa valorização contribui para a transmissão da identidade e diversidade cultural entre as gerações, fortalecendo tradições, histórias e costumes de uma comunidade (Cunha, 2019; Silva, 2020). Além de fornecer conhecimentos acadêmicos, a educação promove a consciência cultural, permitindo que os alunos compreendam e apreciem suas raízes, formando cidadãos críticos e engajados (Lima, 2018).

No âmbito da valorização do patrimônio histórico e cultural, os espaços de educação não formal oferecem possibilidades para a compreensão da vida prática fora dos muros da escola, tornando-se ambientes de criação, inovação e aprendizado experiencial. O patrimônio histórico e cultural, seja material ou imaterial, carrega um grande valor simbólico, representando memórias e experiências construídas ao longo do tempo por determinada comunidade (John, 2021).

Nesse contexto, o município de São Mateus, localizado no Espírito Santo, destaca-se por sua rica história e cultura. A cidade é atravessada pelo rio Cricaré, que teve papel crucial na colonização do estado, sendo o ponto de chegada dos portugueses em 1544, marco que influenciou significativamente o desenvolvimento local. Devido à sua relevância histórica, a Praça do Porto e alguns edifícios ao seu redor foram tombados em 1976, constituindo o primeiro tombamento oficial do estado do Espírito Santo (Lordello, 2018). Esses espaços históricos e culturais apresentam grande potencial para serem explorados como ambientes educativos, favorecendo a valorização do patrimônio local e a ampliação do conhecimento histórico e cultural.

Diante desse cenário, surge o problema de pesquisa: de que forma os espaços turísticos e culturais de São Mateus/ES podem ser utilizados como ambientes de aprendizagem não formal e quais são as contribuições dessas práticas para a promoção do conhecimento e a valorização cultural? O estudo se propõe a analisar como esses espaços podem funcionar como instrumentos de aprendizagem, investigando seus impactos na conscientização cultural e na valorização do patrimônio.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a utilização dos espaços turísticos e culturais de São Mateus/ES como ambientes de aprendizagem não formal e suas contribuições para a valorização do patrimônio cultural. Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) identificar os principais espaços turísticos e culturais de São Mateus/ES com potencial educativo; b) examinar as práticas e estratégias de aprendizagem não formal aplicadas nesses espaços; c) avaliar os impactos dessas práticas na valorização cultural e na conscientização dos visitantes.

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender como o turismo pode ser articulado com processos educativos fora do ambiente escolar, contribuindo para a construção do conhecimento, o fortalecimento da identidade cultural e a preservação do patrimônio histórico. Além disso, a pesquisa poderá servir como referência para gestores culturais, educadores e instituições que atuam na promoção de experiências de aprendizagem em espaços turísticos, oferecendo subsídios para a criação de estratégias que integrem educação, cultura e turismo de forma sustentável.

2. EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A ampliação das desigualdades sociais e os desafios enfrentados por comunidades periféricas têm impulsionado o surgimento de diversos espaços de educação não formal, como Organizações Não Governamentais (ONGs), projetos sociais, centros comunitários, espaços culturais e turísticos. Essas iniciativas buscam minimizar as vulnerabilidades sociais por meio de práticas educativas e culturais que promovem inclusão, cidadania e desenvolvimento humano.

A educação não formal caracteriza-se pela flexibilidade, diversidade e pela capacidade de promover aprendizagens significativas fora dos limites da escola. Segundo Gadotti (2005), ela deve ser compreendida por sua especificidade e não em oposição à educação formal. Trata-se, portanto, de uma modalidade complementar, que amplia as oportunidades de aprendizagem e favorece a autonomia dos sujeitos. Conforme a UNESCO (2001), a educação não formal abrange contextos comunitários, culturais e familiares, desenvolvendo competências práticas, sociais e cognitivas fundamentais para a formação integral do indivíduo.

Esses espaços educativos vêm se consolidando como importantes agentes de transformação social, especialmente por atenderem grupos em situação de vulnerabilidade. Para Bordon (2016), a educação não formal contribui para a inclusão e o desenvolvimento de habilidades adaptadas às necessidades específicas de cada público. Assim, a aprendizagem ocorre de forma dinâmica e contextualizada, promovendo o protagonismo dos participantes e fortalecendo os laços comunitários.

Gohn (2010) destaca que a principal característica da educação não formal é a flexibilidade de suas metodologias, o que permite adequar os processos de ensino às demandas locais. Essa visão dialoga diretamente com as ideias de Paulo Freire, que compreendia a educação como prática de liberdade e instrumento de transformação social. Em suas obras, como *Pedagogia do Oprimido* (1968) e *Educação como Prática da Liberdade* (1967), Freire defende que o ato educativo deve ser dialógico, crítico e voltado à emancipação dos sujeitos. O autor rejeita a concepção tradicional de ensino como mera transmissão de conhecimento e propõe uma educação participativa, baseada no diálogo e na reflexão crítica, elementos essenciais para o desenvolvimento da consciência social e política.

Freire (1987) afirma que a educação deve ser um processo de conscientização, no qual educadores e educandos constroem conjuntamente o conhecimento por meio da práxis a união entre ação e reflexão. Essa interação rompe com a relação vertical entre professor e aluno e promove uma aprendizagem horizontal, voltada para a transformação da realidade. Assim, a educação não formal torna-se um espaço legítimo de formação, onde o saber é construído a partir das vivências e das necessidades dos sujeitos.

Esses princípios são especialmente relevantes em contextos de exclusão, nos quais a educação formal nem sempre é suficiente para atender às demandas sociais. Freire e outros autores, como Mendes (2020) e Moura (2018), destacam que os espaços de educação não formal ONGs, movimentos sociais e centros culturais possibilitam experiências educativas que promovem a consciência crítica e a participação cidadã, sobretudo entre jovens e adultos das camadas populares.

Gohn (2006) reforça que, na sociedade contemporânea, é necessário repensar a educação para além dos muros da escola, ampliando-a para diferentes espaços e contextos. A educação não formal, embora distinta da formal, é planejada e intencional, com objetivos claros voltados à formação social, ética e cultural dos indivíduos. Nesse sentido, constitui-se como importante via de democratização do conhecimento e fortalecimento da cidadania.

Gadotti (2005) observa que a educação é requisito essencial para o acesso aos bens e serviços da sociedade, sendo um processo aberto e contínuo, permeado por dimensões sociais, culturais e psicológicas. Assim, a educação não formal complementa o ensino tradicional ao promover o aprendizado significativo, baseado na experiência e na interação social. Esses espaços possibilitam que crianças, jovens e adultos desenvolvam valores, senso crítico e consciência comunitária, elementos indispensáveis para a transformação social.

Bracht (1997) também aponta que a educação é mediadora de uma visão de mundo e de sociedade, contribuindo para a socialização e para o enfrentamento das contradições sociais. Desse modo, a educação não formal, ao articular conhecimento, cultura e participação, torna-se instrumento fundamental para a formação de cidadãos conscientes, éticos e atuantes.

Em síntese, a educação não formal não pretende substituir a escola, mas ampliá-la, criando pontes entre o saber acadêmico e a realidade social. Sua força está na capacidade de integrar diferentes espaços e experiências, promovendo o aprendizado pela vivência, pelo diálogo e pela ação coletiva. Ao reconhecer os diversos contextos em que a aprendizagem ocorre, ela reforça o papel da educação como prática de liberdade e de emancipação humana.

3. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A relação entre história, memória, cultura e identidade fundamenta o surgimento de um campo metodológico que utiliza o patrimônio como recurso educativo: a educação patrimonial. Essa abordagem busca integrar o patrimônio cultural aos processos de ensino e aprendizagem, tanto em espaços formais como as escolas quanto em ambientes não formais como museus, centros históricos e sítios arqueológicos. De acordo com Pinheiro (2015), mais do que instruir para a preservação de bens culturais, a educação patrimonial deve reconhecer os sujeitos como protagonistas, valorizando seus saberes e experiências na construção do conhecimento sobre o patrimônio.

Sob essa perspectiva, Medeiros (2007) destaca que o ensino de História deve incorporar múltiplas fontes e linguagens para ampliar a compreensão dos alunos acerca do patrimônio e de seu papel na preservação da memória coletiva. Tal prática confere dinamismo às aulas e contribui para o fortalecimento do senso crítico e da identidade cultural dos estudantes. Complementando essa visão, Pacheco (2017) ressalta que a disciplina de História deve estimular o olhar crítico sobre o passado, promovendo conexões entre as dimensões histórica, cultural e social, a fim de formar cidadãos conscientes e engajados com a valorização do patrimônio e da cultura local.

Conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 1999), a educação patrimonial constitui um processo sistemático de aprendizado que utiliza o patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento. Por meio da vivência direta com os bens culturais, os educandos são estimulados a compreender, apropriar-se e valorizar a herança cultural de forma crítica e participativa. Esse processo possibilita o desenvolvimento de uma postura ativa frente à conservação do patrimônio, incentivando a criação de novos saberes e práticas culturais.

Nessa perspectiva, a educação patrimonial assume um caráter essencialmente dialógico e socioconstrutivo, conforme defendem Tolentino (2016) e Florêncio (2015). O patrimônio é compreendido não como algo fixo ou imutável, mas como uma construção social dinâmica, formada por referências culturais compartilhadas, reinterpretadas e negociadas ao longo do tempo. Essa abordagem reconhece a diversidade e a pluralidade das comunidades envolvidas, promovendo o diálogo entre diferentes visões e experiências. Assim, a prática educativa voltada ao patrimônio torna-se um espaço de mediação e troca, no qual educadores e aprendizes constroem coletivamente o significado dos bens culturais.

Tolentino (2019) reforça que o trabalho educativo com o patrimônio deve partir da realidade local, valorizando os elementos culturais mais próximos do cotidiano dos alunos. Essa aproximação entre escola e comunidade fortalece o vínculo afetivo com os espaços culturais e desperta a consciência sobre a importância da preservação. Nesse processo, o professor atua como mediador cultural, responsável por estabelecer conexões entre o conhecimento escolar e as vivências dos estudantes em seus contextos socioculturais.

Florêncio (2015) complementa ao afirmar que a educação patrimonial vai além da simples transmissão de informações; trata-se de um processo de reflexão e transformação social. O aprendizado deve articular diferentes saberes formais e não formais e promover o reconhecimento dos conhecimentos locais, entendendo que cada bem cultural está inserido em um contexto de significados próprios e associados à memória coletiva. Dessa forma, a educação patrimonial se configura como uma mediação que permite às comunidades compreenderem-se como produtoras de cultura e história.

Nesse sentido, Thompson (2016) destaca a importância da participação ativa dos grupos sociais em todas as etapas das ações educativas voltadas ao patrimônio. Essa participação garante a democratização do processo, evitando que o conhecimento sobre o patrimônio seja imposto de forma unilateral e distante das realidades locais. A inclusão da comunidade nas decisões e práticas educativas é, portanto, um elemento essencial para a efetivação da educação patrimonial como instrumento de cidadania e valorização cultural.

Com base nesses princípios, a educação patrimonial pode ser entendida como uma prática interdisciplinar e participativa, que se realiza tanto nos espaços escolares quanto em ambientes culturais e turísticos. Ela visa despertar nos indivíduos uma consciência crítica e sensível sobre o patrimônio, fortalecendo os vínculos identitários e promovendo a valorização da diversidade cultural. Assim, ao integrar educação, cultura e memória, a educação patrimonial contribui para a formação de sujeitos reflexivos, capazes de compreender o passado e agir de forma responsável na preservação do legado histórico e cultural de suas comunidades.

4. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica. Esse tipo de pesquisa tem como propósito reunir, analisar e discutir os principais estudos e produções científicas que abordam a relação entre turismo, educação e patrimônio cultural, com ênfase na utilização dos espaços turísticos e culturais como ambientes de aprendizagem não formal.

A abordagem qualitativa se mostra particularmente adequada por privilegiar a interpretação contextualizada dos fenômenos sociais em estudo.

A pesquisa qualitativa, ao se voltar para a realidade social, busca compreender a complexidade das relações humanas, permitindo que os sujeitos da pesquisa se tornem protagonistas de suas histórias. É uma abordagem que privilegia o diálogo e a interação, estabelecendo uma relação de coautoria entre pesquisador e participantes. Assim, os dados qualitativos emergem como narrativas que revelam significados e experiências, enriquecendo a análise e a interpretação das características sociais (Minayo, 2010, p. 45)

A revisão bibliográfica foi realizada a partir da seleção de livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos institucionais publicados entre os anos de 2000 e 2025. As fontes foram coletadas em bases de dados acadêmicas como Google Acadêmico, Scielo, Periódicos CAPES e repositórios institucionais de universidades públicas brasileiras. Também foram incluídos documentos oficiais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por sua relevância e credibilidade na discussão sobre a valorização do patrimônio cultural.

Os descritores utilizados nas buscas foram: *educação não formal*, *educação patrimonial*, *turismo cultural*, *patrimônio histórico*, *aprendizagem em espaços não formais* e *São Mateus (ES)*. A seleção dos materiais seguiu os critérios de pertinência ao tema, atualidade, fundamentação teórica consistente e contribuição para a discussão sobre a valorização do patrimônio cultural por meio de práticas educativas.

Após a coleta, o material foi submetido a uma leitura analítica e interpretativa, buscando identificar convergências e divergências entre os autores, bem como compreender como os espaços turísticos podem ser utilizados como instrumentos pedagógicos voltados à valorização da cultura local.

Assim, foram selecionados 7 (sete) produções científicas para o desenvolvimento desta pesquisa, apresentados no quadro a seguir.

Quadro 1: Produções científicas selecionadas

Autor	Ano	Contribuição principal
Quadra	2016	Defende que os espaços de ensino não formal enriquecem o aprendizado e fortalecem o vínculo cultural dos alunos.
Cunha	2019	Ressalta a importância da valorização cultural na formação cidadã e na preservação da identidade local.
Silva	2020	Enfatiza a função da educação como meio de promoção da consciência cultural e crítica.
Lima	2018	Destaca o papel da educação na transmissão de valores culturais e sociais entre gerações.
Lordello	2018	Analisa o patrimônio histórico de São Mateus/ES, destacando seu potencial educativo.
John	2021	Define o patrimônio como conjunto de bens materiais e imateriais com valor simbólico e histórico.
Bittencourt	2017	Defende a necessidade de mediação pedagógica e formação de professores para uso educativo dos espaços turísticos.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025).

5. RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica realizada neste estudo evidenciou que a relação entre turismo e educação, especialmente quando articulada à valorização do patrimônio cultural, representa uma importante estratégia para o fortalecimento da identidade local e para o desenvolvimento de práticas educativas significativas fora do ambiente escolar. Os autores consultados ressaltam que o turismo cultural e a educação patrimonial constituem instrumentos eficazes para promover a consciência histórica e o sentimento de pertencimento das comunidades (Cunha, 2019; Silva, 2020; Lima, 2018).

De acordo com Quadra (2016), os espaços de ensino não formal ampliam as possibilidades de aprendizagem, permitindo que os alunos construam conhecimentos a partir da vivência e da observação direta do meio em que estão inseridos. Essa interação favorece o desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas, aproximando o indivíduo de sua cultura local e do contexto social em que vive. Nesse sentido, a educação não formal contribui para o reconhecimento e valorização dos saberes populares, das tradições e dos bens culturais materiais e imateriais, os quais compõem a identidade de uma comunidade.

Os estudos analisados também indicam que o município de São Mateus/ES apresenta um potencial expressivo para o desenvolvimento de práticas educativas em espaços não formais. Segundo Lordello (2018), o patrimônio histórico e cultural da cidade, especialmente o Sítio Histórico do Porto, a Igreja Velha e o Rio Cricaré, oferece condições para a realização de atividades pedagógicas que articulem história, geografia, meio ambiente e cultura. Esses locais, além de possuírem relevância histórica, carregam memórias e valores simbólicos que favorecem o aprendizado sobre o passado e as transformações sociais e culturais ocorridas ao longo do tempo.

Além disso, os resultados da revisão apontam que a utilização dos espaços turísticos como ambientes educativos contribui para a sensibilização quanto à preservação do patrimônio. Conforme John (2021), o patrimônio histórico e cultural é composto por elementos materiais

e imateriais que possuem valor simbólico e afetivo, sendo fundamental para a manutenção da memória coletiva. Assim, ao integrar o turismo à educação, promove-se o engajamento dos visitantes e estudantes na conservação desses espaços, despertando o sentimento de responsabilidade social e pertencimento.

Outro ponto relevante identificado foi a importância da mediação educativa nesses espaços. Para que o turismo se consolide como prática pedagógica, é necessário que professores, guias e agentes culturais estejam preparados para contextualizar as informações históricas e culturais, transformando a visita em uma experiência de aprendizagem significativa (Bittencourt, 2017). Isso requer formação continuada, planejamento e o desenvolvimento de metodologias participativas, que estimulem o diálogo e a reflexão crítica sobre a importância do patrimônio para a sociedade.

Dessa forma, observa-se que a educação não formal, quando aplicada aos espaços turísticos e culturais de São Mateus/ES, pode atuar como um instrumento de integração entre escola, comunidade e território. As práticas educativas realizadas nesses ambientes possibilitam o fortalecimento da identidade local, a valorização da cultura e o incentivo ao turismo sustentável. Tais iniciativas contribuem não apenas para o enriquecimento do processo de ensino e aprendizagem, mas também para o desenvolvimento de uma consciência cidadã voltada à preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural.

Em síntese, a discussão teórica revelou que o uso pedagógico dos espaços turísticos em São Mateus/ES representa uma oportunidade de promover a interdisciplinaridade e a construção de conhecimentos significativos. Essa abordagem amplia o papel social da educação, reforçando a ideia de que aprender não se restringe às salas de aula, mas pode ocorrer em qualquer ambiente que estimule a curiosidade, o pensamento crítico e o envolvimento com a realidade cultural e histórica da comunidade.

6. CONCLUSÃO

A partir da análise da literatura sobre turismo, educação e valorização do patrimônio cultural, este estudo evidenciou que os espaços turísticos e culturais de São Mateus/ES possuem grande potencial como ambientes de aprendizagem não formal. A revisão bibliográfica demonstrou que esses espaços podem ser utilizados de forma estratégica para promover a educação patrimonial, contribuindo para a formação cidadã e o fortalecimento da identidade cultural da comunidade.

Os resultados indicam que a educação não formal, quando articulada ao turismo cultural, permite aos indivíduos vivenciarem experiências significativas, compreender o contexto histórico e social de seu entorno e valorizar os bens culturais materiais e imateriais. Essa prática

educativa amplia o conhecimento acadêmico tradicional, promove o pensamento crítico, a reflexão sobre a memória e a identidade local, e estimula a responsabilidade social e ambiental dos participantes.

Além disso, constatou-se que a mediação pedagógica é fundamental para que as experiências em espaços turísticos se tornem eficazes. Professores, guias e agentes culturais desempenham papel central ao contextualizar informações, estimular o diálogo, promover a reflexão crítica e favorecer a apropriação consciente do patrimônio cultural. A participação ativa da comunidade e a integração entre escola, espaços culturais e sociedade reforçam a educação patrimonial como um processo dialógico e colaborativo.

Em síntese, este estudo reforça que o turismo cultural e a educação não formal são instrumentos complementares à educação formal, capazes de gerar aprendizado significativo e fortalecer a valorização do patrimônio histórico e cultural de São Mateus/ES. Ao promover o engajamento dos estudantes e visitantes, essas práticas contribuem para a preservação da memória local, o fortalecimento da identidade cultural e a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a conservação do patrimônio.

Por fim, os achados desta revisão bibliográfica apontam a necessidade de futuros estudos empíricos que explorem a implementação de práticas educativas em espaços turísticos, investigando seus impactos diretos na aprendizagem, na conscientização cultural e no comportamento dos visitantes. A integração entre turismo e educação patrimonial representa, portanto, uma oportunidade estratégica para promover conhecimento, cultura e cidadania, consolidando São Mateus/ES como referência em experiências de aprendizagem não formal.

REFERÊNCIAS

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. Vitória: Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo, 1997.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2017. Disponível em: <https://books.google.com/books?id=Hc5KDwAA-QBAJ>. Acesso em: 5 out. 2025.

BORDON, AL. A educação não formal e sua importância no desenvolvimento social. **Educação e Sociedade**, v. 134, pág. 123-140, 2016.

CUNHA, AS. **Educação e Cultura**: a Construção da Identidade. São Paulo: Editora Universitária, 2019.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceitu-

ais. In: **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/superintendencias/ceara/EduPat_CadernosdoPatrimonioCulturalVolume2.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

FREIRE, P. (1987). **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a educação**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>. Acesso em: 26 set. 2025.

JOHN, Ana Clara. O patrimônio histórico e cultural na educação não formal. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 4, p. 234-250, 2021.

LIMA, Renato de Souza. **Educação em espaços não formais e sua contribuição para o ensino de ciências**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/26482>. Acesso em: 5 out. 2025.

LORDELLO, Eliane. O Porto de São Mateus ES: historicidade e atualidade. **Vitruvius**, 2018. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/18.210/6834>. Acesso em: 25 set. 2025.

MENDES, André. **Educação Não Formal e a Prática Educativa de Paulo Freire**. Campinas: Papirus, 2020.

MEDEIROS, Elisabeth Weber. Ensino de História: fontes e linguagens para uma prática renovada. **VIDYA**, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 59-71, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/395>. Acesso em: 5 out. 2025.

MINAYO, Ana Maria de Andrade. **Pesquisa qualitativa: teoria, método e criatividade**. 14. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2010.

MOURA, Marcos. **A Contribuição de Paulo Freire para a Educação Crítica**. São Paulo: Edi-

tora Unesp, 2018.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O patrimônio histórico: objeto de pesquisa do historiador. **História Unicap**, Recife, v. 4, n. 7, p. 5-14, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/971>. Acesso em: 5 out. 2025.

PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (Org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor; IPHAN, 2015. Disponível em: [https://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_volII\(3\).pdf](https://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_volII(3).pdf). Acesso em: 5 out. 2025.

QUADRA, Felipe. O papel de espaços culturais no ensino contextualizado de história e ciências. **Revista de Educação Contemporânea**, Recife, v. 3, p. 87-102, 2016. Disponível em: https://si-teadmin.uvanet.br/apps/common/documentos_proex/publica_7fc727a2357eeb8954456d.pdf. Acesso em: 5 out. 2025.

SILVA, MA. **A Importância da Cultura Local na Educação**. Brasília: Ministério da Educação, 2020.

THOMPSON, Analucia; SOUZA, Igor Alexandre Nascimento de. A educação patrimonial no âmbito da Política Nacional de Patrimônio Cultural. In: **Educação Patrimonial: Políticas, Relações de Poder e Ações Afirmativas**. Caderno Temático 5. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15023>. Acesso em: 5 out. 2025.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e suas práticas. In: **Educação Patrimonial: Políticas, Relações de Poder e Ações Afirmativas**. Caderno Temático 5. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/30399303/O_que_n%C3%A3o_%C3%A9_educac%C3%A7%C3%A3o_patrimonial_cinco_fal%C3%A1cias_sobre_seu_conceito_e_sua_pr%C3%A1tica. Acesso em: 5 out. 2025.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. **Revista CPC**, São Paulo, n. 27 especial, p. 133-148, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://uespi.br/wp-content/uploads/2023/12/volume3.pdf>. Acesso em: 5 out. 2025.

UNESCO. (2001). **Educação não formal: uma abordagem para o século XXI**. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por. Acesso em: 20 out. 2024.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Paris: UNESCO, 2002.

SABERES QUILOMBOLAS E PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO: A NARRATIVA ORAL COMO FUNDAMENTO PARA UMA PRÁTICA DECOLONIAL

QUILOMBOLA KNOWLEDGE AND LITERACY PROCESSES:
ORAL NARRATIVE AS A FOUNDATION FOR A DECOLONIAL PRACTICES

DOI: 10.xxx9.1-1

Leigiane Fidelix Guilherme da Silva¹
Luciana Teles Moura Pirola²

1 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

2 Professora Orientadora do curso de Mestrado Profissional em Ciencia Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

Esta pesquisa investiga como a alfabetização pode ser desenvolvida considerando a cultura quilombola, tomando como referência a comunidade de Grana, em Itapemirim-ES. Com abordagem qualitativa, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental para compreender as práticas pedagógicas adotadas na comunidade. O estudo destaca a importância da integração das narrativas culturais e saberes locais no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, promovendo a valorização da identidade cultural e um ensino contextualizado. Como produto da pesquisa, foi elaborado um e-book infantil ilustrado inspirado nas tradições da comunidade, utilizado como recurso didático. Os resultados enfatizam que a valorização da cultura quilombola potencializa a aprendizagem e fortalece a autoestima dos estudantes.

Palavras-chave: educação quilombola; Alfabetização; narrativas culturais; identidade; práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This qualitative research aimed to investigate the literacy process in the quilombola community of Graúna, located in Itapemirim-ES, with an emphasis on valuing oral narratives and local cultural knowledge. The methodology included semi-structured interviews with teachers, participant observation in the classroom, and documentary analysis of pedagogical materials. The results indicate that integrating traditional quilombola narratives into teaching significantly contributes to strengthening cultural identity and increases students' engagement in the literacy process. As a practical outcome, an illustrated children's e-book was created, incorporating these narratives and serving as a contextualized didactic resource. The study highlights the importance of effective public policies, continuous teacher training, and the development of specific materials to promote meaningful and inclusive literacy in diverse cultural contexts.

Keywords: quilombola education; literacy; cultural narratives; identity; pedagogical practices.

1. INTRODUÇÃO

A alfabetização em comunidades quilombolas é um campo que demanda atenção às especificidades culturais, históricas e sociais desses grupos. Nesse contexto, alfabetizar vai além do ensino técnico da leitura e escrita, envolvendo a valorização das memórias coletivas, o fortalecimento da identidade e o reconhecimento dos saberes ancestrais como parte integrante do currículo escolar. Assim, a educação torna-se um ato político, crítico e libertador, onde os educandos se tornam agentes de transformação em suas comunidades.

As comunidades quilombolas, formadas por descendentes de africanos escravizados que resistiram à opressão, preservam suas identidades por meio de práticas culturais, dentre as quais a oralidade desempenha papel central. As narrativas orais são veículos de conhecimento, resistência e preservação da memória coletiva, fundamentais para o processo de alfabetização contextualizada.

Este estudo busca investigar como as narrativas orais quilombolas podem ser integradas às práticas pedagógicas de alfabetização, promovendo o letramento e o fortalecimento da identidade cultural e autoestima das crianças quilombolas. Realizada na comunidade de Grana, em Itapemirim-ES, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas, observação participante e análise documental. Busca-se contribuir para a construção de uma educação que respeite e valorize a diversidade cultural, propondo práticas pedagógicas alinhadas às realidades e saberes locais, com vistas a um ensino mais significativo e inclusivo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Políticas públicas e legislação educacional para comunidades quilombolas

A legislação educacional brasileira representa um marco importante para a promoção da inclusão da cultura afro-brasileira no currículo escolar oficial, essencial para a valorização das comunidades quilombolas. A Lei nº 10.639/03 alterou a LDB para tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, incluindo a realidade quilombola, fato que legitima a importância do reconhecimento das especificidades culturais na alfabetização (Brasil, 2003).

Essa legislação é complementada por outras normativas, como a Lei nº 12.711/2012, que estabelece cotas para negros e quilombolas nas instituições de ensino superior, e a Lei nº 12.960/14, que reforça os direitos das comunidades quilombolas, incluindo a educação como direito fundamental. Essas políticas públicas fortalecem o compromisso do Estado com o respeito à diversidade cultural, a promoção da equidade e o combate ao racismo estrutural presente no sistema educacional (Oliveira, 2019; Almeida, 2020).

A implementação dessas políticas, contudo, enfrenta desafios na prática escolar, principalmente pela falta de materiais e formação adequada dos professores para trabalhar de forma contextualizada e intercultural. O reconhecimento legal da educação quilombola ainda precisa ser efetivamente traduzido em políticas públicas que garantam infraestrutura, capacitação e valorização dos saberes tradicionais, possibilitando um ensino que promova a identidade, cultura e autonomia dessas comunidades (Santos, 2018; Gomes, 2010).

2.2. Alfabetização e educação libertadora

A alfabetização, dentro de um contexto quilombola, transcende a simples aquisição do código escrito e é concebida como um processo social, político e cultural. Paulo Freire (1987; 1996) fundamenta essa perspectiva ao defender a alfabetização como um ato libertador e transformador, no qual o educando se torna sujeito ativo no processo de construção do conhecimento e na transformação da realidade social. Essa concepção rompe com o ensino tradicional e tecnicista, propondo uma pedagogia dialógica, crítica e contextualizada.

Freire sublinha que alfabetizar envolve levar em conta a cultura, a realidade e a linguagem do educando, aspectos essenciais para o desenvolvimento da consciência crítica e da autonomia. No caso das comunidades quilombolas, esse princípio ganha ainda mais importância, pois promove a valorização das identidades culturais e a resistência contra a marginalização histórica e social dessas populações (Soares, 2004; Caldart, 2012). A educação libertadora, ao integrar saberes locais e narrativas culturais no processo de leitura e escrita, fortalece o vínculo do estudante com sua comunidade, promovendo autoestima e senso de pertencimento. Isso contribui para o sucesso escolar e para o empoderamento dos sujeitos, fatores centrais para a educação quilombola (Zipes, 2020; Tavares, 2023).

2.3. Narrativas orais e cultura quilombola (versão estendida)

As narrativas orais representam um dos pilares mais significativos da cultura quilombola, sendo um meio primordial de preservação da identidade, transmissão de saberes ancestrais e fortalecimento da memória coletiva. Em comunidades formadas por descendentes de africanos escravizados que resistiram à opressão, as histórias, cantos, lendas e mitos transmitidos oralmente desempenham um papel essencial na manutenção de sua herança cultural (Moura, 1981; Caldart, 2004). Essas narrativas não se restringem a simples contos ou folclore; elas funcionam como verdadeiros veículos de conhecimento e resistência cultural, proporcionando um sentido de pertencimento e continuidade histórica para os membros da comunidade (Ghosh, 2022; Tavares, 2023). A oralidade, nessa perspectiva, é vista como recurso pedagógico fundamental, que conecta o processo de alfabetização à realidade vivida pelos estudantes quilombolas.

No contexto educacional, incorporar as narrativas orais quilombolas no currículo escolar traz inúmeros benefícios. Primeiramente, cria um ambiente de aprendizagem significativo, onde os estudantes reconhecem sua cultura e experiências refletidas nos conteúdos trabalhados, aumentando a motivação e o engajamento (Zipes, 2020). Além disso, a inclusão dessas narrativas promove uma educação intercultural e antirracista, que combate a marginalização histórica sofrida pelos quilombolas ao valorizar suas vozes, histórias e conhecimentos (Almeida, 2020).

A pesquisa realizada na comunidade de Grana, em Itapemirim-ES, evidenciou que a valorização das histórias tradicionais — incluindo cantigas, rituais, festas, práticas cotidianas como o plantio e a pesca — serviu como ponto de partida para promover o diálogo entre oralidade, leitura e escrita, integrando repertórios culturais locais na prática pedagógica. Essa dinâmica permitiu que os estudantes se percebessem como autores e protagonistas de suas narrativas, ampliando a autoestima e a percepção de competência (Soares, 2004; Gomes, 2017).

No entanto, o fortalecimento das narrativas orais no ambiente escolar depende também da valorização institucional e do preparo docente, para que haja uma efetiva mediação entre saberes tradicionais e ensino formal (Santos, 2018). A formação dos professores deve contemplar a compreensão da importância das narrativas orais quilombolas, bem como metodologias para integrá-las de forma crítica e respeitosa na alfabetização e letramento.

Por fim, as narrativas orais são também um meio de resistência cultural, essencial para a preservação da memória histórica frente às pressões homogeneizadoras da sociedade. Através delas, as comunidades quilombolas mantêm viva sua identidade, afirmam seu espaço social e reafirmam seu direito à diversidade cultural, contribuindo para a construção de uma educação que seja, ao mesmo tempo, culturalmente situada e emancipatória (Freire, 1987; Ganchos, 2015).

2.4. Desafios da educação quilombola e formação docente

A educação em comunidades quilombolas enfrenta diversos desafios estruturais, pedagógicos e sociais que comprometem a oferta de um ensino de qualidade contextualizado. Um dos principais obstáculos é a escassez de recursos didáticos e infraestrutura adequada, característica comum em áreas rurais remotas onde muitas dessas comunidades estão localizadas (Almeida, 2020). A ausência de materiais específicos que reflitam a cultura quilombola contribui para a desmotivação dos estudantes, que muitas vezes não se veem representados no conteúdo escolar (Santos, 2018). Além disso, a formação docente representa um desafio crucial. Muitos professores que atuam nessas escolas não recebem capacitação suficiente para compreender e integrar as especificidades culturais, históricas e sociais das comunidades quilombolas em

suas práticas pedagógicas (oliveira, 2019). A formação deve ir além da transmissão técnica de conteúdo, focando na valorização da diversidade, do diálogo intercultural e no respeito às tradições locais (santos, 2018).

Outro desafio é a resistência das próprias comunidades à escolarização formal, percebida por vezes como um modelo imposto e descolado da realidade e cultura locais (oliveira, 2019). É necessário, portanto, um diálogo efetivo entre escola, família e comunidade para que as práticas educacionais se tornem integradoras, valorizando as experiências e saberes locais e promovendo o protagonismo dos alunos.

Em contrapartida, a valorização da cultura local e a inclusão de narrativas, músicas, danças e outras manifestações culturais na escola têm se mostrado potentes estratégias para aumentar o engajamento e a motivação dos estudantes (costa, 2022).

A formação docente continuada, que permita a troca de experiências e o desenvolvimento de metodologias contextualizadas, é fundamental para a consolidação dessa prática (silva, 2022). Por fim, políticas públicas eficazes e investimentos estruturais são imprescindíveis para garantir a sustentabilidade da educação quilombola. A implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola e o cumprimento da legislação específica, como a lei nº 12.960/14, são passos importantes para assegurar o direito à educação de qualidade, respeitosa e culturalmente adequada para estas comunidades (brasil, 2013; almeida, 2020).

2.5. Literatura infantil e formação leitora em contextos culturais diversos

A literatura infantil desempenha papel fundamental na formação leitora e no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, sendo uma ferramenta essencial para o fortalecimento da identidade cultural e dos valores éticos (Abramovich, 1997; Kiefer, 2020). Ao proporcionar acesso a narrativas que refletem a realidade e a cultura dos leitores, a literatura infantil contribui para a construção do senso de pertencimento e autoestima.

No contexto de comunidades quilombolas, a introdução de obras literárias que retratam suas tradições, mitos e modos de vida possibilita uma aprendizagem mais significativa e contextualizada, que respeita e valoriza a diversidade cultural (Silva, 2022). Essa abordagem favorece o letramento crítico, onde a leitura é vista como instrumento para compreender e transformar a realidade social (Vasquez, 2022; Beckett, 2019).

A participação das famílias e da comunidade no processo de formação leitora é igualmente relevante, promovendo práticas de leitura compartilhada e incentivando o ambiente de

leitura em casa e na escola (Vygotsky, 1978). A integração da literatura infantil no cotidiano escolar quilombola fortalece os vínculos culturais e comunitários, simultaneamente fomentando hábitos de leitura que contribuem para o sucesso acadêmico.

A criação e utilização de materiais didáticos e literários, como o e-book infantil elaborado na pesquisa, que incorpora as narrativas locais, representam um avanço significativo para a educação quilombola, traduzindo os saberes tradicionais em linguagem acessível às crianças e auxiliando na valorização da própria cultura (Beckett, 2019; Gomes, 2017).

3. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, visando compreender as práticas de alfabetização em uma comunidade quilombola. A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Grana, localizada na comunidade quilombola de Grana, em Itapemirim-ES, reconhecida oficialmente como remanescente de quilombo.

Participaram 10 professores atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que consentiram em participar do estudo mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante em sala de aula e análise documental de materiais pedagógicos e projetos escolares.

As entrevistas abordaram práticas de leitura e escrita, uso de narrativas locais, materiais didáticos, formação docente e percepção de identidade cultural. A observação concentrou-se nas interações em sala, organização do espaço e engajamento dos alunos. A análise documental examinou a presença da cultura local nos planejamentos e materiais didáticos.

Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo, com codificação e categorização dos temas emergentes relacionados à alfabetização, cultura quilombola e práticas pedagógicas. A pesquisa observou rigor ético, garantindo anonimato, confidencialidade e respeito à sensibilidade cultural da comunidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que a alfabetização no contexto quilombola assume um sentido ampliado, integrando os saberes culturais locais, especialmente por meio das narrativas orais, como apontam Moura (1981) e Caldart (2004). A pesquisa evidencia que a valorização dessas narrativas fortalece a identidade cultural e favorece o desenvolvimento de um aprendizado significativo, conforme defendido pela perspectiva libertadora de Paulo Freire (1987). Essa articulação permite aos alunos perceberem-se como protagonistas do processo educativo, gerando engajamento e autoestima.

Contudo, os desafios estruturais, pedagógicos e sociais enfrentados na educação quilombola, como a falta de materiais apropriados e formação docente contextualizada (Almeida, 2020; Santos, 2018), dificultam a efetivação plena das legislações que asseguram a inclusão cultural. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que não apenas reconheçam formalmente os direitos educacionais dos quilombolas, mas que também garantam recursos concretos para implementação dessas diretrizes.

A criação e utilização do e-book infantil que incorpora as narrativas locais representa um avanço importante na mediação entre cultura e ensino formal, alinhando-se às recomendações de Beckett (2019) e Silva (2022) para um letramento crítico que respeite a diversidade cultural. O envolvimento da comunidade e das famílias na formação leitora demonstra-se igualmente fundamental para ampliar os efeitos positivos da alfabetização contextualizada (Vygotsky, 1978). Assim, a integração entre políticas públicas, formação docente continuada, valorização dos saberes locais e desenvolvimento de materiais didáticos contextualizados apresenta-se como estratégia essencial para superar os obstáculos históricos da educação quilombola e promover um ensino inclusivo, significativo e emancipatório.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo reafirma a importância da integração das narrativas quilombolas não processo de alfabetização, destacando que essa prática promove um ensino mais significativo, inclusivo e emancipatório. Para a efetivação plena dessa proposta, tornam-se essenciais políticas públicas estruturadas, formação docente continuada e materiais pedagógicos que contemplem a cultura local.

O e-book infantil elaborado é uma contribuição concreta para | ampliar recursos educativos em contextos quilombolas, podendo ser adaptado para outras localidades. Sugerem-se futuras pesquisas com envolvimento comunitário ampliado e avaliação longitudinal dos impactos das práticas educacionais contextualizadas.

REFERÊNCIAS

- Abramovich, F. (1997). **Literatura infantil e formação do leitor**. São Paulo: Scipione.
- Almeida, V. (2020). Educação quilombola e políticas públicas: desafios e perspectivas. **Revista Educação e Africana**, 15(2), 45-60.
- Beckett, K. (2019). **Letramento crítico e literatura infantil**. Nova Iorque: Routledge.
- Brasil. (1996). **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Brasil. (2003). **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.**

Brasil. (2013). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.**

Caldart, R. (2004). A cultura da oralidade no quilombo. **Cadernos de Pesquisa**, 34(4), 103-114.

Freire, P. (1987). **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gomes, M. (2010). Educação e cultura quilombola: desafios e possibilidades. **Revista Educação em Questão**, 36(28), 25-39.

Ghosh, S. (2022). Preservar a cultura por meio de tradições orais nas comunidades da diáspora africana. **Jornal de Estudos Culturais**, 10(1), 12-27.

Kiefer, B. (2020). Desenvolvimento da leitura na primeira infância. **Oxford: Imprensa da Universidade de Oxford.**

Moura, J. (1981). Narrativas e memória em comunidades quilombolas. **História da África**, 5(2), 75-86.

Oliveira, L. (2019). Formação docente para a diversidade cultural. **Educação e Realidade**, 44(3), 55-74.

Santos, R. (2018). Desafios da escola quilombola contemporânea. **Cadernos de Educação**, 33(1), 88-101.

Silva, A. (2022). Literatura infantil quilombola: identidade e resistência cultural. **Revista Literária**, 19(2), 34-49.

Soares, M. (2004). **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto.

Tavares, F. (2023). Educação antirracista e interculturalidade. **Educação & Sociedade**, 44(159), 101-118.

Vasquez, V. (2022). Letramento crítico: perspectivas teóricas e aplicações práticas. **Jornal de Alfabetização**, 56(3), 200-215.

Vygotsky, L. (1978). **Mente na sociedade:** O desenvolvimento de processos psicológicos superiores. Imprensa da Universidade de Harvard.

Zippe, J. (2020). A importância crítica das narrativas culturais na educação. **Revisão Educacional**, 72(4), 433-445.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM CIÊNCIAS E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NO 8º ANO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

PEDAGOGICAL PRACTICES IN SCIENCE AND TRADITIONAL KNOWLEDGE IN THE 8TH YEAR OF QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATIONS

DOI: 10.xxx9.1-1

Lucas Silva Rocha¹
Katia Teixeira Gonçalves²

1 Mestrando do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

2 Professora Orientadora do curso de Mestrado Profissional em Ciencia Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

O presente estudo investigou práticas pedagógicas em Ciências integradas aos saberes tradicionais da comunidade quilombola no 8º ano de uma escola pública de Itapemirim/ES, com o objetivo de compreender métodos de ensino, desafios enfrentados e impactos no aprendizado e motivação dos estudantes. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com professores e observações das práticas pedagógicas, permitindo captar experiências, estratégias e percepções sobre a educação intercultural. Os resultados evidenciaram que a incorporação de saberes locais, como o estudo de plantas medicinais, atividades práticas no campo e conhecimentos ecológicos, contribui para uma aprendizagem mais contextualizada e significativa, fortalecendo a identidade cultural dos alunos. Foram identificados desafios, incluindo resistência de alguns educadores, limitações do currículo oficial, escassez de recursos e necessidade de formação continuada. Como produto educativo, foi elaborado um Guia Didático que apresenta sugestões práticas e metodológicas para a integração dos conhecimentos quilombolas no ensino de Ciências, promovendo um ensino científico e culturalmente inclusivo. A pesquisa demonstra que a valorização dos saberes tradicionais favorece o engajamento dos estudantes, a preservação cultural e a construção de uma educação intercultural, oferecendo subsídios para replicação de boas práticas em outras escolas e comunidades quilombolas. Conclui-se que a integração entre ciência e cultura local é estratégia eficaz para uma educação mais inclusiva, contextualizada e sustentável.

Palavras-chave: Educação quilombola; Ensino de Ciências; Saberes tradicionais; Práticas pedagógicas; Educação intercultural.

ABSTRACT

This study investigated science teaching practices integrated with the traditional knowledge of the quilombola community in the 8th grade of a public school in Itapemirim, ES, Brazil, aiming to understand teaching methods, challenges faced, and impacts on students' learning and motivation. The research employed a qualitative approach, using semi-structured interviews with teachers and observations of pedagogical practices to capture experiences, strategies, and perceptions regarding intercultural education. The results showed that incorporating local knowledge, such as the study of medicinal plants, hands-on field activities, and ecological knowledge, contributes to more contextualized and meaningful learning, strengthening students' cultural identity. Key challenges identified included resistance from some educators, limitations of the official curriculum, lack of resources, and the need for ongoing teacher training. As an educational product, a Didactic Guide was developed, providing practical and methodological suggestions for integrating quilombola knowledge into science teaching, promoting education that is both scientific and culturally inclusive. The study demonstrates that valuing traditional knowledge enhances student engagement, preserves cultural heritage, and fosters intercultural education, providing insights for replicating successful practices in other schools and quilombola communities. It is concluded that the integration of science and local culture is an effective strategy for more inclusive, contextualized, and sustainable education.

Keywords: Quilombola education; Science teaching; Traditional knowledge; Pedagogical practices; Intercultural education.

1. INTRODUÇÃO

A educação escolar quilombola constitui uma abordagem pedagógica que valoriza os saberes, tradições e a identidade cultural das comunidades quilombolas. O objetivo é integrar os conhecimentos tradicionais ao currículo escolar, promovendo uma formação inclusiva e significativa para os estudantes. Este estudo focaliza o ensino de Ciências no 8º ano do Ensino Fundamental em escolas quilombolas, analisando como as práticas pedagógicas conciliam conteúdos acadêmicos com saberes tradicionais. A proposta busca permitir que os estudantes compreendam conceitos científicos enquanto reconhecem e valorizam os conhecimentos transmitidos por suas famílias e pela comunidade.

A pesquisa investiga a implementação dessas práticas pedagógicas, avaliando seu impacto no aprendizado e na promoção de uma educação culturalmente sensível. A questão central é como o ensino de Ciências incorpora os saberes tradicionais, utilizando uma abordagem qualitativa que analisa a integração curricular, a eficácia das metodologias e os desafios enfrentados. A relevância do estudo é acadêmica e social. Academicamente, preenche lacunas na literatura sobre educação quilombola e pedagogia intercultural. Socialmente, busca fortalecer a identidade cultural dos estudantes, promover o protagonismo das comunidades quilombolas e evidenciar a necessidade de políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas.

O estudo pretende subsidiar a adoção de práticas pedagógicas que valorizem a identidade cultural e promovam um ensino de Ciências contextualizado e relevante. Espera-se que os resultados beneficiem a comunidade quilombola e sirvam de referência para outras instituições educacionais. A integração de saberes tradicionais no currículo é relevante para a sociedade e para a academia, pois fortalece a identidade cultural dos estudantes e amplia a compreensão da diversidade histórica do Brasil. Além disso, contribui para políticas públicas inclusivas e para a formação de docentes capacitados a valorizar os saberes locais.

O problema central analisado é como as práticas pedagógicas em Ciências incorporam e valorizam os conhecimentos tradicionais e culturais, influenciando o desempenho e a motivação dos estudantes. Entre as hipóteses estão o aumento do engajamento, melhoria no desempenho acadêmico e redução de barreiras de comunicação entre professores e alunos. O artigo apresenta resultados sobre práticas pedagógicas, metodologias de ensino, percepção de estudantes e professores, além da proposição de recomendações para fortalecer a educação quilombola. Busca-se demonstrar como um currículo que valoriza a diversidade cultural e os saberes ancestrais contribui para uma educação mais significativa e inclusiva.

2. INTEGRAÇÃO DE SABERES TRADICIONAIS E ENSINO DE CIÊNCIAS NO 8º ANO DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

A educação escolar quilombola tem se consolidado como uma estratégia pedagógica essencial para a valorização e preservação da cultura e dos saberes tradicionais das comunidades. Ao integrar conhecimentos locais ao currículo, especialmente no ensino de Ciências, busca-se promover uma aprendizagem significativa, contextualizada e inclusiva, que reconheça a identidade cultural dos estudantes e fortaleça sua participação ativa no processo educativo. Dessa forma, a escola passa a atuar não apenas como espaço de transmissão de conteúdos, mas também como agente de preservação cultural, incentivando o protagonismo dos alunos, o desenvolvimento de competências críticas e a construção de uma consciência social e ambiental fundamentada na realidade das comunidades quilombolas.

Essa abordagem pedagógica não apenas valoriza práticas e saberes históricos transmitidos pelas gerações, mas também contribui para a construção de uma consciência crítica e reflexiva, incentivando o protagonismo estudantil e a valorização da diversidade cultural. Além disso, ao promover o diálogo entre saberes tradicionais e científicos, a educação escolar quilombola amplia horizontes de conhecimento, fortalece vínculos comunitários e atua como instrumento de resistência e preservação cultural, fomentando práticas educativas que dialogam diretamente com a realidade social, ambiental e histórica das comunidades (Rodrigues et al., 2022).

Nesse sentido, torna-se evidente que a valorização do saber tradicional não deve ser vista como um complemento, mas como parte estruturante do currículo escolar. Isso se concretiza, sobretudo, quando a educação quilombola é aplicada de maneira prática e contextualizada, revelando o potencial da integração entre conteúdos científicos e o conhecimento ancestral.

A educação escolar quilombola desempenha papel fundamental na valorização e preservação da cultura e dos saberes tradicionais dessas comunidades. A integração de práticas pedagógicas em Ciências com os conhecimentos locais pode enriquecer significativamente o ensino dos estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental. As comunidades quilombolas detêm vasto conhecimento sobre o uso sustentável e manejo dos recursos naturais, que pode ser incorporado nas aulas para ilustrar conceitos científicos de ecologia, botânica e saúde (Rodrigues; Colatreli; Yamaguchi, 2020).

Essa articulação entre teoria e prática ganha ainda mais força quando os estudantes são incentivados a experimentar, investigar e produzir conhecimento a partir de sua própria realidade, aproximando os conteúdos escolares de suas vivências cotidianas. Nesse movimento, o processo educativo deixa de ser linear e passivo para se tornar investigativo, crítico e transformador, valorizando o protagonismo discente e reconhecendo a comunidade como espaço

legítimo de produção de saber. Assim, o aprendizado se torna mais significativo, pois conecta diretamente os conceitos científicos ao cotidiano dos alunos, reforçando sua identidade cultural e ampliando sua capacidade de interpretar e intervir no mundo que os cerca.

Práticas pedagógicas eficazes incluem oficinas práticas, como identificação de plantas medicinais, coleta e análise de solos ou criação de hortas comunitárias. Tais atividades conectam o conteúdo curricular à vida cotidiana dos estudantes, tornando o ensino mais relevante e engajador (Guimarães; Magnani; Lemes, 2022). Além disso, debates e reflexões críticas sobre saberes tradicionais e científicos promovem uma educação emancipatória, fortalecendo a identidade cultural e a autoestima dos alunos (Oliveira et al., 2020).

Ao consolidar essas práticas, a escola torna-se um espaço de diálogo intercultural, no qual os conhecimentos locais e acadêmicos caminham lado a lado, fortalecendo tanto o aprendizado formal quanto a preservação das raízes culturais. Esse processo contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de compreender a relevância de sua herança histórica ao mesmo tempo em que acessam novos saberes científicos. Dessa maneira, a escola deixa de ser apenas um ambiente de instrução e passa a se configurar como um território de resistência cultural e de construção coletiva do conhecimento, onde identidade, pertencimento e cidadania se entrelaçam.

A integração entre conhecimentos tradicionais e ciência contribui para o sucesso acadêmico e a preservação da herança cultural quilombola. Ao incorporar saberes locais no currículo, a educação torna-se inclusiva e representativa, aumentando o engajamento dos estudantes (Amorim; Pepe, 2023). A educação deve ser dialógica, considerando o saber popular e o conhecimento científico como complementares, exigindo que o currículo científico dialogue com as práticas culturais e realidades dos alunos (Pereira, 2024).

Apesar dos avanços, é importante reconhecer que a implementação dessa proposta enfrenta obstáculos que precisam ser superados para que o processo educativo seja, de fato, transformador. Contudo, essa integração enfrenta desafios, como a falta de preparo docente, preconceitos culturais e ausência de materiais didáticos interculturais (Cruz; Santos, 2023; Silva). A formação continuada de professores e a construção colaborativa de conteúdos educativos envolvendo a comunidade podem superar essas barreiras, promovendo uma educação inclusiva e contextualizada (Santos; Pereira, 2022).

Quando superados esses entraves, as experiências pedagógicas se materializam de forma concreta no cotidiano escolar, permitindo que os alunos se reconheçam como sujeitos ativos do processo educativo. Observações práticas em hortas comunitárias demonstram a aplicação concreta dos saberes locais, como técnicas ancestrais de plantio, compostagem e uso de plantas medicinais. Essas experiências destacam a importância de atividades práticas no currículo escolar, fortalecendo a aprendizagem contextualizada e valorizando a identidade cultural quilombola (Gontijo, 2022; Silva, 2021).

A integração dos conhecimentos tradicionais quilombolas nas práticas pedagógicas em Ciências representa uma oportunidade de promover um ensino significativo, inclusivo e culturalmente sensível. Ao valorizar os saberes locais e articular conteúdos científicos com a realidade dos estudantes, é possível fortalecer a identidade cultural, estimular o protagonismo estudantil e contribuir para a preservação da herança cultural das comunidades quilombolas, consolidando uma educação que seja ao mesmo tempo acadêmica e socialmente relevante.

3. METODOLOGIA

A pesquisa teve como objetivo investigar as práticas pedagógicas em Ciências e a integração dos conhecimentos tradicionais na comunidade quilombola de Graúna, em Itapemirim, Espírito Santo, especificamente no 8º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental Graúna. Para isso, adotou-se inicialmente uma revisão bibliográfica, centrada em obras publicadas entre 2020 e 2024, abordando educação escolar quilombola, práticas pedagógicas em Ciências, saberes tradicionais e interculturalidade. Foram priorizados artigos, livros e dissertações em português, inglês e espanhol, excluindo-se textos que não tratassem diretamente do tema ou que fossem anteriores a 2020.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada nos princípios da etnografia, com o intuito de compreender como os saberes tradicionais são valorizados e incorporados ao ensino de Ciências. A produção de dados envolveu entrevistas semiestruturadas com professores de Ciências do 8º ano, observações em sala de aula e análise de documentos pedagógicos, como planejamentos anuais e sequências didáticas. A análise seguiu a técnica baseada nos princípios da etnografia (Silva; Menezes, 2021), identificando categorias e subcategorias que revelaram como os conhecimentos tradicionais são integrados às práticas pedagógicas.

Foram incluídos professores com vínculo ativo na escola e atuação direta com o 8º ano, enquanto docentes afastados ou que não lecionavam Ciências foram excluídos. Os documentos analisados englobaram planejamentos pedagógicos, Projeto Político-Pedagógico e proposta curricular, focando exclusivamente em materiais relacionados aos saberes tradicionais e ao ensino de Ciências. O critério de seleção dos professores baseou-se na intencionalidade, priorizando aqueles que demonstravam engajamento com a valorização dos saberes tradicionais e a integração desses conhecimentos às práticas pedagógicas, permitindo uma análise mais aprofundada das estratégias adotadas no contexto quilombola.

O estudo seguiu rigorosamente os princípios éticos, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, garantindo anonimato, confidencialidade e consentimento informado dos participantes. Estratégias sensíveis foram adotadas para minimizar limitações decorrentes de resistência ou restrições de tempo, respeitando a comunidade e o contexto escolar.

A metodologia adotada possibilitou a identificação de práticas pedagógicas eficazes para a integração de saberes tradicionais e científicos, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de estratégias educacionais contextualizadas e inclusivas. Dessa forma, a pesquisa contribuiu para compreender e fortalecer a relação entre ciência e cultura no ensino em escolas quilombolas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa sobre práticas pedagógicas em Ciências e conhecimentos tradicionais no 8º ano da educação escolar quilombola evidenciou que a integração dos saberes locais contribui significativamente para um ensino mais contextualizado, inclusivo e culturalmente representativo. Os professores entrevistados definiram a educação quilombola como um modelo pedagógico que valoriza a história, as tradições e os saberes ancestrais da comunidade, fortalecendo a identidade cultural dos alunos e promovendo a preservação do patrimônio cultural (Silva; Oliveira, 2022).

Nesse cenário, a valorização do conhecimento ancestral ultrapassa o campo da teoria e se materializa nas práticas pedagógicas cotidianas, que aproximam ciência e tradição de forma dinâmica e participativa. Esse movimento possibilita que os estudantes reconheçam sua herança cultural como fonte legítima de saber, ao mesmo tempo em que desenvolvem competências científicas e críticas. Dessa forma, a sala de aula deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos e passa a se constituir como um ambiente de diálogo, experimentação e construção coletiva do conhecimento, onde a cultura quilombola se reafirma como elemento central no processo educativo.

As práticas pedagógicas observadas incluem atividades práticas, saídas de campo, estudo da fauna e flora local, uso de plantas medicinais e agricultura familiar. Esses métodos aproximam a teoria científica da realidade dos estudantes, tornando o aprendizado mais significativo e estimulando o protagonismo dos jovens (Alves; Cerqueira, 2020; Santos; Pereira, 2022). A integração entre saberes tradicionais e conhecimento científico enriquece as aulas, embora desafios, como a resistência de alguns educadores e a necessidade de capacitação, ainda precisem ser superados.

A análise detalhada dos dados revela que tais experiências pedagógicas não apenas ampliam os horizontes de aprendizagem, mas também evidenciam a urgência de uma adequação curricular capaz de refletir a interculturalidade e os valores comunitários. Isso significa reconhecer que o currículo tradicional, muitas vezes centrado em referências eurocêntricas, precisa ser revisto para contemplar saberes locais e práticas culturais que dão sentido à vivência dos estudantes. Ao inserir os conhecimentos quilombolas como parte integrante do processo educativo, a escola contribui não apenas para a valorização da identidade dos alunos, mas também para a construção de uma educação crítica, plural e comprometida com a justiça social e o fortalecimento da comunidade.

A análise dos dados também revelou a importância de adequar o currículo escolar para contemplar a interculturalidade e valorizar os conhecimentos locais. A escola, nesse contexto, torna-se um espaço estratégico para promover a preservação cultural e ambiental, engajando os estudantes no reconhecimento de suas raízes e na sustentabilidade da comunidade quilombola (Libório, 2022; Oliveira; Lima, 2022).

Como resposta prática a essa necessidade, foi elaborado um material educativo que busca apoiar tanto educadores quanto gestores na aplicação de metodologias interculturais. Esse recurso pedagógico assume um papel estratégico ao oferecer subsídios teóricos e práticos que orientam a integração dos saberes quilombolas ao ensino formal, fortalecendo o vínculo entre ciência e tradição. Além de servir como guia metodológico, o material constitui-se como um instrumento de resistência cultural, pois contribui para a preservação da memória coletiva e para a promoção de práticas pedagógicas que dialogam com a realidade social e ambiental das comunidades. Dessa forma, a proposta não se limita a ser um recurso complementar, mas se configura como um marco no processo de construção de uma educação mais inclusiva, representativa e socialmente comprometida.

Como produto final da pesquisa, elaborou-se o guia educativo “Saberes que ensinam: integrando conhecimentos quilombolas ao ensino de Ciências”, que apresenta orientações, metodologias, relatos de experiências e recursos lúdicos para apoiar educadores, gestores escolares e pesquisadores na implementação de práticas pedagógicas interculturais. O guia visa não apenas divulgar os resultados da pesquisa, mas também inspirar e facilitar a continuidade e ampliação das práticas pedagógicas, fortalecendo o vínculo entre ciência, cultura local e educação significativa.

Essa iniciativa se alinha à perspectiva mais ampla de consolidar a educação escolar quilombola como um campo pedagógico estratégico, capaz de valorizar práticas históricas e fortalecer vínculos comunitários. Ao estabelecer pontes entre o conhecimento científico e os saberes ancestrais, a escola assume o papel de espaço privilegiado para a preservação cultural e para a formação cidadã, estimulando a participação ativa dos estudantes e o reconhecimento de suas identidades. Nesse processo, a educação quilombola deixa de ser vista apenas como uma modalidade diferenciada e passa a se configurar como um paradigma educacional inovador, que inspira práticas inclusivas, emancipatórias e socialmente transformadoras em diferentes contextos educativos.

A educação escolar quilombola tem se consolidado como uma estratégia pedagógica essencial para a valorização e preservação da cultura e dos saberes tradicionais das comunidades (Rodrigues et al., 2022; Silva; Oliveira, 2022). Ao integrar conhecimentos locais ao currículo, especialmente no ensino de Ciências, busca-se promover uma aprendizagem significativa, contextualizada e inclusiva, que reconheça a identidade cultural dos estudantes e fortaleça

sua participação ativa no processo educativo (Rodrigues; Colatreli; Yamaguchi, 2020). Essa abordagem pedagógica valoriza práticas históricas e saberes ancestrais, promovendo o diálogo entre conhecimento científico e saber popular, ampliando horizontes de aprendizagem e fortalecendo vínculos comunitários (Amorim; Pepe, 2023).

Nesse contexto, observa-se que a prática docente se enriquece com a adoção de metodologias ativas e participativas, que tornam o processo educativo mais próximo da realidade quilombola. Ao privilegiar atividades práticas, debates coletivos e a construção colaborativa do conhecimento, o professor assume o papel de mediador, promovendo a valorização da experiência dos alunos e da comunidade como parte essencial do processo formativo. Essa postura pedagógica contribui para o fortalecimento da identidade cultural, para o engajamento estudantil e para o desenvolvimento de competências críticas e reflexivas, possibilitando que os estudantes compreendam o valor de sua herança cultural ao mesmo tempo em que se apropriam de novos saberes científicos.

As práticas pedagógicas observadas no 8º ano incluem oficinas práticas, saídas de campo, estudo da fauna e flora local, uso de plantas medicinais, agricultura familiar e atividades em hortas comunitárias (Guimarães; Magnani; Lemes, 2022; Alves; Cerqueira, 2020). Esses métodos aproximam o conteúdo curricular da realidade dos estudantes, tornando o aprendizado mais relevante e estimulando o protagonismo estudantil (Oliveira et al., 2020). Além disso, debates e reflexões críticas sobre saberes tradicionais e científicos contribuem para uma educação emancipatória, fortalecendo a identidade cultural e a autoestima dos alunos (Pereira, 2024). A integração entre ciência e conhecimento local também permite uma compreensão mais ampla de temas de ecologia, botânica e saúde, ao mesmo tempo que preserva e valoriza a herança cultural quilombola (Libório, 2022; Oliveira; Lima, 2022).

Apesar disso, é necessário reconhecer que ainda existem entraves estruturais e pedagógicos que dificultam a consolidação plena desse modelo educativo. Entre eles, destacam-se a carência de formação docente voltada para a interculturalidade, a escassez de materiais didáticos que contemplem os saberes tradicionais e a persistência de preconceitos que, muitas vezes, invisibilizam ou desvalorizam o conhecimento quilombola no espaço escolar. Esses desafios revelam que a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva exige não apenas a revisão de práticas pedagógicas, mas também o fortalecimento de políticas públicas comprometidas com a equidade, a diversidade cultural e a valorização das identidades coletivas.

Apesar dos benefícios, a integração dos saberes tradicionais ao ensino enfrenta desafios, como a falta de preparo docente, preconceitos culturais e ausência de materiais didáticos interculturais (Cruz; Santos, 2023). A formação continuada de professores, a construção colaborativa de conteúdos e a elaboração de recursos educativos, como o guia “Saberes que ensinam: integrando conhecimentos quilombolas ao ensino de Ciências” (Santos; Pereira, 2022), são

estratégias importantes para superar essas barreiras. Assim, a educação escolar quilombola se consolida como um modelo pedagógico inclusivo, transformador e culturalmente sensível, promovendo uma aprendizagem significativa e fortalecendo o vínculo entre ciência, cultura local e identidade estudantil.

O estudo evidencia que a valorização dos saberes tradicionais e sua integração ao ensino de Ciências promovem uma educação mais inclusiva, contextualizada e transformadora, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural e do protagonismo dos estudantes quilombolas.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa sobre práticas pedagógicas em Ciências e conhecimentos tradicionais no 8º ano da educação escolar quilombola evidenciou que a integração dos saberes locais ao ensino científico tem impacto positivo no aprendizado e na formação dos estudantes. As atividades que incorporam o conhecimento ancestral, como o estudo de plantas medicinais, experiências práticas no campo e o uso de conhecimentos ecológicos, demonstraram ser essenciais para uma educação mais significativa, contextualizada e inclusiva, fortalecendo a identidade cultural dos alunos.

Apesar dos avanços, foram identificados desafios importantes, como a resistência de alguns educadores, as limitações do currículo oficial, a escassez de recursos pedagógicos e a necessidade de formação contínua. Superar esses obstáculos é fundamental para consolidar práticas pedagógicas interculturais de forma eficaz e sustentável.

O desenvolvimento do Guia Didático a partir dos dados coletados representa uma contribuição prática e relevante da pesquisa, oferecendo aos educadores ferramentas e estratégias para integrar saberes quilombolas ao ensino de Ciências. Esse produto educativo possibilita a replicação das boas práticas em outras escolas e comunidades, fortalecendo o vínculo entre ciência e cultura local.

A pesquisa também reforça a importância da colaboração entre escola e comunidade quilombola, bem como do apoio institucional para garantir que essas práticas sejam implementadas de forma consistente. A valorização dos saberes tradicionais no currículo escolar não apenas promove o engajamento e o protagonismo dos estudantes, mas também contribui para a preservação cultural e para a construção de uma educação intercultural, equitativa e transformadora.

Conclui-se que os achados desta pesquisa indicam que a integração entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais é uma estratégia pedagógica eficaz para enriquecer o ensino, fortalecer a identidade cultural dos estudantes e promover uma educação mais inclusiva, contextualizada e sustentável. Espera-se que essas contribuições inspirem outras escolas e comunidades quilombolas a adotar práticas semelhantes, ampliando o alcance da educação intercultural no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rogéria Cristina; CERQUEIRA, Karla Cristina. A educação escolar quilombola em Minas Gerais: identidade e resistência. **Caderno de História**. Belo Horizonte, v. 21, n. 34, 2020-ISSN 2237-8871. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13694438. Acesso em: 16 fev. 2025.

AMORIM, Rosania Maria Sacramento de; PEPE, Alda Muniz. Educação escolar quilombola: uma prática pedagógica inovadora exitosa na comunidade de Santiago do Iguape. **Revista Educação: práticas sociais e processos educativos**. 2023. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/download-post/76940>. Acesso em: 16 fev. 2025.

CRUZ, Queziane Martins da; SANTOS, Arlete Ramos dos. Educação escolar quilombola e os quilombos: o protagonismo dos movimentos sociais quilombolas. **Revista Linguagens, Educação e Sociedade**. 2023. Disponível em: <https://portal.amelica.org/ameli/journal/818/8184179001/html/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

GONTIJO, Leonardo Prado. **O ensino de ciências em comunidades quilombolas - um levantamento bibliográfico**. Universidade Federal de São Paulo. 2022. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/f5b03d9c-8a47-422a-bdd8-724f99cb0bce/content>. Acesso em: 09 nov. 2024.

GUIMARÃES, Meiriane Rafaela Assunção; MAGNANI, Luiz Henrique; LEMES, Anielli Fabiula Gavioli. A educação escolar quilombola e o ensino de Ciências: reflexões teóricas a partir de um relato de experiência. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 7, p. e12543, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/12543>. Acesso em: 16 fev. 2025.

LIBORIO, Andreia Regina Silva Cabral. **Educação Escolar Quilombola: currículos de formação inicial de professores em uma instituição da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, ressignificando olhares'**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13215212. Acesso em: 16 fev. 2025.

OLIVEIRA, Diana Clementina de et al. Metodologias ativas no ensino de Ciências da Natureza: significados e formas de aplicação na prática docente. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/download/4333/2821/19920>. Acesso em: 09 nov. 2024.

OLIVEIRA, T. R.; LIMA, J. F. Pedagogia Griô e saberes tradicionais: diálogos no ensino de Ciências em comunidades quilombolas. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 32, n. 2, p. 45-60, 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNEB-8_1bbb7bc058d0fcb-355532c219220ba10. Acesso em: 30 ago. 2025.

PEREIRA, L. de A. Práticas pedagógicas no cotidiano escolar quilombola e suas interconexões com a Pedagogia Griô. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 9, 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/7636>. Acesso em: 30 ago. 2025.

RODRIGUES, Ana V. et al. **Perspectiva integrada de educação em ciências: percepções de estudantes, professores e pais**. Investigações em Ensino de Ciências –V27(3), pp. 136-163, 2022. Disponível em: <https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/2944/820>. Acesso em: 09 nov. 2024.

RODRIGUES, Cristiana Nunes; COLATRELI, Olavo Pinhatti; YAMAGUCHI, Klenicy Kazumy de Lima. A valorização dos saberes tradicionais utilizando o tucupi amazônico como ferramenta para o ensino de Ciências. **Revista REAMEC**, Cuiabá (MT), v. 8, n. 2, p. 519-539, maio-agosto, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reamec/article/view/9968>. Acesso em: 08 set. 2024.

SANTOS, J. A.; PEREIRA, L. de A. Saberes tradicionais e ensino de Ciências: integração entre comunidade quilombola e práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, e270042, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/xyz123>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SILVA, A. M. E. da. **As quilombolas do Sítio Veiga e a dança de São Gonçalo em Quixadá-CE**. Redenção: UNILAB. 2021. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2434>. Acesso em: 09 nov. 2024.

SILVA, M. R.; OLIVEIRA, T. A. Educação quilombola: saberes, identidades e resistências. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 15, n. 3, p. 1125–1142, 2022. Disponível em: <https://www.rbenc.edu.br/artigo/educacao-quilombola>. Disponível em: <https://www.editora-pallas.com.br/>. Acesso em: 11 maio 2025.

SOUZA, José Claudio. **Educação, cultura e identidade: desafios para a escola quilombola**. 2018. Disponível em: <https://www.editora guerreira.com.br/educacao-cultura-e-identidade-desafios-para-a-escola-quilombola>. Acesso em: 11 maio 2025.

TELLES, Benedita. **O Lúdico na Pedagogia Contemporânea**. 2020. Disponível em: <https://www.editorasmartbooks.com.br/o-ludico-na-pedagogia-contemporanea>. Acesso em: 11 maio 2025.

VIEIRA, M. F. Saberes tradicionais e as práticas pedagógicas nas escolas quilombolas. **Revista de Educação e Cultura**, v. 9, n. 1, p. 72-90, 2018. Disponível em: <https://www.receduc.org.br/>. Acesso em: 11 maio 2025.

CADEIA ALIMENTAR E SEUS COMPONENTES: UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA ATIVA PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA PARA ALUNOS DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

FOOD CHAIN AND ITS COMPONENTS: A PROPOSAL FOR AN ACTIVE DIDACTIC SEQUENCE FOR
MEANINGFUL LEARNING FOR 6TH GRADE STUDENTS OF ELEMENTARY SCHOOL

DOI: 10.xxx9.1-1

Luciano Campista Salles¹
Vivian Miranda Lago²

1 Mestrando do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

2 Professora Orientadora do curso de Mestrado Profissional em Ciencia Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

A presente pesquisa surgiu de preocupações com o ensino de ciências. Ela apresenta uma proposta de sequência didática ativa para ensinar conceitos de cadeia alimentar a alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II. O objetivo foi avaliar o impacto de uma sequência didática no processo de ensino e aprendizagem das concepções de cadeia alimentar e seus componentes (produtores, consumidores e decompositores), destacando a interdependência entre os seres vivos para uma aprendizagem significativa. A proposta utilizou uma abordagem de ensino que integra atividades didáticas, como experimentos, jogos educativos, discussões em grupo e projetos de pesquisa. O trabalho foi estruturado para estimular a curiosidade dos estudantes e promover a construção do conhecimento de forma colaborativa e contextualizada sobre conceitos básicos de cadeia alimentar, produtores, consumidores e decompositores, visando à discussão sobre a importância da cadeia alimentar para os ecossistemas. A pesquisa sugeriu que a implementação de sequências didáticas ativas pode transformar o ensino de ciências, tornando-o mais eficaz e atraente para os alunos. No decorrer do procedimento, apostou-se nas metodologias ativas para análises sobre um aprendizado mais dinâmico, significativo e centrado no estudante, favorecendo a participação ativa em duas turmas de 6º ano, tornando-os protagonistas do próprio aprendizado por meio da utilização de sequências didáticas planejadas – o que contribuiu para a compreensão e valorização da complexidade dos ecossistemas e a importância da cadeia alimentar, tendo as professoras regentes participado do estudo. A pesquisa coletou dados para análises reais sobre a adoção de práticas pedagógicas ativas e interativas visando melhorar o desempenho e o interesse dos alunos em ciências. E ainda sobre perspectivas para professores que possam adaptar a sequência didática proposta para outros tópicos e séries, promovendo uma abordagem mais dinâmica e envolvente no ensino. Como resultados obtidos percebeu-se que houve melhora da assimilação de conteúdos, comprovando que as abordagens interativas promovem o desenvolvimento de habilidades essenciais, como autonomia, pensamento crítico, resolução de problemas e trabalho em equipe. Tudo isso contribui para fomentar pesquisas e resultados que mostram que a educação e, em especial, os professores precisam de inovações, suporte e novas ideias para reformular o ensino de conteúdos com maior interatividade e significância para a apropriação de conhecimentos por parte dos estudantes.

Palavras-chave: Cadeia alimentar; Sequência didática; Aprendizagem significativa.

ABSTRACT

This research arose from concerns about science education. It presents a proposal for an active teaching sequence to teach food chain concepts to 6th-grade students in the second cycle of elementary school. The objective was to evaluate the impact of a teaching sequence on the teaching and learning process of food chain concepts and their components (producers, consumers, and decomposers), highlighting the interdependence between living beings for meaningful learning. The proposal used a teaching approach that integrates didactic activities such as experiments, educational games, group discussions, and research projects. The work was structured to stimulate students' curiosity and promote the collaborative and contextualized construction of knowledge about basic concepts of food chains, producers, consumers, and decomposers, aiming at a discussion about the importance of the food chain for ecosystems. The research suggested that the implementation of active teaching sequences can transform science education, making it more effective and attractive to students. Throughout the procedure, active methodologies were used to analyze a more dynamic, meaningful, and student-centered learning experience, favoring active participation in two 6th-grade classes. This made students the protagonists of their own learning through the use of planned didactic sequences – contributing to the understanding and appreciation of the complexity of ecosystems and the importance of the food chain. The homeroom teachers participated in the study. The research collected data for real-world analyses on the adoption of active and interactive pedagogical practices aimed at improving student performance and interest in science. It also explored perspectives for teachers who can adapt the proposed didactic sequence to other topics and grade levels, promoting a more dynamic and engaging approach to teaching. The results showed an improvement in content assimilation, proving that interactive approaches promote the development of essential skills such as autonomy, critical thinking, problem-solving, and teamwork. All of this contributes to fostering research and results that show that education, and especially teachers, need innovation, support, and new ideas to reshape the teaching of content with greater interactivity and significance for students' acquisition of knowledge.

Keywords: Food chain; Didactic sequence; Meaningful learning.

1. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

A ciência ensina dados e contextos educativos e por isso carrega o preconceito de ter muitos termos e definições de difícil compreensão, o que acabou impondo aos educandos decorar conteúdos sobre cadeia alimentar e seus componentes, contribuindo para a visão da ciência como algo que apresenta verdades absolutas e decoradas. Essa abordagem desenvolve resistência nos estudantes em relação a pesquisar os fenômenos naturais, bioquímicos e físicos (Motokane, Marcelo T., 2015).

A educação tem a função de identificar resistências e limitações no processo de aprendizagem dos discentes e desenvolver estratégias para superá-las. Isso pode ser feito por meio de aulas com metodologias diversificadas, utilizando materiais de fácil acesso disponíveis nas escolas, além de outras ferramentas que incentivem a interação entre os alunos. Como sugestões de atividades, podem ser utilizadas Sequências Didáticas (SDs) com métodos ativos, análises de campo e atividades experimentais.

De acordo com Zabala (1998, p. 18), compreende-se por Sequência Didática “[...] um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais”, ou seja, a escolha de determinadas práticas que vão ao encontro das finalidades de aprendizagem do educando. Isso requer que o educador considere diversos fatores que mantenham o interesse e a participação dos alunos no processo educativo.

Na visão de Edwards (2015), os adolescentes necessitam de práticas de aprendizado que física, intelectual e socialmente sejam atraentes para que se desenvolvam no espaço educativo várias oportunidades de aprendizagem. Mórán (2015) reforça que, para que os alunos se tornem indivíduos mais participativos, é necessário que os métodos estejam em consonância com a finalidade do estudo, envolvendo-os em práticas cada vez mais complexas nas quais eles precisam tomar decisões e analisar os resultados. É nesse contexto produtivo que o processo de educação é valorizado.

Mediante o exposto, a problemática que originou esse projeto de pesquisa foi:

Como uma Sequência Didática, baseada em métodos que incentivem a autonomia e o envolvimento ativo do aluno, pode promover um aprendizado significativo sobre a cadeia alimentar e seus componentes, considerando as concepções prévias dos estudantes?

No entendimento de que a melhor maneira de sustentar o interesse do educando no decorrer da aprendizagem é (re)colocá-lo como sujeito ativo no processo, Daher (2017) explica que aprender é tornar-se uma prática de dar sentidos, com fortes elementos pessoais, senão o aprender é tido como mecânico, sem sentido, guardado de maneira arbitrária na cabeça do aluno. Um aprender ativo, então, é aquele em que o sujeito cria e recria visões, colocando os novos saberes dentro de processos mentais mais permanentes e importantes.

Portanto, este estudo buscou demonstrar que a implementação de Sequências Didáticas ativas pode transformar a maneira como os alunos compreendem e se envolvem com os conteúdos escolares, favorecendo uma aprendizagem mais significativa e estimulando o desenvolvimento do pensamento crítico e científico.

Objetivo geral

- Avaliar o impacto de uma sequência didática no processo de ensino e aprendizagem dos conceitos de cadeia alimentar e seus componentes (produtores, consumidores e decompositores), destacando a interdependência entre os seres vivos para uma aprendizagem significativa com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II.

Objetivos específicos

- Identificar o conhecimento prévio dos alunos sobre a cadeia alimentar por meio de um pré-teste, introduzindo o seu conceito.
- Desenvolver a sequência didática da cadeia alimentar e seus elementos junto aos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II para identificar e diferenciar os variados níveis tróficos e a construção de cadeias alimentares complexas.
- Comparar a aprendizagem entre alunos que tiveram aulas teóricas (tradicionais) e aqueles que participaram da aula com a sequência didática, avaliando o impacto da metodologia ativa na resolução de problemas.
- Avaliar a compreensão dos alunos sobre a cadeia alimentar e seus componentes após a sequência didática, consolidando os conhecimentos adquiridos.
- Desenvolver um produto educacional (e-book) contendo o passo a passo da sequência didática para que outros professores possam replicá-la em suas aulas.

Este trabalho investigou as contribuições de uma Sequência Didática (SD) no ensino de ciências para alunos do 6º ano do Ensino Fundamental em uma escola estadual do município de Cariacica, no Espírito Santo (ES). A proposta surgiu com o objetivo de utilizar estratégias ativas para estimular a interação entre os educandos e favorecer uma aprendizagem significativa.

Logo, a pesquisa considerou a precisão de uma nova abordagem educacional que integrou métodos de ensino para promover um aprendizado mais significativo, de forma que o educando possa de fato se envolver, expressar seus pensamentos de senso comum, reviver seus saberes e compreender conceitos científicos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Kobashigawa et al. (2008), Sequência Didática (SD) é um conjunto de ações criadas de forma estratégica e de intervenções minuciosas desenvolvidas pelos educa-

dores para gerar a compreensão do material ministrado. As SDs como uma forma organizada de transmitir conhecimento devem ser criadas mediante as finalidades da aprendizagem e envolver ações e análise que considerem a intenção educativa observada na prática de ensino (Castro; Carvalho; Pérez, 2001).

Para Motokane, Maria T. (2005), as ações desenvolvidas pelo educador devem possibilitar o envolvimento dos educandos no processo de aprender de uma maneira que sustente o interesse e incite a procura do saber de forma não convencional. Ademais, a autora cita algumas ideias de Sequência Didática no ensino de biologia, tais como: organização mínima de fácil entendimento para a educação; organização de maneira a incitar uma educação libertadora; a promoção da expressividade argumentativa dos educandos.

Zabala (1998) explica que a identificação dos conhecimentos prévios, materiais propostos com sentido para os educandos e ações adequadas ao grau de desenvolvimento do estudante são indicadores que validam uma sequência didática. Desta forma, entende-se que a SD precisa motivar e desafiar os alunos com ações que incitem o aprender significativo, por meio dos saberes prévios, e incorporem atividades mediadas junto aos pares, pois a interação estimula um aprendizado potencial.

Assim, cabe ao educador desenvolver atividades didáticas de maneira a ajudar as interações sociais, permeadas por sequências didáticas que busquem o aprender significativo e organizado para possibilitar que os nexos cognitivos se criem no começo e durante todo o processo educativo, sendo assim uma oportunidade de sustentar o interesse e a motivação em aprender, elementos essenciais nesse processo.

2.1. A Teoria da Aprendizagem Significativa (TAS) de Ausubel

A aprendizagem significativa é o conceito central da teoria de Ausubel (In: Moreira e Masini, 2009), sendo um processo no qual um novo significado é incorporado à estrutura cognitiva do aluno. Segundo Ausubel (In: Moreira, 2006, p. 161), a aprendizagem significativa ocorre quando uma nova informação se relaciona com um aspecto especificamente relevante da estrutura do conhecimento do indivíduo. Este conhecimento ligado à nova aprendizagem – a qual pode ser um símbolo já significativo, um conceito, uma proposição, um modelo mental ou uma imagem – Ausubel chamava de conhecimento prévio de subsunção ou ideia-âncora.

Moreira, Palmero e Sahelices (1997, p. 2) explicam que este tipo de aprendizagem

[...] é relacionável à estrutura cognitiva somente de maneira arbitrária e literal que não resulta na aquisição de significados para o sujeito, a aprendizagem é dita mecânica ou automática. A diferença básica entre aprendizagem significativa e aprendizagem mecânica está na relacionabilidade à estrutura cognitiva: não arbitrária e substantiva versus arbitrária e literal. Não se trata, pois, de uma dicotomia, mas de um contínuo no qual elas ocupam os extremos (Moreira; Palmero; Sahelices, 1997, p. 2).

Estudos na área de ensino de ciências têm evidenciado que muitos professores ainda seguem práticas de transmissão de conhecimentos tradicionais e mecânicas, focadas na memorização temporária para aprovação em avaliações, o que frequentemente resulta no esquecimento do conteúdo posteriormente. Este modelo de ensino é considerado inadequado e pouco eficaz para a aprendizagem. Por essa razão, pesquisadores têm se dedicado a desenvolver estratégias pedagógicas que promovam uma instrução mais significativa e duradoura. Segundo Moreira (2006, p. 14), “[...] subsunção é o nome que se dá a um conhecimento específico, existente na estrutura cognitiva do indivíduo, que lhe permite dar significado a um novo conhecimento que lhe é apresentado ou por ele descoberto”.

O subsunção pode ser muito bem formado ou não, cabe ao professor fazer com que os subsunções fiquem mais encorpados e enriquecidos à medida que novas informações forem sendo adquiridas pelos estudantes. Na opinião de Moreira (2006, p. 18), o desenvolvimento ou não de um subsunção depende da frequência com que um novo conceito se une a uma ideia-âncora, dando significado a outros conhecimentos.

A clareza, a estabilidade cognitiva, abrangência e diferenciação de um subsunção variam ao longo do tempo, ou melhor, das aprendizagens significativas do sujeito. Trata-se de um conhecimento dinâmico, não estático, que pode evoluir e, inclusive, envolver (Moreira, 2006, p. 18).

A aprendizagem significativa ocorre quando o estudante organiza um determinado conjunto de informações, integrando os novos conceitos aos seus conhecimentos prévios. Para Moreira (2006, p. 6), é importante reiterar que a aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, e que nessa interação não literal e não arbitrária nesse processo, os novos saberes adquirem significado para o sujeito e os saberes prévios ganham novos significados ou maior estabilidade cognitiva.

Pesquisadores como Ausubel, Novak e Hanesian (1980) discutem como o conhecimento prévio, especialmente quando é incorreto ou mal estruturado, pode atrapalhar a compreensão de novos conceitos. Essas nuances são fundamentais para compreender como o saber prévio pode ser tanto um facilitador quanto um obstáculo para a aprendizagem significativa.

Na contramão da Teoria da Aprendizagem Significativa há a aprendizagem mecânica, conhecida por ser baseada na memorização. Na aprendizagem mecânica uma nova informação não gera um novo significado, ou seja, não se ampliam os conceitos relevantes existentes na estrutura cognitiva dos alunos. Ausubel (In: Moreira, 2006) enfatiza que o conhecimento prévio do aluno é o fator mais importante para a aprendizagem significativa.

A aprendizagem mecânica e a aprendizagem significativa são conceitos contrastantes na teoria educacional de Ausubel (1973) e amplamente discutidos por Moreira. A aprendizagem

mecânica ocorre quando o aluno memoriza informações sem conectá-las de forma substancial ao seu conhecimento prévio, resultando em uma retenção superficial e temporária do conteúdo. Em contraste, a aprendizagem significativa envolve a assimilação de novos conhecimentos de maneira integrada, de forma que as informações são relacionadas a conceitos já existentes na estrutura cognitiva do aluno.

Ainda de acordo com Moreira (2006, p. 32),

A passagem da aprendizagem mecânica para a aprendizagem significativa não é natural, ou automática; é uma ilusão pensar que o aluno pode inicialmente aprender de forma mecânica, pois, ao final do processo, a aprendizagem acabará sendo significativa; isso pode ocorrer, mas depende da existência de subsunçores adequados, da predisposição do aluno para aprender, de materiais potencialmente significativos e da mediação do professor; na prática tais condições muitas vezes não são satisfeitas e o que predomina é a aprendizagem mecânica. A aprendizagem significativa é progressiva, a construção de um subsunçor é um processo de captação, internalização, diferenciação e reconciliação de significados que não é imediato. Ao contrário, é progressivo, com rupturas e continuidades e pode ser bastante longo (Moreira, 2006, p. 32).

Ausubel, como destacado por Moreira (2006), argumenta que a aprendizagem significativa é mais eficaz e duradoura, pois permite que o conhecimento seja aplicado em diferentes contextos, enquanto a aprendizagem mecânica tende a se perder rapidamente, sem contribuir para um entendimento profundo ou transferência de conhecimento. Nos últimos anos é percebido que práticas alternativas estão sendo utilizadas para dar um real significado à aprendizagem no ensino.

Moreira (2006, p. 162) acrescenta que quando o estudante está diante de um conceito completamente novo, a aprendizagem mecânica se faz necessária, porém, deve ser feita de forma organizada, de maneira não arbitrária e literal. Nesta abordagem é importante que o professor se utilize de exemplos do dia a dia do aluno e vá ampliando o grau de dificuldade gradativamente, para que no momento que a aprendizagem passe a ser significativa, o aprendiz tenha subsunçores o suficiente para ancorar novas informações.

2.2. Teoria dos Campos Conceituais de Vergnaud

A Teoria dos Campos Conceituais foi idealizada por Vergnaud (1990), psicólogo francês pertencente à tradição piagetiana, que procura investigar o sujeito do conhecimento durante o desenvolvimento de uma situação de ensino. Para Vergnaud, o conhecimento está organizado em campos conceituais, cujo domínio, por parte do aprendiz, vai acontecendo ao longo de um extenso período de tempo, por meio da experiência, maturidade e aprendizagem (Moreira, 2002).

Por meio de situações-problema, o aprendiz pode criar um modelo pessoal sobre o tema abordado – que é um ponto preponderante para cognição dos estudantes –, pois desta forma pode-se chegar a um processo de conceitualização do real por parte dos próprios aprendizes. Vergnaud define como campo conceitual “[...] um conjunto informal e heterogêneo de problemas, situações, conceitos, relações, estruturas, conteúdos e operações de pensamento, conectados uns aos outros e, provavelmente, entrelaçados durante o processo de aprendizagem” (Moreira, 2002, p. 320).

A Teoria dos Campos Conceituais de Vergnaud oferece uma perspectiva rica e abrangente sobre como os alunos constroem e organizam seu conhecimento em diferentes domínios do saber, especialmente em áreas como matemática e ciências.

A construção e o entendimento de um novo conceito é um processo longo e gradativo. Em suma, a Teoria dos Campos Conceituais de Vergnaud não só enriquece nossa compreensão sobre como os alunos constroem conhecimento, mas também oferece diretrizes práticas para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem em diversos contextos educacionais.

2.3. Unidade de Ensino Potencialmente Significativa (UEPS)

Segundo Del Pino (2006), Moreira (2006), Naves e Moreira (2011) e Carvalho (2016), a Unidade de Ensino Potencialmente Significativa (UEPS) é uma metodologia bastante utilizada em ensino de ciências em geral e é definida da seguinte forma: são sequências de ensino fundamentadas teoricamente que deixam de lado uma aula tradicional na qual o modelo é apenas a narrativa de um conteúdo por parte do professor.

A UEPS é voltada para uma aprendizagem significativa, não mecânica, para estimular a pesquisa por parte dos estudantes, em que o professor será um mediador e os alunos e as alunas os verdadeiros protagonistas do processo ensino-aprendizagem. Os autores apresentam uma visão abrangente sobre a aplicação da UEPS no ensino de ciências em geral, oferecendo exemplos práticos e discutindo os benefícios dessa metodologia. Esses autores fornecem uma base sólida para entender como as UEPSs podem ser utilizadas no ensino de ciências para promover uma aprendizagem mais significativa e duradoura.

Assim, dos princípios norteadores das UEPSs, Moreira destaca: 1. O conhecimento prévio é a variável que mais influencia a aprendizagem significativa (Ausubel); 2. Pensamentos, sentimentos e ações estão integrados no ser que aprende, sendo essa integração positiva e construtiva quando a aprendizagem é significativa (Ausubel, Novak e Hanesian); 3. É o educando quem decide se quer aprender significativamente determinado conhecimento (Ausubel); 4. Organizadores prévios mostram a relacionalidade entre novos conhecimentos e conhecimentos prévios; 5. Situações-problema podem funcionar como organizadores prévios; 6. A diferen-

ciação progressiva, a reconciliação integradora e a consolidação devem ser levadas em conta na organização do ensino (Ausubel); 7. A avaliação da aprendizagem significativa deve ser feita em termos de busca de evidências; 8. A aprendizagem significativa é progressiva; 9. O papel do professor é o de provedor de situações-problema, cuidadosamente selecionadas, de organizador do ensino e mediador da capacitação de significados da parte do aluno (Vergnaud); 10. A aprendizagem deve ser significativa e crítica, não mecânica (Moreira); 11. A aprendizagem significativa crítica é estimulada pela busca de respostas (questionamento) ao invés da memorização de respostas conhecidas, pelo uso da diversidade de materiais e estratégias instrucionais, pelo abandono da narrativa em favor de um ensino centrado no aluno (Moreira, 2006).

Esses princípios orientam os educadores a criar ambientes de aprendizagem que promovam a construção ativa do conhecimento pelos alunos, resultando em aprendizagens mais marcantes e duradouras. Nessa direção será elaborada a sequência didática para investigar indícios citados acima, visando atender os objetivos estipulados neste trabalho.

2.4. Metodologia ativa

Com base em estudos e pesquisas, metodologia ativa refere-se a um conjunto de estratégias pedagógicas que colocam o estudante no centro do processo de aprendizagem significativa, promovendo seu engajamento ativo na construção do conhecimento. Em vez de serem meros receptores de informações, os alunos são incentivados a participar ativamente, seja por meio de resolução de problemas, trabalho em grupo, debates, estudos de caso ou projetos práticos.

Ausubel (1973) enfatizou que para que a aprendizagem seja significativa, o novo conteúdo deve ser relacionado a conceitos e estruturas cognitivas já estabelecidas na mente do aprendiz. Em outras palavras, ocorre quando o aluno consegue conectar o novo material com o que já sabe, fazendo com que o recente conhecimento seja compreendido de forma mais profunda e duradoura. Essa abordagem se diferencia da aprendizagem mecânica ou roteirizada, na qual o aluno apenas decora informações sem realmente compreendê-las e relacioná-las com seus conhecimentos anteriores.

As metodologias ativas valorizam a interação, a colaboração e a reflexão crítica, permitindo que os alunos apliquem o que aprendem em situações reais e desenvolvam habilidades como pensamento crítico, autonomia e capacidade de resolver problemas. Tais métodos de ensino representam uma abordagem educacional centrada no estudante, promovendo o protagonismo do aluno no processo de aprendizagem.

No século XX, essas ideias ganharam força com o avanço das teorias construtivistas e sócio-interacionistas. A partir da década de 1990, com as mudanças tecnológicas e sociais, aumentou a necessidade de formar indivíduos mais autônomos, críticos e capazes de trabalhar em equipe, características que as metodologias ativas visam desenvolver.

Essas características fazem com que as metodologias ativas sejam altamente recomendadas para ambientes educacionais que buscam formar alunos críticos, criativos e preparados para os desafios do mundo contemporâneo. De acordo com Moreira (2006), a aprendizagem significativa, conforme a perspectiva de Ausubel (1973), refere-se a um processo em que o novo conhecimento é integrado de forma relevante ao conhecimento pré-existente do aluno.

2.5. BNCC e o ensino de ciências

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece diretrizes essenciais para o ensino em todas as disciplinas, incluindo ciências, nas escolas brasileiras. A BNCC busca garantir uma formação integral e equitativa, promovendo o desenvolvimento de competências que preparem os estudantes para enfrentar os desafios do século XXI. No que diz respeito à cultura digital, a BNCC trouxe mudanças significativas nas sociedades contemporâneas, ampliando a utilização de recursos tecnológicos para desenvolvimento da informação e comunicação. No âmbito educacional, o uso da tecnologia é contemplado pela BNCC (2018) em sua quinta competência geral, que estabelece:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018, p. 9).

E no que diz respeito ao ensino de ciências, a BNCC traz alguns pontos-chave, sendo eles:

Aprendizagem significativa e contextualizada: o ensino de ciências, segundo a BNCC, deve ser contextualizado, partindo de questões e problemas reais que fazem parte do cotidiano dos alunos. Essa abordagem busca tornar a aprendizagem mais significativa e relevante, conectando os conteúdos científicos com as experiências e o ambiente em que os alunos vivem.

Incorporação de metodologias ativas: o documento também sugere o uso de metodologias ativas no ensino de ciências, como a investigação, o trabalho em grupo e a resolução de problemas. Essas metodologias estão alinhadas com a ideia de que os alunos devem ser protagonistas de seu próprio processo de aprendizagem, desenvolvendo habilidades de pensamento crítico, colaboração e autonomia.

Portanto, o ensino de ciências, conforme a BNCC, é projetado para ser mais do que a transmissão de conhecimentos; ele busca formar indivíduos críticos, capazes de utilizar o pensamento científico para compreender o mundo e atuar de forma ética e responsável. Nesse sentido, o ensino de ciências apresenta-se articulado a metodologias ativas, demonstrando ser possível ampliar a eficácia no ensino-aprendizagem dos alunos. Sob o olhar de Bertusso et al. (2020), para ensinar ciências existem inúmeros recursos inovadores que podem contribuir no processo de aprendizagem.

2.6. BNCC e o ensino de ciências no 6º ano

A BNCC estabelece diretrizes claras para o ensino de ciências no 6º ano do Ensino Fundamental, anos finais, com o objetivo de promover uma educação integral que capacite os alunos a desenvolverem competências científicas desde os primeiros anos da adolescência. No 6º ano, a BNCC orienta que o ensino de ciências seja interdisciplinar, contextualizado e voltado para o desenvolvimento de habilidades e competências que serão fundamentais ao longo de toda a Educação Básica (Brasil, 2018). Com base na BNCC, temos os seguintes tópicos:

Abordagem interdisciplinar: a BNCC incentiva a integração do ensino de ciências com outras disciplinas, como matemática e geografia, permitindo uma abordagem interdisciplinar. No 6º ano, por exemplo, os conteúdos de ciências podem ser relacionados a temas de geografia física, como relevo e hidrografia, ou à matemática, em tópicos que envolvem medidas e proporções.

Uso de metodologias ativas: a BNCC recomenda a utilização de metodologias ativas no ensino de ciências, especialmente no 6º ano, em que os alunos são incentivados a participar de investigações científicas, realizar experimentos simples e resolver problemas reais. Isso ajuda a desenvolver o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes, ao mesmo tempo que os prepara para enfrentar desafios de forma prática e colaborativa.

Exploração de conceitos fundamentais: o 6º ano marca o início de uma exploração mais aprofundada de conceitos fundamentais da ciência, como a matéria, a energia, os seres vivos e os fenômenos naturais. A BNCC orienta que esses conceitos sejam apresentados de forma que os alunos possam compreender e relacionar as diferentes áreas da ciência, preparando o terreno para estudos mais complexos nos anos seguintes.

Assim, a BNCC redefine o papel do ensino de ciências na Educação Básica, orientando para o desenvolvimento de competências que preparem os alunos para uma sociedade em constante transformação. Corroborando o que afirmam os diversos autores supracitados, Martins (2002) destaca que esse movimento para o ensino das ciências resulta na importância da reflexão e discussão sobre resolução de problemas do cotidiano, confronto de ideias, pontos de vista, argumentos e desenvolvimento social.

3. METODOLOGIA

O projeto baseou-se na teoria de Ausubel, que se concentra na aprendizagem significativa; no conceito de aprendizagem de Vygotsky (In: Oliveira, 1997) e na ferramenta ABE de Michalisen (2002). O estudo utilizou uma abordagem qualitativa, a natureza aplicada, os objetivos descritivos e os procedimentos de pesquisa-ação. A abordagem decorre do levantamento de

informações concomitantemente à análise de fatores da realidade que não podem ser mensurados, tais como: satisfação e motivação dos educandos. A natureza aplicada advém da finalidade de gerar saber para sanar uma problemática específica.

A metodologia empregada para a elaboração da sequência didática compreendeu atividades cognitivas e colaborativas, sendo a primeira com a construção do conteúdo baseado no resultado da análise dos testes aplicados aos discentes e docentes; a segunda etapa consistiu na definição do layout da sequência didática e sugestões do pesquisador sobre as observações evidenciadas em sala de aula que possam ser usadas como ferramenta para professores desenvolverem novos recursos com a finalidade de melhorar a aprendizagem em classe; por último, o questionário do pós-teste para quem se interessar em utilizá-lo para incrementar sua formação, suas práticas e fomentar novas discussões em torno da temática.

3.1. Tipo de estudo

O estudo descritivo decorre do fato da pesquisa ser realizada em um contexto bem definido, tendo sido usado o procedimento de pesquisa-ação devido à participação e identificação do autor com os envolvidos, já que o autor é também o educador das turmas selecionadas (Gerhardt; Silveira, 2009). Foi salientado o pré-teste para mapear quais os saberes que os educandos têm sobre o assunto que foi desenvolvido.

A implementação das Unidades de Ensino Potencialmente Significativas (UEPSs) realizou-se por meio de questões investigativas de autoria própria. Foram utilizadas simulações e vídeos para motivação dos estudantes e investigação de fenômenos e, também, usadas experiências que constam no material didático adotado pela escola e que é adquirido pelos estudantes.

3.2. Locus da pesquisa

O projeto de pesquisa foi desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Dr. José Moysés, situada na Rua Rio Itapemirim, s/n, Bela Vista, Cariacica (ES), CEP 29140-010, em duas turmas do 6º ano do Ensino Fundamental. Cada turma contém em média de 30 a 35 alunos por sala de aula. No total, a escola possui 1556 alunos, 43 turmas, 59 professores e três turnos. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por meio do Parecer 7.048.153 (termo de anuência em anexo), pela Secretaria de Educação e pelo gestor da unidade escolar. Após a autorização, foi marcada uma reunião com os gestores, docentes e alunos para apresentação e convite para participar do projeto.

O instrumento de coleta de dados foi constituído por um roteiro de atividades sequenciadas e perguntas abertas e fechadas (apêndice A). A primeira parte avaliou questões relaciona-

das à aprendizagem do discente sobre a cadeia alimentar. A segunda, analisou a aprendizagem posterior à aplicação da metodologia ativa, verificando a percepção e o aprendizado dos alunos sobre o uso deste método no processo de ensino de ciências, sendo esta parte complementada por entrevista com as docentes para coletar os dados observados pelas professoras.

3.3. Sujeitos da pesquisa e produção de dados

Os sujeitos da pesquisa foram alunos de duas classes de 6º ano, turma A e turma B, com um total de 53 alunos e duas professoras regentes da disciplina de ciências. Inicialmente, todos os estudantes responderam ao formulário via Google Forms, em anexo, para avaliação e análise posterior.

Ao final das aplicações da sequência didática com os alunos, efetuou-se uma avaliação para verificar a aprendizagem, quando ocorreram as análises comparativas entre as turmas envolvidas. Para as professoras regentes foi elaborado um questionário, em anexo, para averiguação das perspectivas quanto ao uso de metodologias ativas no processo educacional.

3.4. Proposta de intervenção – Sequência Didática (SD)

Sabe-se que, para se chegar a uma conclusão ou a uma resposta plausível da nossa pergunta norteadora investigativa, foi preciso construir um caminho metodológico em sincronia com os objetivos da pesquisa e, assim, de forma satisfatória, tratar o problema e/ou responder à questão do estudo. No próximo capítulo, descrevemos o caminho percorrido da investigação até a construção das considerações finais. Em resumo, este trabalho teve o seguinte percurso metodológico: análise bibliográfica, pré-teste, entrevistas com as professoras, aula teórica, aula utilizando metodologias ativas, pós-teste e análise de dados. A seguir, são apresentadas as análises dos dados coletados.

A sequência didática é um conjunto organizado de atividades e estratégias de ensino planejadas pelo professor com o objetivo de promover a aprendizagem de um determinado conteúdo ou habilidade. Ela é estruturada de forma progressiva, começando com a introdução de conceitos iniciais, passando por atividades de desenvolvimento e prática, culminando com uma avaliação ou síntese do que foi aprendido. A sequência didática elaborada na presente pesquisa foi pensada para garantir que os alunos aprendessem de maneira lógica e coerente o conteúdo transmitido, permitindo a construção de conhecimentos de forma articulada e significativa. A seguir são apresentadas as etapas dessa sequência e seus objetivos.

As turmas selecionadas, 6v1 e 6v2, para participarem do estudo possuem três aulas semanais de ciências. As aulas acontecem em uma escola estadual de ensino regular. O tema escolhido, cadeia alimentar, é trabalhado dentro do conceito de biomas, que é a parte mais próxima da ecologia que integra o currículo da Sedu, sendo realizados encontros semanais com cada turma.

No primeiro encontro, foi explicado o trabalho e seus objetivos e no segundo, aplicado o pré-teste, por meio de um questionário, no laboratório de informática, para verificar os dados relativos ao conhecimento dos educandos sobre a temática, e a seguir, as aulas planejadas na sequência didática. O pós-teste também aconteceu no laboratório de informática a fim de realizar as comparações e mensurar se os objetivos foram de fato alcançados. Eles serão apresentados nos resultados da discussão.

O estudo da cadeia alimentar permite que os alunos compreendam como a energia flui através dos ecossistemas e como os organismos interagem em diferentes níveis. Nas estratégias dessa proposta de sequência didática incluem-se:

Quadro 1 - Estratégias de ensino da Sequência Didática

Aula 1: Introdução aos conceitos básicos	Definição e componentes: apresentação do conceito de cadeia alimentar, explicando o papel dos produtores (plantas), consumidores (herbívoros, carnívoros ou onívoros) e decompositores (fungos e bactérias) com a utilização de exemplos simples e visuais, como uma cadeia alimentar em um jardim ou em uma floresta.
	Diagramas e Ilustrações: utilização de diagramas e ilustrações para mostrar as relações entre os diferentes níveis da cadeia alimentar. Os alunos podem criar seus próprios diagramas para reforçar a compreensão.
Aula 2: Exploração de exemplos locais	Ecossistemas locais: cadeias alimentares de ecossistemas locais conhecidos pelos alunos, como um lago, um jardim ou uma floresta próxima. Identificar os produtores, consumidores e decompositores típicos desses ambientes.
	Observação direta: visita a um ambiente natural onde os alunos possam observar exemplos reais de cadeias alimentares.
Aula 3: Atividades práticas e experimentais, interativas e lúdicas	Construção de cadeias alimentares: construção de cadeias alimentares utilizando fotos, recortes ou ilustrações de animais e plantas, podendo montar um mural ou um livro ilustrado com suas cadeias alimentares.
	Experimentos simples: realização de experimentos simples para demonstrar a interdependência entre diferentes organismos, como o cultivo de plantas e a observação de insetos que as visitam.
	Jogo: organização de um jogo no qual cada aluno representa um organismo em uma cadeia alimentar. Eles devem atuar de acordo com seu papel, interagindo uns com os outros para entender como a energia é transferida entre os níveis.

Aula 4: Discussão sobre impactos ambientais	Impactos humanos: discussão sobre como as atividades humanas, a poluição e o desmatamento podem afetar as cadeias alimentares e os ecossistemas. Explorar exemplos de como o desequilíbrio em uma cadeia alimentar impacta a saúde do ecossistema.
Aula 5: Avaliação e reflexão	Projetos e apresentações: solicitar aos alunos a elaboração de projetos ou apresentações sobre o tema, demonstrando sua compreensão das cadeias alimentares e suas interações.
	Reflexão crítica: encorajar os alunos a refletirem sobre a importância das cadeias alimentares e como o entendimento desse conceito pode influenciar práticas de conservação e respeito ao meio ambiente.

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

As aulas visam integrar o estudo da cadeia alimentar no 6º ano de forma dinâmica e envolvente, utilizando uma combinação de teoria, atividades práticas e discussões sobre questões ambientais. O objetivo é desenvolver uma aprendizagem dinâmica e articulada em que os alunos não apenas compreendam as relações ecológicas, como também adquiram uma maior compreensão da importância da preservação dos ecossistemas e das práticas sustentáveis que apresentaremos a seguir.

4. RESULTADOS DAS DISCUSSÕES

Os dados foram analisados e subdivididos em duas categorias e quatro subcategorias, partindo do pré-teste com as professoras e os alunos, seguido pela Sequência Didática com recursos pedagógicos e metodologias ativas. Posteriormente à aplicação da SD, foi realizado o pós-teste, reaplicando o mesmo questionário para verificar a reação e compreensão dos conteúdos abordados. O quadro 8 apresenta a divisão por categorias e subcategorias utilizada para que as análises pudessem ser realizadas respondendo à pergunta norteadora visando ao referencial teórico e aos objetivos desta pesquisa.

Quadro 2 - Categorias e subcategorias de análises

Coleta de dados/ Números	Categorias	Subcategorias
Professores regentes (dois)	1ª Conhecimento sobre sequência didática e metodologias ativas.	• Pré-teste Sondagem sobre metodologias utilizadas pelo professor. • Pós-teste Reflexões pós execução da proposta.
Alunos do 6º ano (53)	2ª Construção do conhecimento com autonomia.	• Pré-teste Conhecimentos prévios e assimilação de conteúdos. • Desenvolvimento da proposta Aprendizagem por meio de metodologias ativas. • Pós-teste Verificação de aprendizagem antes, durante e depois da SD.

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

4.1. Conhecimento sobre sequência didática e metodologias ativas

A análise começou pelas entrevistas realizadas com as professoras na primeira categoria, intitulada “Conhecimento sobre sequência didática e metodologias ativas”, avaliada pelo pré-teste e pós-teste das educadoras regentes das duas turmas do 6º ano, professoras estas que aceitaram o convite aberto para a participação e reflexão sobre a proposta do trabalho.

Alguns pontos-chave da visão de Ausubel podem ser aplicados a essa questão, um deles inclui: aprendizagem mecânica x aprendizagem significativa, em que o modelo tradicional de ensino, muitas vezes baseado em memorização e repetição, favorece a aprendizagem mecânica.

No primeiro questionamento, observamos que o nível de familiaridade com a elaboração e a implementação da SD ficou entre “poucas experiências” e “experiência moderada”. No segundo, constatamos que as professoras não tinham tanta familiaridade com sequências didáticas, pois ainda estavam em um processo de conhecimento, organizando as tarefas de forma fragmentada e trabalhando com conceitos e procedimentos sem realizar conectividade. Para as educadoras, aulas diferentes causam desordem na sala de aula – fugindo dos padrões tradicionais, os alunos tendem a se manter mais como ouvintes do que protagonistas. Por conseguinte, era preciso realizar a sequência com maior clareza possível visando proporcionar a estes profissionais novas formas de melhorarem as aulas. Nesse sentido, as professoras relataram que sentem vontade de inovar, porém, faltam estímulo, ofertas de capacitação e tempo hábil para apropriação de novas tendências educacionais.

Ao término da SD, perguntamos: “Que métodos você utiliza para avaliar a eficácia de suas aulas e coletar feedback dos alunos?” A professora A explica: “Por meio de atividades avaliativas e ‘bate-papos’ ao final de cada aula”, o que está em consonância com a afirmação de Vergnaud (1990), que enfatiza o uso de elementos fundamentais para a aprendizagem, a exemplo de conceitos e teoremas em ação e invariantes operatórios, destacando que o aprendizado depende da capacidade de relacionar novas concepções com os conhecimentos do aluno, dentro de um campo conceitual.

Já a professora B afirma: “Gosto de conversar e associar o conteúdo com algo próximo à vivência deles.” Ausubel (1973) defende que a aprendizagem significativa ocorre quando o aluno percebe a relevância do que está sendo ensinado e consegue integrar o novo conhecimento à sua estrutura cognitiva de forma lógica e não arbitrária. Isso significa que o professor deve estar atento às dificuldades, expectativas e interesses dos alunos, ajustando sua abordagem pedagógica para tornar o ensino mais próximo da realidade e das necessidades de cada estudante.

O resultado do pré-teste serviu de base para a construção da sequência didática. Comparando a aplicação do pré-teste e do pós-teste, observou-se o comportamento do aluno no que tange à motivação e segurança na hora da avaliação da seguinte forma: no pré-teste, os alunos

demonstraram preocupação e receio de “não saberem” a resposta – nitidamente, verificamos que eles apresentavam indícios de insegurança quanto à aprendizagem. Já no pós-teste, os alunos da turma A (6v1) demonstraram mais segurança na realização das questões do que os da turma B (6v2). Percebe-se que as propostas ativas aguçaram um dinamismo e segurança na avaliação, uma vez que já estavam mais familiarizados com os temas abordados, demonstrando nos resultados que a aprendizagem ocorreu de forma positiva.

4.2. Resultados com base na Sequência Didática

Seguindo as ideias de Ausubel (In: Moreira, 2006), as sequências didáticas bem-estruturadas promovem um aprendizado mais motivador, pois garantem que os novos conteúdos façam sentido para os alunos e sejam integrados de forma duradoura ao seu conhecimento – isso ocorre porque novas informações fazem conexão com conhecimentos anteriores.

Nesta segunda categoria, intitulada “Construção do conhecimento com autonomia”, considerou-se a argumentação de Ausubel (2003), que diz que a aprendizagem ocorre de maneira mais eficaz quando novas informações estão conectadas a conceitos já existentes na estrutura cognitiva do aluno. A transição para metodologias ativas exige que os estudantes construam o conhecimento dinâmico, o que pode gerar resistência tanto por parte dos alunos quanto dos professores, acostumados com o modelo tradicional.

Moreira (2006, p. 6) caracteriza essa interação entre conhecimentos prévios e novos como benéficos ao adquirirem significado para o sujeito, destacando que os saberes prévios ganham novos significados ou maior estabilidade cognitiva. Assim, antes da utilização dos formulários, foi realizada uma breve explicação sobre o propósito da pesquisa, garantindo que todos os alunos compreendessem a importância da atividade e a necessidade de responder com atenção e sinceridade. Partindo desse pressuposto, as análises de dados foram realizadas por partes, com base nos principais aspectos que orientam a abordagem da pesquisa. Os resultados obtidos encontram-se no quadro 3.

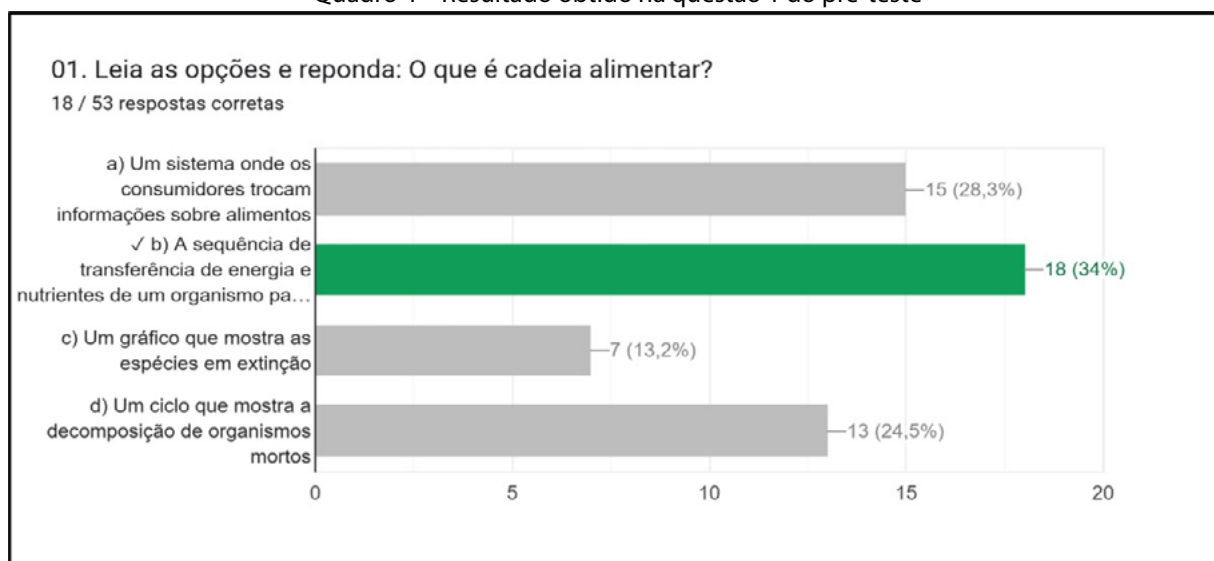
Quadro 3 – Subcategorias e resultados obtidos

Subcategorias	Resultados obtidos
Pré-teste: Conhecimentos prévios e assimilação de conteúdos	Conexão com o conhecimento prévio: todas as atividades propostas valorizaram o conhecimento prévio dos alunos, deixando-os compartilhar suas vivências do que aprenderam até ali. Verificou-se se a aprendizagem significativa ocorreu de fato quando as novas informações foram integradas de maneira não arbitrária, mas em forma de bate-papo, para que o conteúdo pudesse ser introduzido de maneira a despertar os conhecimentos pré-existentes e assim aumentar o engajamento e a participação. Consideraram-se os resultados satisfatórios, uma vez que as análises revelaram empenho por parte dos alunos – estavam curiosos e “querendo aprender”. As atitudes durante a execução demonstraram a sensação do estado de curiosidade “para ver se sabiam algo sobre o assunto que ia ser abordado”. Logo, as análises apontam benefícios para o desenvolvimento significativo para o aluno.

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Nos resultados obtidos, destacam-se alguns indícios como estes apresentados na comparação dos resultados do pré-teste. Na primeira questão do formulário, observa-se que somente 18 alunos (quadro 4) acertaram a questão, demonstrando incertezas sobre o tópico abordado.

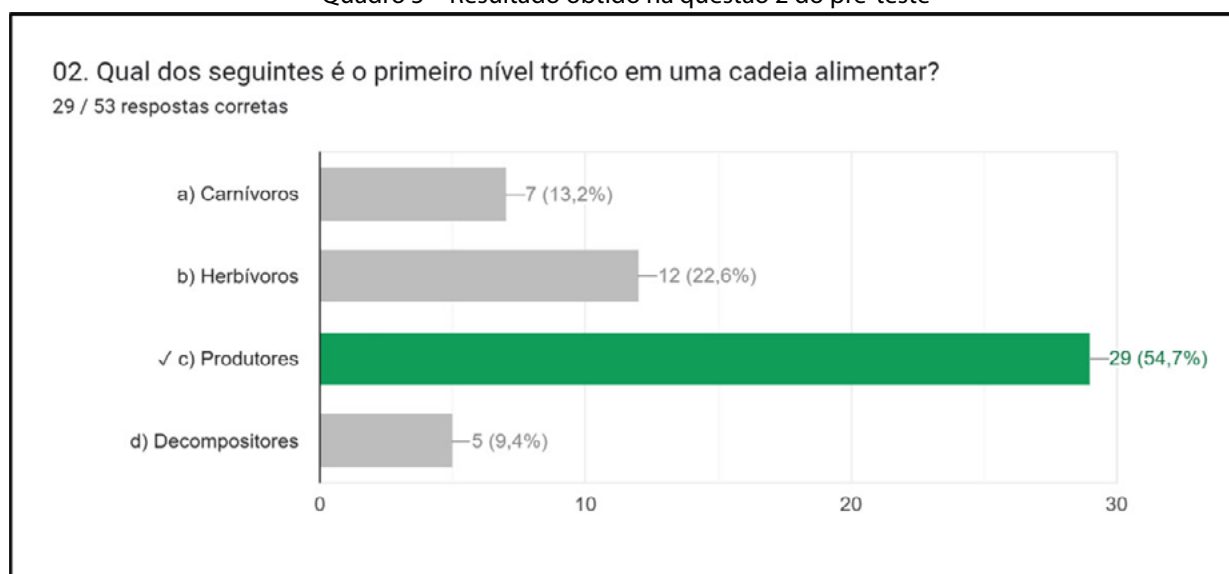
Quadro 4 – Resultado obtido na questão 1 do pré-teste



Fonte: registro do próprio autor.

Já na questão 2 (quadro 5) percebe-se inicialmente que nem todos os estudantes tinham a compreensão do que se tratava níveis tróficos, apontando para um fortalecimento desta aprendizagem por meio de aulas mais dinâmicas e ativas, fazendo com que os alunos sintam-se mais dentro do processo de ensino-aprendizagem. Logo, verifica-se que as metodologias ativas são propulsoras no protagonismo do aluno e também na construção de sua aprendizagem.

Quadro 5 – Resultado obtido na questão 2 do pré-teste

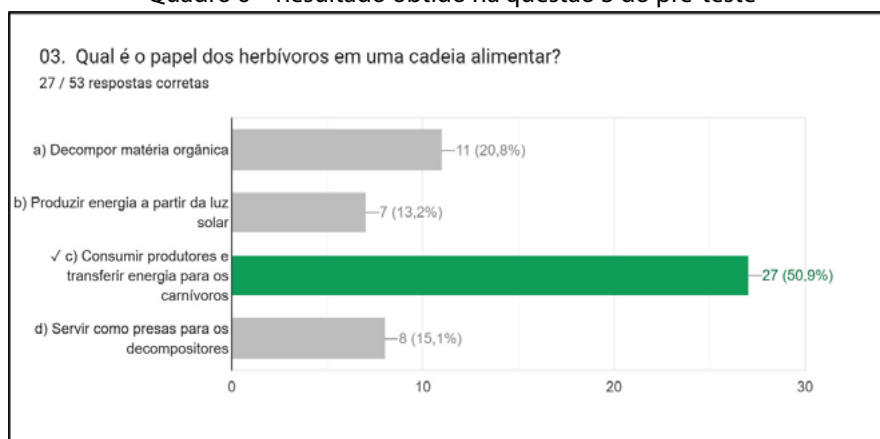


Fonte: registro do próprio autor.

As duas turmas, 6v1 e 6v2, responderam às questões de maneira que refletiu o aprendizado adquirido em sala de aula. Além disso, observamos que alguns alunos não apresentaram um bom nível de compreensão sobre os principais conceitos abordados, o que serviu para dar direcionamento para o percurso do desenvolvimento do trabalho e a comparação de dados.

Na terceira questão (quadro 6), nota-se que quase 50,9% dos alunos tinham dúvidas sobre o assunto, ao passo que no desenvolvimento das aulas percebeu-se que o uso da metodologia ativa faz com que os diálogos facilitem a construção do conhecimento ao longo do percurso que será adotado ao final da dinâmica, demonstrando a significância e a relevância em se apropriar desses dados.

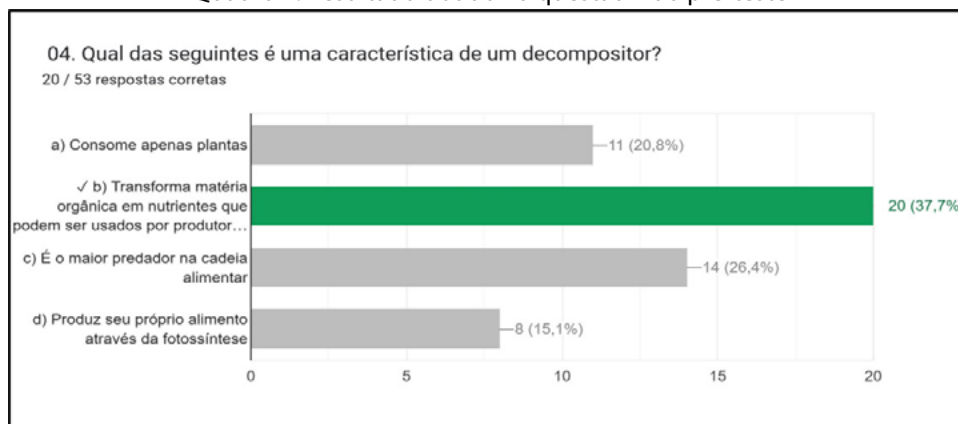
Quadro 6 – Resultado obtido na questão 3 do pré-teste



Fonte: registro do próprio autor.

Na questão 4 (quadro 13) constata-se um aumento significativo no resultado do pré-teste, que revelou que dos 53 alunos somente 20 associaram as características de um decompositor, ou seja, aproximadamente 38%. Esse dado trouxe uma preocupação, pois demonstrou que os alunos não sabiam ou tinham dúvidas quanto às características de um decompositor.

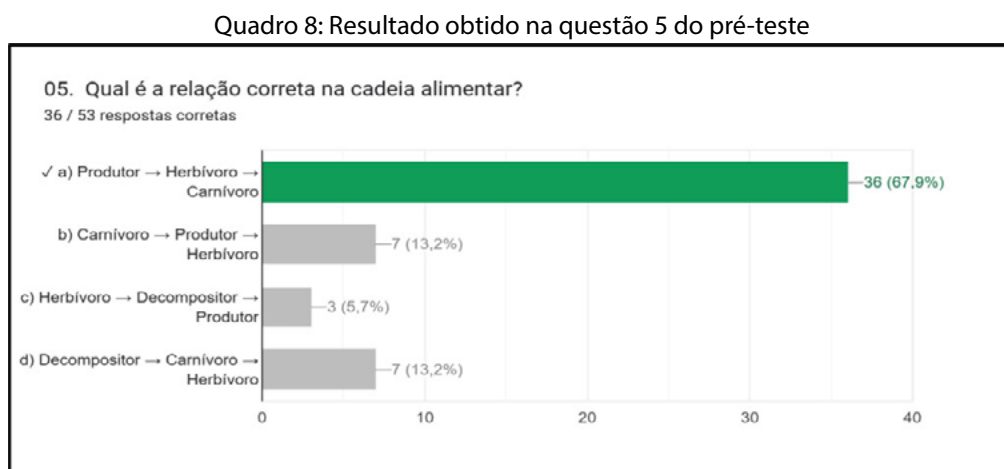
Quadro 7: Resultado obtido na questão 4 do pré-teste



Fonte: registro do próprio autor.

Ao discutir a Teoria da Aprendizagem Significativa (TAS), Moreira enfatiza que a aprendizagem ocorre de forma eficaz quando novas informações são integradas de maneira não arbitrária e substantiva ao conhecimento pré-existente na estrutura cognitiva do aprendiz. Para facilitar esse processo, ele destaca a importância de estratégias como o uso de organizadores prévios, que atuam como pontes cognitivas entre o novo conteúdo e o conhecimento já adquirido pelo estudante.

E por fim, considerando os resultados obtidos na última questão, dos 53 alunos 36 tiveram êxito nas respostas, ou seja, aproximadamente 67,92%, o que representa uma taxa de acerto razoável, mas pode variar dependendo da dificuldade da questão e do nível da turma. Os estudantes apresentaram maior insegurança em realizar as questões, sendo avaliados ainda de forma geral pela interatividade em sala de aula durante o procedimento. Esses pontos foram observados durante todo o processo de execução, conforme registrado no quadro 8.



Fonte: registro do próprio autor.

No decorrer do desenvolvimento da proposta foram utilizadas metodologias ativas como estratégia para a interatividade nas aulas da turma 6v2. O resultado revelou uma aprendizagem dinâmica, eficaz e inclusiva, desenvolvida de forma a atender os objetivos. Nesse sentido, observou-se que os alunos demonstraram maior interesse e participação, promovendo o debate e manifestando sinais de assimilação do contexto com diálogos durante a exposição dos slides, como: “[...] a cadeia alimentar é importante para o equilíbrio das espécies de animais”.

A sequência didática começou com cinco aulas na turma em questão, visando à análise minuciosa por etapas na execução da proposta. Tendo como objetivo a introdução e ampliação de conhecimento sobre o conceito de cadeia alimentar e os diferentes níveis tróficos, estabeleceu-se o primeiro contato com a intenção de explorar os conhecimentos prévios, confrontando respostas iniciais no formulário respondido no pré-teste, conforme o planejamento da primeira aula descrito no quadro 9.

Quadro 9: Primeira aula da sequência didática

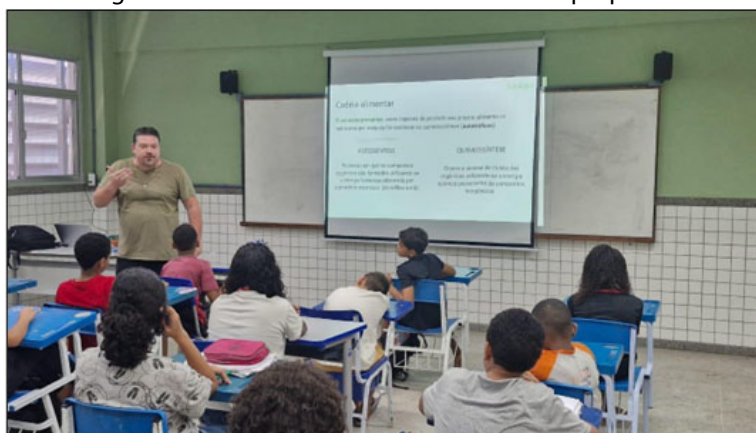
Aula 1: Introdução à cadeia alimentar	
Objetivos	• Introduzir o conceito de cadeia alimentar. • Identificar os diferentes níveis tróficos (produtores, consumidores e decompositores).
	Quebra-gelo: • Apresentar uma imagem de uma cadeia alimentar simples. • Pedir aos alunos que descrevam o que observam na imagem.
Estratégias e atividades	Exposição dialogada • Explicar o conceito de cadeia alimentar e os diferentes níveis tróficos. • Utilizar slides ou um quadro para ilustrar com exemplos visuais. Atividade prática • Dividir a turma em grupos e distribuir cartões com imagens de diferentes seres vivos. • Pedir aos grupos que organizem os cartões formando cadeias alimentares simples. • Cada grupo apresenta sua cadeia alimentar para a turma.
Recursos	• Projetor ou TV para slides. • Cartões com imagens de seres vivos.

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

A segunda aula da turma 6v2 foi elaborada com intuito de trabalhar os componentes da cadeia alimentar, objetivando estabelecer uma conexão das vivências dos alunos e os tópicos a serem abordados. Essa dinâmica visa ampliar o conceito de cadeia alimentar com estratégias voltadas para assimilação do contexto apresentado. As metodologias ativas tornam o ensino mais envolvente, eficiente e prático, facilitando a mediação entre as abordagens. Nessa direção, Vergnaud (1990) diz que essa perspectiva torna-se rica e abrangente sobre a construção e organização dos saberes em diferentes domínios, especialmente em áreas como matemática e ciências.

Consoante Moreira, a aprendizagem significativa ocorre quando novas informações são incorporadas de maneira não arbitrária e substantiva, ou seja, quando o aluno consegue estabelecer conexões lógicas e relevantes com seus conhecimentos prévios, como representado na figura 1, na qual se percebe o maior interesse e engajamento dos alunos em “participar ativamente do processo”.

Figura 1 – Desenvolvimento das atividades propostas



Fonte: registro do próprio autor.

Nessa prática ficaram evidentes indícios de maior engajamento e motivação dos alunos e também da professora que acompanhou a aplicação das atividades e atuou ativamente no procedimento. Houve intensa participação dos estudantes, que demonstraram maior envolvimento no processo de aprendizagem, provando que as metodologias ativas promovem o desenvolvimento de habilidades cognitivas superiores, como análise, síntese e avaliação.

A aplicação das duas aulas iniciais na turma 6v2, compostas pela parte do trabalho sobre a cadeia alimentar e seus componentes, teve como objetivo principal avaliar o entendimento dos alunos sobre os conceitos básicos desse tema essencial para o estudo das relações ecológicas. As aulas ocorreram de maneira tranquila e bem organizada e os alunos demonstraram interesse e empenho durante todo o processo, a exemplo da execução, como é apresentado neste registro (figura 2).

Figura 2 – Participação dos alunos no desenvolvimento das atividades



Fonte: registro do próprio autor.

No processo de aprendizagem, ficou constatado outro aspecto no que tange a “aprendizes mais independentes”: nas atividades em grupo e nas resoluções colaborativas, houve um engajamento para ajudar uns aos outros nas questões de problemas, despertando habilidades sociais e de trabalho em equipe. Também foram encontrados indícios da relevância do que estão aprendendo e o quanto são capazes de aplicar esse conhecimento em situações do cotidiano, visando à ajuda mútua para resolver problemas práticos e reais do dia a dia.

Figura 3 – Roda de conversa com os alunos



Fonte: registro do próprio autor.

Nesse sentido, obteve-se uma sequência de atividades lúdicas e interativas direcionada ao desenvolvimento do conteúdo abordado e com possibilidades de adaptações para outros contextos. Dessa forma, traçou-se a proposta de intervenção. Os resultados alcançados foram o esperado, pois os alunos diziam que estavam “mais confiantes porque agora entendiam melhor”. Este indício revelou que houve reflexão em grande parte da turma pela interação durante todo o processo.

Como sugestão de atividade prática, foram utilizados materiais de baixo custo para manuseio e interação dos alunos com os conhecimentos adquiridos a respeito do tema abordado, conforme apresentado no quadro 10.

Quadro 10 – Segunda aula da sequência didática	
Aula 2: Produtores, consumidores e decompositores	
Objetivos	• Diferenciar produtores, consumidores e decompositores. • Compreender a função de cada grupo na cadeia alimentar.
	Revisão rápida • Revisar o conteúdo da aula anterior com perguntas orais.
Estratégias e atividades	Discussão guiada • Explicar detalhadamente os papéis dos produtores, consumidores e decompositores. • Dar exemplos específicos de cada categoria. Atividade prática • Utilizar uma atividade de correspondência na qual os alunos associam seres vivos a seus papéis na cadeia alimentar. • Debater os resultados em grupo.
Recursos	• Slides com exemplos. • Fichas de atividades para correspondência.

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

A terceira aula da sequência abrangeu as abordagens dinâmicas e que exploram a curiosidade, a pesquisa e a articulação dos alunos na elaboração desta etapa do estudo. Neste cenário, foi considerada a metodologia ativa no sentido de fornecer materiais para que os estudantes pudessem construir seus saberes na prática e, em especial, que a aprendizagem tivesse significância no contexto no qual estão inseridos. Durante a aula buscou-se analisar o comprometimento dos alunos para obter informações e criar modelos de cadeias alimentares a serem apresentadas aos demais colegas, tornando-os protagonistas nesta ação colaborativa, como apresentado no quadro 11.

Quadro 11 – Terceira aula da sequência didática

Aula 3: Construindo cadeias alimentares	
Objetivos	• Aplicar os conhecimentos para construir cadeias alimentares complexas. • Promover a cooperação entre alunos para solucionar problemas.
Estratégias e atividades	Revisão e explicação • Recapitular os conceitos de cadeia alimentar, produtores, consumidores e decompositores. Atividade prática em grupo • Dividir os alunos em pequenos grupos. • Fornecer materiais (cartolina, canetas, imagens recortadas). • Cada grupo deve construir uma cadeia alimentar completa e complexa. • Apresentar e discutir as cadeias alimentares construídas.
Recursos	• Cartolinas, canetas, imagens de seres vivos.

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Na quarta aula almejou-se promover um momento de aprendizagem com alguns pontos sobre a visão de Ausubel em relação aos alunos como protagonistas em atividades colaborativas. Nessa direção, restou comprovado que a aprendizagem é mais significativa quando os alunos podem conectar novas informações ao conhecimento pré-existente. Nos trabalhos em equipe, os estudantes têm a oportunidade de discutir e comparar suas ideias, o que ajuda a consolidar e expandir seu entendimento.

Quadro 12 – Quarta aula da sequência didática

Aula 4: Impacto das alterações ambientais na cadeia alimentar	
Objetivos	• Aplicar os conhecimentos para construir cadeias alimentares complexas. • Promover a cooperação entre alunos para solucionar problemas.
Estratégias e atividades	Revisão e explicação • Recapitular os conceitos de cadeia alimentar, produtores, consumidores e decompositores. Atividade prática em grupo • Dividir os alunos em pequenos grupos. • Fornecer materiais (cartolina, canetas, imagens recortadas). • Cada grupo deve construir uma cadeia alimentar completa e complexa. • Apresentar e discutir as cadeias alimentares construídas.
Recursos	• Cartolinas, canetas, imagens de seres vivos.

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Analisar a importância da interação social na aprendizagem nesta quarta aula: com essa ideia, buscou-se preparar um ambiente colaborativo, onde os alunos aprendessem uns com os outros, compartilhando diferentes perspectivas e construindo conhecimento em conjunto. Logo, o foco estava em uma aula voltada para a reflexão dos impactos das interações ambientais na cadeia alimentar, como é apresentado no quadro 12.

De acordo com o desenvolvimento da quarta aula e visando ampliar a motivação dos alunos, tornando-os parte de uma comunidade de aprendizagem, a quinta e última aula da SQ foi executada de forma a refletir sobre o papel ativo do aluno como protagonista nas atividades colaborativas propostas, almejando levá-los a um maior interesse e empenho no processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, Vergnaud (1990) cita que:

“Aprender é modificar e reorganizar suas capacidades de ação e de pensamento. A aprendizagem significativa ocorre quando o aluno consegue estabelecer relações entre novos conhecimentos e aqueles que já possui, o que permite a construção de novos conceitos e esquemas operatórios.” (Vergnaud, 1990).

Segundo o autor, esses princípios destacam a importância de estruturas de aprendizagem que promovam a colaboração e a participação ativa dos alunos. Ausubel e Vergnaud, embora provenientes de diferentes tradições teóricas e focos de pesquisa, compartilham alguns pontos convergentes sobre a aprendizagem significativa.

Os autores enfatizam e reconhecem a importância do conhecimento prévio e das atividades cognitivas que envolvem a assimilação de novos conhecimentos, de forma que façam sentido para o aluno e incentivem o seu engajamento na execução dos comandos dados pelo professor.

Quadro 13 – Quinta aula da sequência didática

Aula 5: Avaliação e reflexão	
Objetivos	• Consolidar os conhecimentos adquiridos. • Avaliar a compreensão dos alunos sobre cadeia alimentar e seus componentes.
Estratégias e atividades	Quiz interativo • Realizar um quiz utilizando ferramentas como Kahoot para avaliar o conhecimento dos alunos de forma lúdica.
	Discussão final • Refletir sobre a importância das cadeias alimentares e a interdependência entre os seres vivos. • Permitir que os alunos expressem suas percepções e o que aprenderam.
Recursos	• Computador e projetor para o quiz interativo.

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Na vertente da quinta e última aula da SD, apresentada no quadro 13, a expectativa estava em fazer uma reflexão sobre os objetivos e o contexto abordado para observação de indícios que verificam se houve de fato aprendizagem significativa.

No quadro 14, aparece sintetizada a apresentação dos aspectos investigados na pesquisa e como foram analisados para a obtenção dos resultados.

Quadro 14 – Análise do desenvolvimento da proposta

Subcategorias	Análises	Resultados obtidos
Desenvolvimento da proposta – Aprendizagem por meio de metodologias ativas	Organização do conteúdo	O conteúdo foi organizado de forma clara e estruturada, introduzindo rodas de conversa para que todos os alunos pudessem ouvir os relatos e também tendo vez de fala, conduzidos pelo professor/pesquisador.
	Uso de representações	Verificou-se que essas representações facilitaram a compreensão dos conceitos, ajudando os alunos a construir uma representação mental coerente do conteúdo estudado, como se tivessem recorrido aos arquivos e, assim, despertando conhecimento e curiosidade sobre o assunto.
	Foco na significação	A proposta trouxe clareza quanto à aprendizagem significativa ao enfatizar a importância de entender o sentido dos conceitos e não apenas memorizar informações isoladas.
	Aplicação em contextos reais	Ao promover a aplicação dos conhecimentos em diferentes contextos e situações cotidianas, abriu-se o espaço de fala, ajudando os alunos a perceber a relevância e a utilidade do conteúdo abordado, dando significância ao contexto, estreitando os vínculos entre conteúdos e suas aplicações.
	Aprendizagem autônoma	Foi possível constatar que os alunos foram encorajados a desenvolver suas próprias estratégias para compreender e resolver os questionamentos e problemas. Revelou-se o poder das metodologias ativas para que se chegasse à compreensão de habilidades e competências do currículo de ciências, em especial.
Pós-teste – Verificação de aprendizagem antes, durante e depois da SD.	Avaliação formativa	A avaliação final foi a revisão do formulário de pós-testes contendo as mesmas perguntas iniciais para confrontar o nível de aprendizagem posteriormente às aulas expositivas. A avaliação final é vista como uma ferramenta para identificar lacunas na compreensão dos alunos e para ajustar o ensino de acordo com as necessidades individuais.

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

O pós-teste teve a finalidade de medir o aprendizado consolidado para avaliar o impacto da metodologia ativa aplicada na turma 6v2. Com isso, foi realizada uma roda de conversa e reflexão para que os alunos analisassem o que aprenderam e como poderiam ajudar na preservação ambiental, compreendendo o funcionamento de uma cadeia alimentar e o papel de cada componente (produtores, consumidores e decompositores) na manutenção do equilíbrio ecológico.

Ao realizar a roda de conversa e a reflexão com os alunos para consolidar o aprendizado sobre os conceitos de cadeia alimentar e seus componentes, foi constatado que os estudantes demonstraram entendimento claro sobre os papéis dos componentes da cadeia alimentar e reconheceram que o equilíbrio entre os elos da cadeia é essencial para a sobrevivência dos seres vivos. Também surgiram reflexões sobre os efeitos da ação humana no meio ambiente, como a poluição, o desmatamento e a exploração excessiva de recursos, que contribuem e aceleram a destruição de cadeias alimentares, impactando severamente a existência das espécies.

Na turma 6v1, considerada turma-controle, na qual as aulas foram realizadas sem o uso de metodologias ativas e sem muita interatividade, os 24 alunos tiveram acesso aos mesmos conteúdos por meio do pré-teste e a mesma oportunidade para respondê-lo. Ao final do processo, verificou-se que o nível de conhecimento e, consequentemente, o número de acertos da classe foram menores quando comparados aos da turma que usou a SD. Isso se justifica porque a equipe que teve menos acertos estudou de forma tradicional, em que o tipo de metodologia aplicada durante anos foi menos interativa. Assim, ficou constatado que os índices de assimilação do conteúdo na 6v1 foram menores do que os da turma 6v2, com 29 alunos. Quanto aos estudantes presentes e que realizaram os testes, os resultados estão registrados no quadro 15.

Quadro 15: Análise comparativa dos resultados do pós-teste

Número de acertos	6v1	6v2
5 acertos	1	9
4 acertos	5	14
3 acertos	9	6
2 acertos	3	0
1 acerto	5	0
zero acerto	1	0

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Diante dos resultados do pós-teste, concluiu-se que as aulas com a sequência didática ativa conectaram os conteúdos curriculares à realidade dos alunos, tornando o aprendizado mais relevante e motivador. Essa abordagem coloca os estudantes no centro do processo educacional, incentivando a participação ativa, a resolução de problemas e a colaboração.

Portanto, a combinação das perspectivas de Ausubel e Vergnaud justificam a adoção de metodologias ativas como estratégia pedagógica, pois elas criam um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, significativo e específico para a resolução de problemas, promovendo uma formação mais completa e alinhada às demandas da educação e à realização de um trabalho de excelência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento interativo e baseado em diálogos ajudou os alunos a se envolverem de maneira ativa no processo de aprendizagem, ao mesmo tempo que a ênfase na conexão com o conhecimento prévio é um aspecto central para a aprendizagem significativa, conforme apontado por Ausubel (1973).

A pesquisa aponta que a avaliação formativa, com a aplicação de pós-testes para verificar o nível de aprendizagem, funcionou como ferramenta para ajustar o ensino às necessidades individuais dos alunos, enfatizando a autonomia dos estudantes, que são convidados a serem protagonistas de seu próprio crescimento como cidadão consciente.

Os resultados obtidos com metodologias ativas evidenciaram sua eficácia com abordagem prática e interativa, proporcionando um ambiente de aprendizado mais dinâmico e motivador, refletindo-se em um maior envolvimento e melhor desempenho dos estudantes representados pela turma 6v2. Diante desses resultados, reforça-se a importância da adoção das metodologias ativas no contexto educacional, destacando seu potencial para transformar a maneira como o ensino é estruturado e vivenciado.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D. P. **Algunos aspectos psicológicos da estrutura del conocimiento**. Buenos Aires, AR: El Ateneo, 1973.

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa, PT: Plátano, 2003.

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BERTUSSO, F. R.; MACHADO, E. G.; TERHAAG, M. M.; MALACARNE, V. A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no ensino de ciências: um paradigma a ser vencido. **Research, Society and Development**, [s.l.], v. 9, n. 12, p. 1-18, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i12.11099>. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

CARVALHO, V. N. de. Unidades de ensino potencialmente significativas: uma abordagem metodológica no ensino de biologia. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [s.l.], v. 16, n. 3, 2016.

CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P.; PÉREZ, D. G. **Ensinar a ensinar**: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Cengage Learning, 2001.

CUSTÓDIO, S. da S. **A motivação escolar e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem**. 2014. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

DAHER, A. F. B. **Aluno e professor**: protagonistas do processo de aprendizagem. Campo Grande, MS: Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, mar. 2017. Disponível em: <https://alessandradaher.blogspot.com>. Acesso em: 12 set. 2024.

DEL PINO, J. C.; MOREIRA, M. A. Unidades de Ensino Potencialmente Significativas (UEPS) no ensino de ciências. **Investigações em Ensino de Ciências**, Rio Grande do Sul, RS, v. 11, n. 3, p. 345-372, 2006.

EDWARDS, S. Active learning in the middle grades. **Middle School Journal**, v. 46, n. 5, p. 26-32, maio 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/00940771.2015.11461922>. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov>. Acesso em: 12 set. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009.

KOBASHIGAWA, A. H.; ATHAYDE, B. A. C. de C.; MATOS, K. F. de Ol.; CAMELO, M. H.; AKKAWI, S. F.; HAMBURGER, E. W. **Estação ciência**: formação de educadores para o ensino de ciências nas séries iniciais do ensino fundamental. In: Seminário Nacional ABC na Educação Científica, 4, 2008, São Paulo. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MARTINS, I. Problemas e perspectivas sobre a integração CTS no sistema educativo português. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 28-39. 2002. Disponível em: http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen1/REEC_1_1_2.pdf. Acesso em: 06 ago. 2024.

MICHAELSEN, L. K. Getting started with team-based learning. In: MICHAELSEN, L. K.; KNIGHT, A. B.; FINK, L. D. (ed.). **Team-based learning: a transformative use of small groups in college teaching**. Westport, CT: Praeger, 2002. p. 27–52. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 19 set. 2024.

MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, C. A. de; MORALES, O. E. T. (org.). **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. Coleção Mídias Contemporâneas, Ponta Grossa, PR: UEPG/Proex, v. 2, 2015. p.15-33.

MOREIRA, M. A. A Teoria dos Campos Conceituais de Vergnaud, o ensino de ciências e a pesquisa nesta Área. **Investigações em Ensino de Ciências**, Porto Alegre, RS, v. 7, n. 1, p 7-29, mar. 2002. Disponível em: <https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/569>. Acesso em: 12 set. 2024.

MOREIRA, M. A. **A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula**. Brasília, DF: UnB, 2006.

MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Centauro, 2009.

MOREIRA, M. A.; PALMERO, M. L. R.; SAHELICES, M. C. C. (coord.) **Encuentro internacional sobre el aprendizaje significativo: actas**. Burgos, España: Universidad de Burgos, Servicio de Publicaciones, 1997. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es>. Acesso em: 22 out. 2024.

MOTOKANE, Marcelo T. Sequências didáticas investigativas e argumentação no ensino de ecologia. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v.17, n. especial,115-137, nov. 2015.

MOTOKANE, Maria T. **Práticas pedagógicas inovadoras: como envolver o aluno no processo de aprendizagem**. São Paulo: Educacional, 2005.

NAVES, R. J.; MOREIRA, M. A. Unidades de Ensino Potencialmente Significativas (UEPS): uma metodologia para promover a aprendizagem significativa em física. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 145-158, 2011.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky. Aprendizado e desenvolvimento. Um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

PIASSI, L. **Metodologias de ensino no Brasil: um estudo sobre práticas tradicionais e inovadoras**. São Paulo: Acadêmica, 1995.

VERGNAUD, G. La théorie des champs conceptuels. **Recherches en Didactique des Mathématiques**, n. 10(2-3), p. 133-170, 1990. Disponível em: https://www.gerard-vergnaud.org/GVergnaud_1990_Theorie-Champs-Conceptuels_Recherche-Didactique-Mathematiques-10-2-3. Acesso em: 20 set. 2024.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998.

O SABER PEDAGÓGICO NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TDAH NO ENSINO FUNDAMENTAL I EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM/ES

PEDAGOGICAL KNOWLEDGE IN THE SCHOOL DEVELOPMENT OF CHILDREN WITH ADHD IN ELEMENTARY SCHOOL I AT A SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF ITAPEMIRIM/ES

DOI: 10.xxx9.1-1

Priscila Batista Alves Leal¹
Mariluza Sartori Deorce²

1 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

2 Professora Orientadora do curso de Mestrado Profissional em Ciencia Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

A pesquisa tem como o objetivo geral compreender o saber pedagógico no desenvolvimento escolar de crianças com TDAH no ensino fundamental I, dos anos iniciais de uma escola da rede Municipal de Itapemirim-ES. Para alcançar esse objetivo, faremos a abordagem desse tema com a necessidade de se trazer, à discussão, a importância do saber pedagógico na sala de aula de docentes da Educação Básica, identificar quais as principais concepções dos educadores sobre o direito a inclusão da criança com TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade). Desse modo, este estudo em sua base teórica para a análise dos dados busca incluir contribuições de: Franco (2017), Machado (2019), Santos (2024). A metodologia utilizada foi uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, as análises dos dados serão a partir de entrevistas e de roda de conversa que serão avaliados com base da teoria da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Além disso, se propõe ao final da pesquisa construir um guia didático em formato de e-book com metodologias que buscam contribuir para a prática dos professores atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental a ser desenvolvido para auxiliar o docente em sala de aula.

Palavras-chave: Inclusão educacional, TDAH, Prática docente.

ABSTRACT

The general objective of this research is to understand pedagogical knowledge in the school development of children with ADHD in the early years of elementary school in a municipal school in Itapemirim-ES. To achieve this objective, we will approach this topic by discussing the importance of pedagogical knowledge in the classroom for teachers in Basic Education, and by identifying the main conceptions of educators regarding the right to inclusion of children with ADHD (Attention Deficit Hyperactivity Disorder). Therefore, this study, in its theoretical basis for data analysis, seeks to include contributions from Franco (2017), Machado (2019), and Santos (2024). The methodology used was a qualitative exploratory approach; data analysis will be based on interviews and group discussions, which will be evaluated using content analysis theory (BARDIN, 2011). Furthermore, the research proposes to develop a didactic guide in e-book format with methodologies that aim to contribute to the practice of teachers working in the early years of elementary school, to assist teachers in the classroom.

Keywords: Educational inclusion, ADHD, Teaching practice.

1. INTRODUÇÃO

O saber pedagógico desempenha um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, especialmente quando voltada para atender às necessidades específicas de alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). No contexto escolar, o TDAH apresenta-se como um dos transtornos neurobiológicos mais comuns da infância, caracterizado por sintomas persistentes de desatenção, hiperatividade e impulsividade, que impactam diretamente o desempenho acadêmico e a convivência social da criança. Diante desse cenário, a atuação consciente e preparada dos docentes torna-se essencial para promover um ambiente educacional mais inclusivo e eficiente.

No Ensino Fundamental, etapa importante para a consolidação das habilidades cognitivas, sociais e emocionais, os desafios pedagógicos relacionados ao TDAH são ainda mais evidentes. Muitos docentes, embora comprometidos com a aprendizagem de seus alunos, relatam dificuldades em adaptar suas metodologias e estratégias didáticas para atender adequadamente a essas crianças. Nesse sentido, torna-se necessário refletir sobre a importância das práticas pedagógicas inclusivas, capazes de favorecer o desenvolvimento escolar e a participação ativa desses estudantes.

A inclusão de estudantes com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no ambiente escolar é um assunto polêmico na área educacional, levantando diversas dúvidas quando se trata de práticas inclusivas.

Barkley (2008) afirma que é importante que os docentes saibam identificar possíveis indícios de TDAH em seus alunos. Ressalta que o profissional da educação precisa saber distinguir o que é um comportamento normal de criança em idade escolar, o que é indisciplina, o que é demonstração de insatisfação por parte da criança através da “indisciplina”, e o que são indícios de TDAH, o docente precisa estar preparado para trabalhar com crianças que possam ter esse transtorno.

O educador precisa intermediar o aprendizado de seus estudantes por meio de interações, relações e práticas que permitam aos estudantes aprimorar suas habilidades motoras, linguagem, afetividade, autoconhecimento e compreensão de si mesmos e do mundo ao seu redor.

2. PROBLEMA AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Neste sentido, questionamos como o saber pedagógico dos docentes podem colaborar no desenvolvimento escolar de crianças com TDAH em uma escola do Municipal de Itapemirim/ES?

Esse foi o que motivou a realização desta pesquisa, que tem como objetivo geral: Compreender o saber pedagógico no desenvolvimento escolar de crianças com TDAH no Ensino Fundamental I, anos iniciais de 1 ao 5ano, em uma escola do município de Itapemirim/ES.

Para alcançar o desenvolvimento de objetivo maior, fixamos outros objetivos específicos, os quais estão assim delineados:

Os objetivos específicos desta pesquisa não surgem de forma isolada, mas se constroem em diálogo com referenciais teóricos que iluminam a compreensão do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e das práticas pedagógicas inclusivas.

- Conhecer o conceito de TDAH e sua importância no planejamento do dia a dia escolar.
- Verificar as principais práticas pedagógicas utilizadas pelos docentes na participação das crianças com TDAH no ambiente escolar.
- Construir um produto educacional em forma de e-book, com o objetivo de fortalecer as práticas pedagógicas no Ensino Fundamental I.

3. JUSTIFICATIVA

Ao longo da minha trajetória acadêmica na área da Educação, tive a oportunidade de acompanhar de forma próxima o processo de desenvolvimento de alunos com diferentes deficiências, como o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), o Transtorno do Espectro Autista (TEA), a Deficiência Intelectual (DI) e a Deficiência Visual (DV).

Essa vivência constante despertou em mim uma inquietação que me impulsiona a aprofundar minhas reflexões acerca dos saberes pedagógicos mais eficazes. Sinto que posso contribuir para o fortalecimento da equidade educacional, com sensibilidade voltada ao desenvolvimento acadêmico e socioemocional de estudantes com TDAH.

A ausência de conhecimento sobre as necessidades e características dos estudantes com TDAH dificultam a implementação de práticas pedagógicas eficazes. Nesse contexto, compreender o saber pedagógico no desenvolvimento escolar de crianças com TDAH torna-se essencial para identificar necessidades concretas e propor estratégias que favoreçam a construção de um ambiente escolar mais inclusivo.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

A partir dos anos 2000, o Brasil passou a estruturar de forma mais efetiva a inclusão escolar, criando diretrizes específicas para garantir o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais. A Resolução nº 2/2001 estabeleceu quem são esses alunos e evidenciou que a inclusão exige professores preparados e recursos pedagógicos especializados para assegurar uma aprendizagem de qualidade.

Entre 2008 e 2009, o Brasil avançou na educação inclusiva ao estabelecer políticas e normas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), voltado a remover barreiras e favorecer a plena participação dos alunos. Essas diretrizes também definem o papel do professor de Educação Especial, que inclui avaliar, planejar, orientar famílias e colaborar com os docentes do ensino regular.

Com o Plano Nacional de Educação (PNE/2011), reafirma-se a universalização do acesso à educação para todos os estudantes, com foco na formação docente e no desenvolvimento de práticas inclusivas. Entre as estratégias, destacam-se: salas multifuncionais, ampliação do AEE, programa de acessibilidade, ensino bilíngue (Português/Libras) e monitoramento do acesso escolar de alunos com necessidades especiais.

Contudo, a legislação por si só não assegura a inclusão efetiva. É preciso que a escola se reconstrua para acolher a diversidade, com envolvimento de todos os profissionais, colaboração com famílias e parcerias intersetoriais.

5. O TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE (TDAH)

Segundo Barkley (2008), o TDAH é um transtorno do neurodesenvolvimento com forte impacto na vida acadêmica, social e emocional da criança. Os sintomas afetam diretamente a permanência do aluno nas atividades escolares, dificultando a concentração, o seguimento de regras, o autocontrole e o relacionamento interpessoal. Essas dificuldades exigem que o ambiente escolar seja adaptado para oferecer suporte adequado.

A escola, muitas vezes, se vê despreparada para lidar com essas demandas. Os docentes, por falta de formação específica, tendem a interpretar os comportamentos do aluno com TDAH como indisciplina ou desinteresse, o que pode levar à exclusão velada desses estudantes.

Para o autor, o TDAH envolve déficits nas funções executivas, processos mentais responsáveis por organizar, planejar, iniciar e monitorar ações, o que impacta diretamente o desempenho acadêmico, social e emocional do indivíduo.

O TDAH é um transtorno do desenvolvimento do autocontrole que provoca dificuldades de atenção, inibição de impulsos e regulação da atividade motora, impactando o desempenho escolar, profissional e social (BARKLEY, 2008, p. 75).

O atendimento educacional de alunos com TDAH demanda práticas pedagógicas sensíveis às diferenças individuais, que reconheçam e valorizem os saberes de cada estudante. Nesse sentido, Paulo Freire (1996, p. 50) afirma que 'ensinar exige a convicção de que os educandos são capazes de aprender e transformar a realidade, independentemente de suas condições iniciais', reforçando a necessidade de acreditar no potencial de todos os alunos e de promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

Estudos revelam que pessoas com TDAH têm dificuldade em manter a atenção durante o jogo ou tarefas, como conversas, palestras ou leitura longa; parece não ouvir quando falado diretamente; acha difícil seguir as instruções ou terminar trabalhos escolares, tarefas ou deveres no local de trabalho, ou pode iniciar tarefas, mas perde o foco e se desvia facilmente; tem dificuldade em organizar tarefas e atividades, fazer tarefas em sequência, manter materiais e pertences em ordem, administrar o tempo e cumprir prazos.

Conforme Ferreira (2021), durante esse período, as crianças podem enfrentar desafios significativos, como a falta de informação e compreensão sobre o processo escolar. Associadas às características do transtorno, essas dificuldades podem levar colegas, professores e familiares a interpretar seu comportamento como rebelde ou desinteressado, resultando, muitas vezes, em atitudes preconceituosas em relação a elas.

6. REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Existem inúmeros problemas que podem dificultar a inclusão total do aluno com TDAH, como a falta de tempo para atender a todos de maneira satisfatória, turmas muito numerosas, a falta de recursos audiovisuais, a não-aceitação da família em relação ao encaminhamento para um psicólogo/psiquiatra, a falta de um feedback sobre a confirmação ou não do diagnóstico de TDAH, a agitação excessiva que dificulta o aluno a manter o foco no conteúdo transmitido, e, novamente, a falta de conhecimento sobre o tema, foram fatores apontados como dificuldades enfrentadas para que ocorra a interação/inclusão desse aluno na turma.

Em seu livro, Silva Jr. et al. (2020) enfatiza que a necessidade de profissionalização dos docentes é hoje um dado inquestionável. A incerteza se coloca, porém, quando se pergunta sobre a capacidade de atuação dos docentes universitários como formadores dos docentes para a educação básica. É quando vem à tona a necessária distinção os “saberes a ensinar” e os “saberes para ensinar”. Na tradição universitária – e em larga medida até hoje – os saberes disciplinares dominados por alguém seriam naturalmente suficientes para sua transmissão. Só muito recentemente, e ainda com muitas reservas, os “saberes para ensinar” (saberes pedagógicos) começaram a adquirir cidadania universitária e a se constituir também em “saberes a ensinar”, ou seja, em saberes historicamente consistentes e consolidados como fundamentos para a formação dos docentes e dos demais trabalhadores do campo pedagógico.

Admitidas as limitações de uma formação profissional para a educação básica apoiada apenas nos padrões e nas formas tipicamente universitárias, a participação de formadores oriundos da educação básica tornou-se indispensável para um processo integrado de formação que contemple de maneira harmoniosa os saberes produzidos na universidade e os saberes construídos pela reflexão e a pesquisa diretamente desenvolvidas sobre o trabalho das instituições escolares.

Tendo em vista que, os docentes estão em contato direto e cotidiano com seus alunos, conhecendo bem a classe e as crianças ou os adolescentes com necessidades específicas, estes profissionais têm uma posição privilegiada no acompanhamento do transtorno.

A fim de que o cotidiano escolar se torne um espaço significativo de formação profissional é importante que a prática pedagógica seja reflexiva no sentido de identificar problemas e resolvê-los. E acima de tudo, seja uma prática coletiva, construída por grupos de docentes da escola, das agências formadoras envolvendo todo o corpo docente da escola.

É fundamental que os educadores estejam continuamente se atualizando e buscando novas formas de engajar e incluir seus estudantes. A formação continuada e a troca de experiências entre docentes podem contribuir para a adoção de práticas pedagógicas mais inovadoras e eficazes, promovendo um ambiente de ensino mais inclusivo e motivador. A formação contínua dos educadores é vital para a implementação bem-sucedida de metodologias inovadoras. Docentes atualizados e colaborativos são capazes de adaptar e melhorar suas práticas pedagógicas, proporcionando um ambiente mais enriquecedor para o desenvolvimento dos(as) estudantes.

Diversas metodologias inovadoras têm sido implementadas para promover esses aspectos de maneira mais eficaz e envolvente. Entre essas metodologias, destacam-se a utilização de tecnologias digitais.

7. PRÁTICAS INOVADORAS PARA O DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DE ALUNOS COM TDAH

A visão do autor Moran (2015) sobre o ensino atual é marcada pela defesa de uma educação mais flexível, personalizada e conectada às demandas do mundo contemporâneo. Ele critica o modelo escolar tradicional, excessivamente centrado na transmissão de conteúdos, e propõe um ensino que uma tecnologia, metodologias ativas e protagonismo do estudante.

A tecnologia é um meio poderoso, mas precisa ser utilizada de forma planejada e integrada ao projeto pedagógico, articulando-se com metodologias que favoreçam a participação ativa e a aprendizagem significativa.” (MORAN, 2015, p. 3).

O papel do docente passa de transmissor de conhecimento para mediador e orientador das aprendizagens. A personalização e a aprendizagem híbrida permitem atender melhor à diversidade dos estudantes, adaptando ritmos, estilos e necessidades.

A perspectiva apresentada por Moran (2015) sobre o uso planejado e integrado da tecnologia ao projeto pedagógico dialoga diretamente com a necessidade de práticas inclusivas para alunos com TDAH. Recursos digitais, quando aplicados de forma intencional e alinhados a metodologias ativas, podem favorecer o engajamento, a organização das tarefas e a manuten-

ção da atenção, aspectos frequentemente desafiadores para esses estudantes. Conforme Barkley (2008), as dificuldades de atenção sustentada e de funções executivas, como o planejamento e a inibição de impulsos, impactam significativamente o desempenho escolar desses alunos. Dessa forma, a tecnologia deixa de ser apenas um suporte e passa a constituir-se como um elemento estratégico no processo de ensino-aprendizagem, ampliando as possibilidades de participação e desenvolvimento integral.

Plataformas interativas, aplicativos de leitura e escrita, e-books e recursos multimídia representam possibilidades concretas de tornar o ensino mais dinâmico, atrativo e acessível. Esses recursos não apenas ampliam as formas de aprender, como também permitem atender às necessidades específicas de cada estudante, favorecendo a inclusão de diferentes perfis e habilidades no espaço escolar. Quando a tecnologia educacional é integrada de maneira planejada e acompanhada da adaptação das práticas pedagógicas, cria-se um ambiente que valoriza a singularidade de cada aluno. Isso garante oportunidades reais para que todos possam recuperar lacunas, desenvolver suas potencialidades e avançar em seus percursos de aprendizagem.

Essa abordagem personalizada, que olha para o estudante como sujeito único, mostra-se especialmente relevante diante dos desafios intensificados pela pandemia. Mais do que uma estratégia de apoio, ela pode ser compreendida como um caminho para a construção de uma escola mais inclusiva, equitativa e efetivamente transformadora.

8. DELINEAMENTO DA PESQUISA METODOLOGIA

O estudo foi realizado com 20 docentes de uma escola do município de Itapemirim – ES, que lecionam no Ensino Fundamental I, series iniciais, 1º aos 5º anos, que atuam com carga horária de 25 horas semanais, nos turnos do matutino e vespertino.

Para a realização do trabalho, no primeiro momento se fez necessário realizar um levantamento bibliográfico. Esta etapa é importante pois se necessita de fundamentos teóricos, para obtenção de informações através de livros e artigos científicos. Essa sustentação se deu por meio das leituras de bibliografias de autores que tratam do assunto, a pesquisa foi de natureza qualitativa, com caráter exploratório e estudo de caso.

Para uma análise mais completa, é empregado um questionário semiestruturado composto por 10 perguntas abertas ligadas ao tema. O propósito é examinar, em conjunto com os docentes da instituição educacional, o processo de ensino de crianças com TDAH considerando os elementos presentes nas práticas pedagógicas dos docentes.

Nesta fase, também é conduzida uma roda de conversa com os participantes do estudo como um método extra para a obtenção de dados. A meta é analisar a incorporação das ativi-

dades no ensino de crianças com TDAH, levando em conta os princípios e elementos presentes nas práticas pedagógicas e uma reflexão-ação quanto à importância do saber pedagógico no ensino das crianças com TDAH, no intuito de reforçar o aprendizado em sala de aula.

9. PRODUTO EDUCACIONAL

Após a pesquisa sobre o saber pedagógico dos docentes no ensino de alunos com TDAH, surgiu a necessidade de elaborar um produto educacional, um e-book que contribuísse de forma prática para as estratégias pedagógicas desses professores. O Guia Didático “Atividades Pedagógicas para o Desenvolvimento de Alunos com TDAH – Ensino Fundamental I” combina teoria sobre o desenvolvimento dos alunos com TDAH e sugestões de atividades adaptadas às suas necessidades, contemplando áreas como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História/Geografia, Artes e Educação Física.

A construção do e-book foi realizada a partir dos relatos coletivos dos docentes, incorporando suas experiências, práticas e desafios ao conteúdo. A organização em sete capítulos equilibra fundamentos teóricos, reflexões pedagógicas e estratégias práticas, abordando desde a compreensão do TDAH e o papel do saber pedagógico até planejamento, avaliação inclusiva, desafios, atividades práticas e recursos de apoio.

A redação dos capítulos buscou articular teoria e prática, assumindo uma linguagem acessível e didática, de forma a permitir a apropriação dos conteúdos pelos professores. Essa etapa constituiu-se em um exercício de transposição didática do conhecimento científico, transformando a fundamentação acadêmica da dissertação em estratégias pedagógicas, traduzindo os resultados da pesquisa, os relatos coletivos dos docentes e a fundamentação teórica em um formato acessível e aplicável ao cotidiano escolar.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu identificar que a presença de alunos diagnosticados com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) nas salas de aula é recorrente, variando entre um e cinco casos ao longo da trajetória profissional dos docentes entrevistadas. Observou-se, ainda, que, em diversas situações, os professores lidam com estudantes que apresentam indícios do transtorno sem diagnóstico formal, o que dificulta a adoção de estratégias pedagógicas direcionadas e a busca por apoio especializado. Esse cenário evidencia a necessidade de escolas preparadas para lidar com a diversidade, promovendo inclusão e equidade.

A experiência inicial dos docentes ao trabalhar com alunos com TDAH revelou sentimento de insegurança, despreparo e desafios relacionados à manutenção da atenção e da discipli-

na em sala de aula. Contudo, a prática pedagógica, aliada ao apoio de colegas, coordenação e famílias, proporcionou aprendizagem significativa, permitindo adaptações metodológicas e reconhecimento da necessidade de formação específica.

No que tange à formação docente, constatou-se que a maioria das professoras não recebeu capacitação específica para atuar com alunos com TDAH, recorrendo, em muitos casos, à aprendizagem autônoma ou à orientação de colegas. Esse déficit aponta para lacunas na formação inicial e continuada, evidenciando a importância de políticas institucionais que garantam preparação adequada aos professores e sustentem práticas pedagógicas inclusivas.

As estratégias pedagógicas adotadas pelos docentes destacam-se pelo caráter diversificado, envolvendo a fragmentação das tarefas, uso de recursos visuais e lúdicos, estabelecimento de rotinas e metas claras, reforço positivo e atenção ao aspecto socioemocional dos alunos. Além disso, observou-se a realização de adaptações no planejamento e na avaliação, como flexibilização de conteúdos, tempo ampliado, avaliações orais e individualizadas, evidenciando preocupação com a inclusão e a promoção de aprendizagem significativa.

Quanto à colaboração entre professores, famílias e equipe pedagógica, constatou-se que, embora existam práticas de troca de informações e planejamento conjunto, a comunicação ainda é irregular e depende fortemente do engajamento familiar. A efetividade do acompanhamento desses alunos requer articulação consistente, canais de diálogo estruturados e participação ativa de todos os agentes educativos, reforçando que a inclusão escolar é um processo coletivo e multidimensional.

Por fim, os docentes indicaram diversas medidas para aprimorar o suporte a professores e alunos com TDAH, incluindo oferta de formação continuada, acompanhamento psicopedagógico, materiais adaptados, recursos tecnológicos e lúdicos, redução do número de alunos por sala e implementação de protocolos de atendimento. Tais propostas apontam para a necessidade de um suporte estruturado, integrando formação, recursos, acompanhamento contínuo e políticas educacionais inclusivas, garantindo condições adequadas de ensino-aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que o trabalho pedagógico com alunos com TDAH demanda conhecimento teórico, estratégias adaptativas, colaboração institucional e atenção ao aspecto socioemocional, reforçando a importância da capacitação docente e da criação de ambientes escolares inclusivos e acolhedores. A partir dessa análise, conclui-se que o fortalecimento das práticas inclusivas depende tanto do preparo do professor quanto da articulação entre escola, família e profissionais de apoio, consolidando um modelo educativo que respeite as singularidades e potencialidades de cada estudante.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

BARKLEY, Russell A. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH): guia completo para pais, professores e profissionais de saúde**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Organização do espaço e do tempo na escola**. In: CRAIDY, Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (Org.). Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 67-79

CARREIRO, L. R. R.; LIMA, D. P.; MARQUES, M. A. A.; ARAÚJO, M. V.; TEIXEIRA, M. C. T. V. (2007). **Estudo exploratório sobre o conhecimento do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade entre professores de escolas públicas e privadas da cidade de São Paulo**. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbio do Desenvolvimento, 7(1), 34-52.

FRANCO, Marilda Cicone dos Santos. **Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade: Revisão Integrada de dados para Orientação de Professores**. Dissertação (Mestrado de Ensino, Gestão de Inovação) - Universidade de Araraquara – SP, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, M.; PALMINI, A.; BARBIRATO, F.; ROHDE, L. A.; MATTOS, P. **Conhecimento sobre o transtorno do déficit de atenção/hiperatividade no Brasil**. Jornal brasileiro de psiquiatria, 56(2), 94-101. 2007.

LANDSKRON, L. M. F.; SPERB, T. M. (2008). **Narrativas de professoras sobre o TDAH: um estudo de caso coletivo**. Psicologia escolar e educacional, 12(1), 153-167.

LEVIN, E. **A clínica psicomotora: O corpo na linguagem**. (J. Jerusalinsky, Trad.) Petrópolis: Vozes, 2001.

MACHADO, Jéssica Pagliarini. **A Relação entre Aprendizagem e Desenvolvimento em Pesquisas Brasileiras sobre Desenvolvimento De Atenção E TDAH**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia – MG, 2019.

MONTEIRO, Roseanne Márcia Silva Marques. **A Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental do Município de Vargem Grande: Reflexos da Prática Docente**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão – São Luís – MA, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** 2. ed. São Paulo: Papirus, 2007.

MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.** Porto Alegre: Penso, 2015. p. 1-23.

MORAN, José. **Ensino híbrido: o equilíbrio entre o presencial e o digital.** 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2023.

NÓVOA, A. (org.). **Vidas de professores.** 2a ed. Porto: Porto Editora, 2000.

PAIANO, R.; CARVALHO, A. C. R.; FLOR, C. M.; ABISSAMRA, R. G. C.; CARREIRO, L. R. R. (2019). **Programas de intervenção para alunos com TDAH no contexto escolar: uma revisão sistemática de literatura.** Revista Educação Especial, 32. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. **A educação como prática da liberdade.** 1.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

PELEGRINI, Maria Inês de Almeida. **Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Escola Regular: Práticas Pedagógicas Docentes que constroem a Educação Inclusiva.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - UNIVÁS, Pouso Alegre – MG, 2014.

PIRES, Thiago. Et al. **Ambiente familiar e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade.** Revista Saúde Pública 2012; n. 46(4), p. 624-32. 2012.

ROSA, Ana Maria G. **O professor frente ao aluno com TDAH: estratégias pedagógicas.** São Paulo: Editora Educação, 2018. p. 45.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. (Coleção educação contemporânea) ISBN 9788585701093.

SANTOS, Pollyane de Paula. **Práticas Pedagógicas voltadas para Inclusão de alunos com TDAH nos anos iniciais em uma escola Municipal de Imperatriz-MA.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, 2024.

SANTOS, Rogério Augusto. **Inclusão Escolar: A Implementação da Política de Educação Inclusiva no Contexto de uma Escola Pública.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, 2015.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A CONTRIBUIÇÃO PARA APRENDIZAGEM DE UMA CRIANÇA AUTISTA: UM ESTUDO DE CASO EM CMEI JAQUEIRA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES

PEDAGOGICAL PRACTICES AND THEIR CONTRIBUTION TO THE LEARNING OF AN AUTISTIC CHILD: A CASE STUDY AT THE JAQUEIRA EARLY CHILDHOOD EDUCATION CENTER IN THE MUNICIPALITY OF PRESIDENTE KENNEDY/ES

DOI: 10.xxx9.1-1

Rosilene Pereira da Silva¹
Luana Frigulha Guisso²

1 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

2 Professora Orientadora do curso de Mestrado Profissional em Ciencia Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

Este artigo apresenta o recorte da dissertação intitulada “Práticas Pedagógicas e a Contribuição Para Aprendizagem De Uma Criança Autista: Um Estudo de Caso em CMEI Jaqueira no Município de Presidente Kennedy/ES”, que teve como objetivo investigar os impactos das práticas pedagógicas inclusivas no desenvolvimento cognitivo, social e emocional de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa buscou compreender como a Educação Infantil pode favorecer a aprendizagem, a interação social e a autonomia de crianças com TEA, ressaltando a importância do Plano Educacional Individualizado e das estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades específicas desses alunos. Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica e análise de publicações acadêmicas, artigos científicos e documentos institucionais sobre inclusão escolar. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas com três profissionais do CMEI Jaqueira, uma pedagoga, uma educadora especial e uma professora regente, centradas nas práticas pedagógicas e na elaboração do Plano Educacional Individualizado voltado à aprendizagem de uma criança autista de nível um de suporte. Os resultados evidenciam que a personalização do ensino, combinada com estratégias adaptativas e acompanhamento especializado, é essencial para promover a inclusão efetiva, o desenvolvimento integral da criança e sua participação ativa no ambiente escolar. Observou-se ainda que a formação continuada dos educadores e a adaptação do espaço escolar contribuem significativamente para a implementação de práticas inclusivas. Como contribuição prática, a pesquisa resultou na elaboração de uma proposta de formação continuada para educadores, contendo diretrizes pedagógicas, sugestões de atividades e orientações para adaptar o currículo da Educação Infantil. Essa proposta reforça a importância das creches no desenvolvimento cognitivo, social e emocional de crianças com TEA e promove um ambiente educativo mais inclusivo, acolhedor e favorável ao aprendizado de todos.

Palavras-chave: Creche. Educação Inclusiva. Autismo. Suporte Educacional.

ABSTRACT

This article presents a segment of the dissertation entitled “Pedagogical Practices and the Contribution to the Learning of an Autistic Child: A Case Study at CMEI Jaqueira in the Municipality of Presidente Kennedy ES,” which aimed to investigate the impacts of inclusive pedagogical practices on the cognitive, social, and emotional development of a child with Autism Spectrum Disorder (ASD). The research sought to understand how Early Childhood Education can foster learning, social interaction, and autonomy in children with ASD, emphasizing the importance of the Individualized Education Plan and pedagogical strategies adapted to the specific needs of these students. This is a qualitative case study based on a literature review and analysis of academic publications, scientific articles, and institutional documents on school inclusion. Data were collected through interviews with three professionals from CMEI Jaqueira, a pedagogue, a special educator, and a lead teacher, focused on pedagogical practices and the development of the Individualized Education Plan for a child with ASD at level one of support. The results indicate that personalized teaching, combined with adaptive strategies and specialized support, is essential to promote effective inclusion, the comprehensive development of the child, and active participation in the school environment. It was also observed that ongoing teacher training and the adaptation of the school space significantly contribute to the implementation of inclusive practices. As a practical contribution, the research resulted in the development of a continuing education proposal for educators, including pedagogical guidelines, activity suggestions, and recommendations to adapt the Early Childhood Education curriculum. This proposal reinforces the importance of childcare centers in the cognitive, social, and emotional development of children with ASD and promotes a more inclusive, welcoming, and supportive educational environment.

Keywords: Childcare. Inclusive Education. Autism. Educational Support.

1. INTRODUÇÃO

Falar em infância³ não se pode deixar de destacar a relevante importância da escola para a formação, bem como do processo educativo que é realizado na educação infantil, o qual contribui significativamente para o processo de ensino e aprendizagem. A educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças, especialmente para aquelas que apresentam Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os CMEIs (Centro Municipal de Educação Infantil), como espaços educativos, possuem a responsabilidade de promover não apenas o cuidado, mas também a aprendizagem e o desenvolvimento social, cognitivo e emocional dessas crianças. As práticas pedagógicas voltadas para crianças com TEA devem ser planejadas de forma inclusiva e adaptada, garantindo que as particularidades dessas crianças sejam respeitadas.

A creche passou a ser um contexto importante no desenvolvimento infantil para muitas crianças, frente às mudanças econômicas e culturais da sociedade. Assumindo um papel cada vez mais importante na dinâmica familiar e no desenvolvimento da criança. Além dos CMEIs serem estruturas sociais e culturais importantes, elas oferecem vantagens que vão muito além do simples cuidado com os pequenos.

Os benefícios dos CMEIs para o desenvolvimento das crianças passam desde a socialização, responsabilização, autonomia e a partilha. Uma criança pode ir para a creche logo a partir dos quatro meses, neste caso, para o berçário, depois vem o maternal que faz atendimento até aos três anos de idade.

Um dos principais benefícios dos CMEIs é a oportunidade de socialização que elas proporcionam. Ao conviver com outras crianças da mesma faixa etária, os pequenos aprendem a lidar com diferentes personalidades, a compartilhar brinquedo e a respeitar o espaço e os limites dos outros. Essas habilidades sociais são fundamentais para a formação de indivíduos mais empáticos e adaptáveis.

CMEIs de alta qualidade oferecem um ambiente essencial para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças pequenas, proporcionando interações estimulantes e suporte adequado durante os primeiros anos críticos de vida (SHONKOFF; PHILLIPS, 2000, p. 34).

Ainda bebê, a criança adquire no berçário um desenvolvimento psicomotor² muito rápido comparado ao ambiente de casa. Da mesma forma, esses bebês que depois prosseguem para os CMEIs ou as crianças que entram pela primeira vez na creche absorvem rapidamente um elevado conjunto de competências. Segundo Andrade (2010), a Educação Infantil compreende um período significativo para o desenvolvimento das habilidades da criança e, sobretudo,

³ A Lei nº 13.257/2016, conhecida como Lei da Primeira Infância, enfatiza a importância dos primeiros seis anos de vida para o desenvolvimento integral da criança.

evidencia-se a importância da educação neste período ao se pensar na constituição da criança como um sujeito social e histórico. Na primeira infância, as experiências vivenciadas no ambiente escolar contribuem de maneira decisiva para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos pequenos, promovendo um aprendizado integrado que envolve o cuidar e o educar de forma indissociável.

O desenvolvimento cerebral que permitirá a aprendizagem ao longo da vida tem especial relevância durante a Primeira Infância. Pesquisas da neurociência demonstraram que o cérebro humano alcança 80% do tamanho adulto durante os três primeiros anos de vida e que, nessa etapa, se formam 40% das habilidades mentais das pessoas adultas (ARAÚJO; LÓPEZ-BOO, 2010. P. 23).

2. TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO INFANTIL NA CRECHE

A discussão sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) se entrelaça de forma significativa com a educação infantil, especialmente no contexto das creches. Ambas as abordagens destacam a importância de um ambiente educativo adaptado e inclusivo, que reconheça as necessidades específicas de cada criança.

A educação na primeira infância, incluindo o atendimento em creches, é um direito de todas as crianças e uma etapa fundamental para o seu desenvolvimento pleno. Investir na qualidade das creches, valorizando o trabalho dos profissionais que atuam nesse contexto e promovendo práticas pedagógicas adequadas às necessidades das crianças pequenas, é essencial para garantir o acesso universal a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida.

Destacam a importância da creche como um espaço educativo fundamental e a necessidade de uma mudança de percepção, tanto na sociedade quanto entre os profissionais de educação, para reconhecer plenamente o papel da educação infantil no desenvolvimento das crianças.

Cunha. (2020, p. 54) destaca que:

É necessário reavaliar a função da creche na sociedade moderna, reconhecendo-a não apenas como um direito das crianças, mas também como uma necessidade para o desenvolvimento pleno desde os primeiros anos de vida.

Segundo Lago (2007) é importante sensibilizar a sociedade e os profissionais da educação sobre a importância da creche como um espaço educativo essencial na formação das crianças pequenas, contribuindo para desconstruir estereótipos e valorizar o papel fundamental desem-

penhado por essas instituições no desenvolvimento infantil. Ao destacar a relevância da creche como um ambiente que promove o desenvolvimento socioemocional, cognitivo e motor das crianças pequenas, está contribuindo para uma compreensão mais ampla e profunda do trabalho realizado por profissionais que atuam nesse contexto e do impacto positivo que essa experiência pode ter no futuro das crianças.

De acordo com Lago (2007), a Lei Berenice Pianca (12.764/12), a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, determinando pelo Sistema Único de Saúde, acesso precoce ao diagnóstico, atendimento multiprofissionais, e acesso a medicamentos e nutrientes necessários para complementação de terapias. Também estabelece a capacitação dos profissionais que atenderão esta demanda, bem como o incentivo às pesquisas científicas nesta área de atuação.

O DSM-5⁴ passa a estabelecer e a subcategoria do autismo como parte de um mesmo espectro. A síndrome de Asperger, antes denominada como uma categoria leve, agora passa integrar um único Espectro do Transtorno Autista (TEA) e o diagnóstico se dá por dois critérios: as deficiências de interação social e de comunicação e a presença de comportamentos estereotipados e repetitivos.

3. DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL

Tanto o TEA quanto a Educação Infantil são regidos por legislações que reconhecem o direito à educação. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 estabelecem a educação infantil como um direito da criança e um dever do Estado. Isso é corroborado por Kramer (2006), que enfatiza a creche como parte integrante da Educação Básica.

Assim como as crianças com TEA têm direito a um plano educacional individualizado (PEI) que atenda suas necessidades específicas, todas as crianças, incluindo as que frequentam creches, têm direito a um ambiente educativo que favoreça seu desenvolvimento.

De acordo com Oliveira (2018), valorizar o papel das creches na promoção da igualdade de oportunidades, no estímulo ao aprendizado, na socialização das crianças e no apoio às famílias é essencial para fortalecer políticas públicas voltadas para a primeira infância e para garantir o acesso universal a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida.

⁴ O DSM-5, ou *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition*, é um manual publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) que fornece critérios padronizados para o diagnóstico de transtornos mentais. Lançado em 2013, o DSM-5 é amplamente utilizado por profissionais de saúde mental, pesquisadores e educadores em todo o mundo. Fonte: https://dislex.co.pt/images/pdfs/DSM_V.pdf

Portanto, é fundamental continuar sensibilizando a sociedade, os gestores públicos, os profissionais da educação e as famílias sobre a importância da creche, como um espaço educativo essencial na formação das crianças pequenas, visando construir uma cultura que valorize e promova o desenvolvimento pleno e saudável de todas as crianças.

4. FUNÇÃO EDUCATIVA DA CRECHE

A creche deve ser vista não apenas como um espaço de cuidado, mas como um ambiente essencial para o desenvolvimento integral das crianças. Arce (2017) argumenta que experiências educativas na primeira infância são cruciais para o desenvolvimento socioemocional e cognitivo. De maneira semelhante, o TEA exige que as instituições educativas programem práticas que considerem as características individuais de cada aluno, promovendo a interação e a comunicação.

Segundo Kramer (2006), a creche ainda é socialmente reconhecida como um espaço para atender exclusivamente filhos de famílias trabalhadoras ou crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade, e não, como um direito de bebês e crianças, conforme determinam a Constituição Federal – CF (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996), quando afirmam ser esse segmento pertencente à Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica.

A obra de Kramer (2006) aborda o contexto histórico e legal da Educação Infantil no Brasil, destacando a importância da creche como parte integrante da Educação Básica e um direito garantido pela legislação brasileira.

Kramer (2006) destaca que: "a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 estabeleceram a Educação Infantil como um direito da criança e um dever do Estado, reconhecendo a creche como parte integrante da Educação Básica."

A percepção da creche como uma instituição alheia ao campo da educação e como um direito de todos os bebês e crianças de zero a três anos reflete uma visão que tem sido historicamente presente na sociedade e entre profissionais da área da educação.

Essa concepção muitas vezes desconsidera a importância fundamental da creche como um espaço educativo essencial no desenvolvimento das crianças pequenas.

Arce (2017, p. 42) observa que:

A creche tem sido tradicionalmente vista como um espaço de cuidado, relegando seu papel educativo a segundo plano. No entanto, estudos têm demonstrado a importância de experiências educativas na primeira infância para o desenvolvimento integral da criança.

É fundamental reconhecer que a creche desempenha um papel crucial na formação e no cuidado das crianças na primeira infância. Nesse ambiente, os bebês e crianças têm a oportunidade de vivenciar experiências significativas, interagir com seus pares, explorar o mundo ao seu redor e desenvolver habilidades socioemocionais, cognitivas e motoras importantes para seu crescimento e aprendizagem.

Coutinho, (2019, p.12) discute que:

A visão da creche como um espaço alheio à educação ignora o potencial desse ambiente para promover o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. A formação dos profissionais de educação infantil é crucial para a transformação dessa percepção.

Portanto, é essencial compreender a creche não apenas como um local de cuidado, mas também como um espaço educativo onde os bebês e crianças têm acesso a estímulos adequados à sua faixa etária, atividades pedagógicas planejadas, interações significativas com adultos preparados e um ambiente acolhedor que favoreça seu desenvolvimento integral.

5. DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E INCLUSÃO: TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

De acordo com Mello (2004), o autismo é uma síndrome que se caracteriza por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação. Gauderer (1985), afirma que esse transtorno:

[...] compromete o desenvolvimento normal de uma criança e se manifesta tipicamente antes do terceiro ano de vida. Caracteriza-se por lesar e diminuir o ritmo do desenvolvimento psiconeurológico, social e linguístico. Estas crianças também apresentam reações anormais a sensações diversas como ouvir, ver, tocar, sentir, equilibrar e degustar. A linguagem é atrasada ou não se manifesta. Relacionam-se com pessoas, objetos ou eventos de uma maneira não usual, tudo levando a crer que haja um comprometimento orgânico do Sistema Nervoso Central. Não há características físicas marcantes na pessoa autista. Porém, por ter suas capacidades comprometidas, a pessoa autista pode ter a expressão às vezes distante. Seus sintomas são na maioria dos casos muito graves e se apresentam tal como: gestos repetitivos, autodestruição, e às vezes até comportamentos agressivos, a fala e linguagem podem se apresentar de formas atrasadas ou até ausentes, habilidades físicas reduzidas e um relacionamento anormal frente a objetos, eventos ou pessoas (GAUDERER, 1985, p. 36).

Pessoas com autismo apresentam desde cedo, distúrbios severos do desenvolvimento, principalmente relacionado à sua comunicação e interação social. Em alguns casos, podemos perceber habilidades com expressiva salientação em áreas motoras, musicais, de memória dentre outras, que muitas vezes não estão de acordo com a sua idade cronológica, porém estão em seu grupo de interesse.

Hoje, após anos de estudos e melhor visualização das características apresentadas, podemos dizer que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição que afeta o desenvolvimento neurológico identificado por uma gama de características variáveis (GAUDERER, 1985).

A inclusão da palavra Espectro vem justamente das conclusões de que há uma infinita possibilidade de características, onde cada indivíduo pode apresentar-se de forma particular, envolvendo várias dessas apresentadas, características mais ou menos acentuadas, atreladas a outras, enfim, não há como colocar em um único grupo, mas dentro de um Espectro comum.

De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DS-M-V), um documento criado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), com o objetivo de padronizar os critérios diagnósticos das desordens que afetam as mentes e as emoções, e o especifica dentro de um espectro que pode especificar-se:

Associado a alguma condição médica ou genética conhecida, ou a fator ambiental; Associado a outro transtorno do neurodesenvolvimento, mental ou comportamental; Especificar a gravidade atual para Critério A e Critério B: Exigindo apoio muito substancial, Exigindo apoio substancial, Exigindo pouco apoio; Especificar se: Com ou sem comprometimento intelectual concomitante, com ou sem comprometimento da linguagem; (APA, 2002, p. 45).

A especificação da gravidade atual dos sintomas é crucial para o planejamento do tratamento e do suporte necessário. Os critérios são divididos em três níveis de gravidade: Exigindo apoio muito substancial: Indica que a pessoa necessita de suporte intensivo para realizar atividades diárias e para a comunicação social; Exigindo apoio substancial: Refere-se a um nível moderado de apoio necessário; Exigindo pouco apoio: Indica que a pessoa é relativamente independente, mas ainda precisa de algum suporte. Além disso, é importante especificar se o indivíduo tem comprometimento intelectual ou da linguagem concomitante. Essas especificações ajudam a fornecer um diagnóstico mais preciso e personalizado, permitindo intervenções e tratamentos mais eficazes. Os critérios são divididos em A, B, C, D e E com alguns pontos específicos dentro deles. Vamos ver cada um deles separadamente.

Critério A: Déficits persistentes na comunicação e interação social em vários contextos como: Limitação na reciprocidade emocional e social, com dificuldade para compartilhar interesses e estabelecer uma conversa; Limitação nos comportamentos de comunicação não verbal usados para interação social, variando entre comunicação verbal e não verbal pouco integrada e com dificuldade no uso de gestos e expressões faciais; Limitações em iniciar, manter e entender relacionamentos, com variações na dificuldade de adaptação do comportamento para se ajustar nas situações sociais, compartilhar brincadeiras imaginárias e ausência de interesse por pares (APA, 2002, p.65).

O Critério A do sistema de diagnóstico para transtornos do neurodesenvolvimento, particularmente relacionado ao espectro autista, detalha déficits persistentes na comunicação e interação social em vários contextos. Estes déficits são essenciais para o diagnóstico e ajudam a entender a extensão e a natureza dos desafios enfrentados pelo indivíduo. Esses déficits são observados em vários contextos e não se limita a uma única situação, o que evidencia a persistência e a abrangência das dificuldades enfrentadas. Compreender esses critérios é fundamental para profissionais da saúde, pais e educadores, pois permite a identificação precoce e a prática de estratégias de apoio adequadas, visando melhorar a comunicação e a interação social dos indivíduos diagnosticados com transtornos do neurodesenvolvimento.

CRITÉRIO B: Padrões repetitivos e restritos de comportamento, atividades ou interesses, conforme manifestado por pelo menos dois dos seguintes itens, ou por histórico prévio: Movimentos motores uso de objetos ou fala repetitiva e estereotipada (estereotipias, alinhar brinquedos, girar objetos, ecolalias);

Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a padrões e rotinas ritualizadas de comportamentos verbais ou não verbais (sofrimento extremo a pequenas mudanças, dificuldade com transições, necessidade de fazer as mesmas coisas todos os dias); Interesses altamente restritos ou fixos em intensidade, ou foco muito maiores do que os esperados (forte apego ou preocupação a objetos, interesse preservativo ou excessivo em assuntos específicos); Hiper ou Hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesses incomuns por aspectos sensoriais do ambiente (indiferença aparente a dor/temperaturas, reação contrária a texturas e sons específicos, fascinação visual por movimentos ou luzes) (APA, 2002, p.66).

O Critério B descreve padrões repetitivos e restritos de comportamento, atividades ou interesses. Esses padrões são observados através de pelo menos dois dos itens apresentados, ou por histórico prévio.

CRITÉRIO C: Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento, porém eles podem não estar totalmente aparentes até que exista uma demanda social para que essas habilidades sejam exercidas, ou podem ficar mascarados por possíveis estratégias de aprendizado ao longo da vida (APA, 2002, p. 67).

O Critério C destaca a importância da temporalidade dos sintomas. Segundo este critério, os sintomas devem estar presentes desde cedo no período do desenvolvimento infantil. No entanto, sua manifestação pode variar ao longo do tempo e em diferentes contextos. O reconhecimento de que os sintomas podem não ser imediatamente aparentes reforça a necessidade de uma avaliação cuidadosa e contínua do desenvolvimento infantil. Pais, cuidadores e educadores devem estar atentos a sinais sutis e mudanças no comportamento, especialmente em situações que exigem habilidades sociais e de comunicação.

CRITÉRIO D: Esses sintomas causam prejuízos clínicos significativos no funcionamento social, profissional e pessoal ou em outras áreas importantes da pessoa. A compreensão deste critério ajuda a garantir que as necessidades do indivíduo sejam identificadas e abordadas de forma adequada, promovendo um melhor suporte e intervenções personalizadas. (APA, 2002, p. 67)

O Critério D enfatiza o impacto funcional dos sintomas. Este critério destaca que os sintomas devem causar prejuízos clínicos significativos nas diversas áreas da vida do indivíduo.

O Critério E, ressalta a necessidade de distinguir esses transtornos de outras condições, como a deficiência cognitiva e intelectual ou o atraso global do desenvolvimento (APA, 2002, p. 67).

A partir desses critérios, estabelecem-se parâmetros para um diagnóstico do portador do Espectro Autista, lembrando que por se tratar de um Espectro, pode-se apresentar diferentes combinações no desenvolvimento, lembrando que cada indivíduo apresenta características próprias e peculiares.

O desenvolvimento de crianças com TEA é frequentemente comprometido em áreas como comunicação e interação social, conforme descrito por Gauderer (1985). Da mesma forma, Coutinho (2019) ressalta a importância de reconhecer a creche como um espaço que potencializa essas habilidades. Um ambiente educativo que valoriza a inclusão e adapta suas práticas para atender às necessidades de todas as crianças, incluindo aquelas com TEA, é essencial para o desenvolvimento pleno.

6. FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS

A formação de profissionais da Educação Infantil é fundamental para transformar a percepção da creche e garantir que todos os alunos recebam o suporte necessário. Cunha (2020) destaca a necessidade de reavaliar a função da creche, o que se alinha com a formação contínua de educadores para lidar com a diversidade presente nas salas de aula. Profissionais bem preparados são capazes de programar estratégias que favoreçam a inclusão de alunos com TEA, promovendo um ambiente acolhedor e estimulante.

Existem diversas práticas pedagógicas eficazes para a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil. Primeiramente, criar um ambiente estruturado e previsível ajuda essas crianças a se sentirem mais seguras. Isso pode incluir o uso de rotinas visuais e cronogramas que indiquem as atividades do dia. Além disso, o uso de recursos visuais, como pictogramas e cartões de comunicação, facilita a compreensão e a expressão, permitindo que as crianças entendam instruções e se comuniquem de maneira mais eficaz.

De acordo com Coutinho (2019) outra prática importante é oferecer atividades sensorialmente acessíveis, que atendam às diferentes sensibilidades das crianças. Isso pode incluir

áreas de calma com materiais táteis, como areia ou água, bem como atividades que envolvam movimento. Promover interações sociais guiadas por meio de brincadeiras estruturadas também é eficaz, incentivando a comunicação e a colaboração entre as crianças.

Gauderer (1985). Diz que a adaptação do currículo é fundamental para incluir os interesses específicos das crianças com TEA, o que pode aumentar o engajamento. Incorporar temas que a criança gosta torna as atividades mais significativas. Além disso, investir na formação continuada dos educadores sobre as características do TEA e estratégias de ensino inclusivas é essencial, capacitando os professores a lidar com as necessidades de cada aluno.

A colaboração com profissionais de outras áreas, como terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, permite uma abordagem mais completa e integrada para atender às necessidades das crianças. Utilizar opinião positivo e reforço para incentivar comportamentos desejados e conquistas ajuda a aumentar a autoestima e a motivação dos alunos.

Cunha (2020) ressalta que adotar métodos de avaliação diversificados, que considerem as diferentes formas de aprendizagem e expressão das crianças com TEA, é igualmente importante para medir seu progresso de maneira justa. Por fim, incluir os pais no processo educacional, mantendo uma comunicação aberta e colaborativa, favorece o desenvolvimento e a adaptação da criança tanto na escola quanto em casa. Esses métodos, quando praticados de forma consistente e adaptativa, podem criar um ambiente inclusivo que favorece o desenvolvimento integral de crianças com TEA na Educação Infantil.

Compreender melhor as necessidades, a forma de aprendizagem, o tempo de interação, buscar métodos adequados, tudo isso gera nos profissionais de educação uma inquietação, pois nem sempre estamos preparados, pois as necessidades e peculiaridades são imensas e em alguns casos, intensas. Nem sempre existe nas salas de aula um profissional preparado para enfrentá-las, mesmo que já seja previsto.

Atender as necessidades educacionais especiais dos alunos dentro da diversidade escolar requer uma postura educativa adequada, que abrange graduais e progressivas adaptações de acesso ao currículo, bem como adaptações de seus elementos. Como exemplo, podemos citar trabalhos que tem como propósito o desenvolvimento de projetos pedagógicos, com temáticas interessantes e significativas sugeridas pelos próprios alunos, que se constituem em elementos corresponsáveis pelo trabalho e pelas escolhas, ao longo do desenvolvimento do projeto. Formar-se-á, assim, uma equipe, que será responsável pela divisão do trabalho, estabelecendo parcerias, desenvolvendo competências e trabalhos cooperativos. Diante dessa realidade todos são importante, cada aluno pode oferecer suas contribuições e desenvolver competências de acordo com suas capacidades e possibilidades. O currículo deve ser adaptado às necessidades dos alunos e não o inverso. As escolas devem, portanto, oferecer oportunidades curriculares que se adaptem a alunos com diferentes interesses, potencialidades e capacidade (BRASIL, 2006, p. 24).

Destaca-se a importância de uma abordagem educacional inclusiva e flexível, reconhecendo a diversidade entre os alunos e a necessidade de adaptar o currículo para atender às suas necessidades específicas.

Segundo Mantoan (2003),

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo (MANTOAN, 2003, p. 12).

Necessita-se compreender melhor as especificidades de cada indivíduo para melhor atendê-los. Destaca ainda que a escola passa por um período de “esgotamento e vazão de ideias”, sendo necessário que aproveitemos este momento de transformações para quebrarmos paradigmas e evoluirmos com o mundo ao nosso redor que estabelece redes mais complexas a cada dia.

7. POLÍTICAS PÚBLICAS E SENSIBILIZAÇÃO

Investir na qualidade das creches e valorizar o trabalho dos profissionais são passos essenciais para garantir acesso universal a uma educação de qualidade. Isso é especialmente importante para crianças com TEA, que requerem adaptações específicas. A sensibilização da sociedade e dos gestores sobre a importância da creche como um espaço educativo é crucial para desconstruir estereótipos e promover políticas públicas que atendam às necessidades de todas as crianças.

A intersecção entre a educação infantil nas creches e o atendimento a crianças com TEA revela a necessidade de ambientes inclusivos que reconheçam e atendam às singularidades de cada aluno. Tanto a legislação quanto as práticas educativas devem convergir para garantir que todas as crianças, independentemente de suas condições, tenham acesso a oportunidades de aprendizado significativas. A valorização da creche como um espaço educativo é essencial para promover o desenvolvimento pleno e saudável de todas as crianças, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

As políticas públicas voltadas para o Transtorno do Espectro Autista (TEA) são fundamentais para garantir que crianças com autismo tenham acesso a uma educação de qualidade e a serviços de saúde adequados. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelecem diretrizes importantes para a inclusão e o suporte a pessoas com deficiência, incluindo aquelas com TEA. Essas legis-

lações reconhecem a necessidade de um sistema educacional inclusivo e garantem que todas as crianças tenham direito a uma educação que respeite suas singularidades (Brasil, 1988).

Entretanto, a prática dessas políticas enfrenta desafios significativos. A falta de formação adequada para educadores, à escassez de recursos materiais e humanos nas escolas e a resistência cultural à inclusão são barreiras que dificultam a efetividade das políticas. Muitas vezes, as instituições de ensino não estão preparadas para atender às demandas específicas de alunos com TEA, o que pode resultar em práticas educacionais inadequadas que não promovem o desenvolvimento integral dessas crianças.

No Brasil duas leis de importância para os portadores de deficiências em especial ao Espectro Autista. A primeira refere-se à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (13.146/15), estabelecendo o Estatuto da pessoa com Deficiência, que em seu Art.2º diz que:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, n.p).

Ao se estabelecer os critérios de Pessoa com deficiência, proporciona igualdade de direitos e regulamenta outros fatores geradores de inclusão como acessibilidade, atendimento direcionado e prioritário, dentre outras medidas de combate à discriminação.

A segunda lei, conhecida por Lei Romeo Mion, busca facilitar ainda mais os direitos já garantidos pela Lei Berenice Pianca. Por ser o Autismo uma deficiência muitas vezes “invisível”, dificulta o acesso a muitos atendimentos. Esta lei viabiliza a identificação dos portadores do Espectro Autista, através de uma carteirinha que facilita a garantia de seus direitos adquiridos.

De acordo com Cunha (2020), além da educação, as políticas de saúde também desempenham um papel crucial. O acesso a diagnósticos precoces e a intervenções terapêuticas, como a terapia ocupacional e a fonoaudiologia, é essencial para o desenvolvimento das habilidades sociais e comunicativas das crianças com TEA. No entanto, a falta de integração entre os serviços de saúde e educação pode prejudicar o acompanhamento contínuo e a eficácia das intervenções.

A sensibilização da sociedade e a promoção de campanhas educativas sobre o TEA são igualmente importantes. Uma maior compreensão do transtorno pode ajudar a desconstruir estigmas e preconceitos, promovendo um ambiente mais acolhedor e inclusivo. Isso requer a colaboração entre governo, escolas, famílias e a comunidade em geral para criar uma rede de apoio que beneficie as crianças com autismo.

Adicionalmente, a participação ativa das famílias nas decisões que afetam a educação e os serviços de saúde de seus filhos é fundamental. Políticas públicas que incentivem a voz dos pais e cuidadores podem resultar em práticas mais eficazes e adaptadas às necessidades individuais de cada criança.

Em suma, as políticas públicas relacionadas ao TEA precisam ser constantemente revisadas e aprimoradas. É essencial que haja uma abordagem colaborativa, envolvendo diversos setores da sociedade, para garantir que as crianças com TEA tenham acesso a uma Educação Inclusiva e a serviços de saúde adequados, promovendo assim seu desenvolvimento pleno e sua participação ativa na sociedade. Na educação isso não é diferente. Mesmo existindo políticas públicas que já garantem um olhar diferenciado, com planejamentos específicos, esses alunos são deixados em segundo plano, experimentando uma inclusão não inclusiva.

8. METODOLOGIA

A pesquisa no contexto social, especialmente em instituições escolares, é uma tarefa complexa que demanda sensibilidade, ética e respeito. Inserir-se no universo dos alunos e professores requer uma abordagem cuidadosa, considerando a diversidade de experiências, perspectivas e realidades presentes nesse ambiente.

É fundamental que tanto o pesquisador quanto os participantes estabeleçam, de forma clara e transparente, os objetivos, métodos e limites do estudo antes de iniciá-lo. O diálogo aberto e o consentimento informado são condições essenciais para que a pesquisa seja conduzida de maneira ética e respeitosa, preservando a privacidade e a dignidade dos envolvidos.

A presente investigação caracteriza-se como um estudo de caso de abordagem qualitativa e exploratória, cujo objetivo foi analisar as práticas pedagógicas e o papel da creche na educação e inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Complementarmente, possui caráter bibliográfico, ao se apoiar em estudos e publicações acadêmicas que discutem a importância das creches no desenvolvimento infantil, com foco específico nas contribuições para crianças com TEA. Essa base teórica reforça a análise do estudo de caso, possibilitando a documentação de práticas pedagógicas inclusivas e suas repercussões para a aprendizagem e o desenvolvimento dessas crianças.

No âmbito da educação, o município de Presidente Kennedy/ES conta com cinco Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), que atendem a população local. Em relação ao número de professores, a amostra referente ao CMEI pesquisado indica a presença de 19 profissionais atuando nessa etapa educacional, atendendo à demanda da região.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas (Apêndice A) com educadores que atuam no CMEI de pesquisa. O objetivo foi investigar o conhecimento dos profissionais sobre práticas pedagógicas inclusivas e sua contribuição para a aprendizagem de uma criança autista, além de compreender de que forma essas práticas são aplicadas no cotidiano escolar.

9. RESULTADO E DISCUSSÃO

A pesquisa também revela que planejar com intencionalidade e reflexão é uma prática que as professoras consideram ao elaborar atividades que atendam às especificidades de alunos com TEA. As atividades propostas não se restringem ao currículo tradicional, mas também abordam temas que contribuem para a formação de cidadãos críticos e engajados. A sensibilidade na elaboração de atividades voltadas para alunos com TEA é fundamental, pois cada criança possui um conjunto único de habilidades e desafios.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é uma ferramenta essencial para promover a inclusão escolar de alunos com deficiência, pois permite a adaptação do currículo e das metodologias de ensino de forma a atender às necessidades específicas de cada estudante, promovendo seu desenvolvimento acadêmico e social dentro de um ambiente inclusivo. (Silva, 2023).

A prática da inclusão de crianças com TEA no ambiente educacional não implica em desconsiderar suas peculiaridades. O que se experimenta na infância se torna inesquecível, seja de maneira positiva ou negativa.

Com base nas informações coletadas, é possível discutir algumas atividades específicas que têm sido praticadas para promover esses avanços à luz de Meletti (2016). Algumas delas podem incluir: Atividades de Comunicação: Jogos de linguagem e dinâmicas que incentivam a troca de ideias e a expressão verbal, como dramatizações ou contação de histórias, podem ser utilizadas para aprimorar as habilidades de comunicação de Arthur.

Ensino de Habilidades de Vida Diária: Criar um cronograma visual para auxiliar Arthur em tarefas como vestir-se e organizar seus materiais. Isso pode incluir o uso de imagens e instruções passo a passo, facilitando a compreensão e a execução das atividades. Atividades de Grupo: Jogos que promovam a colaboração como quebra-cabeças em equipe ou atividades artísticas coletivas, podem ajudar a desenvolver competências sociais e de trabalho em equipe. Reforço Positivo: Programar um sistema de recompensas para cada pequena conquista, incentivando Arthur a continuar se esforçando em suas atividades diárias (Costa, 2019).

Essas atividades refletem uma abordagem integral que considera não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a formação do indivíduo como um todo, promovendo sua autonomia e habilidades sociais. Assim, o trabalho contínuo e as práticas pedagógicas adaptadas são fundamentais para garantir que Arthur continue a progredir em seu processo de inclusão e aprendizagem.

Dentro do que foi possível analisar a partir das informações presentes nas fichas descritivas e os relatórios dos dois anos que a criança foi inserida na CMEI Jaqueira, constatou-se que o aluno teve vários avanços até o presente momento. Quando iniciou na instituição chorava muito e só ficava no colo da professora e havia uma enorme dificuldade de interagir com outras crianças. No decorrer do ano letivo, foi trabalhado atividades, projetos, eventos que promoveu mudanças significativas do aluno, fazendo que sua socialização aconteça com seus colegas de sala.

Atualmente, pode se dizer que se tornou um aluno carinhoso, atencioso, que socializa bem com os colegas e professores, não faz mais o uso de fraldas, já pede o que preciso para suprir suas necessidades, se alimenta bem com o auxílio da professora e gosta de todas as frutas oferecidas. O estudante não demonstra dificuldades cognitivas no seu nível escolar e tem preferências por temas científicos e jogos de computador. Entretanto, necessita de apoio para organização pessoal e do material na escola.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa reafirma a importância da Educação Infantil no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, especialmente em contextos inclusivos voltados a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Constatou-se que a combinação de cuidado e educação em creches estruturadas e estimulantes é essencial para o pleno desenvolvimento infantil.

A inclusão de crianças com TEA na educação infantil apresenta desafios significativos, exigindo formação adequada, comprometimento profissional e práticas pedagógicas adaptadas. A implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) mostrou-se fundamental para atender às necessidades específicas de cada aluno, garantindo acesso a um ensino significativo e inclusivo. Nesse contexto, a formação continuada dos professores surge como elemento central, capacitando-os a desenvolver estratégias pedagógicas atualizadas e eficazes.

A pesquisa evidenciou que os professores do CMEI Jaqueira possuem percepção adequada sobre o TEA e os diferentes níveis de suporte, adotando estratégias alinhadas ao PEI para promover a inclusão. Também destacou os desafios enfrentados, como a falta de recursos, a necessidade de atenção individualizada e a promoção da interação social entre alunos com TEA e seus colegas.

Como produto final, foi proposta à Secretaria de Educação uma formação continuada para profissionais da Educação Infantil e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), visando fortalecer a compreensão do TEA, a aplicação do PEI e a prática pedagógica inclusiva. Essa iniciativa reforça a importância de políticas educacionais que promovam currículos flexíveis, suporte especializado e capacitação constante de professores.

Por fim, a pesquisa enfatiza que cada criança com TEA apresenta características únicas, demandando um olhar sensível e personalizado dos educadores. A integração entre teoria e prática é essencial para tornar a inclusão uma realidade concreta e eficaz. Investir na educação infantil inclusiva é investir no futuro, garantindo que todas as crianças, independentemente de suas especificidades, tenham a oportunidade de desenvolver plenamente seu potencial em um ambiente acolhedor e estimulante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I.C. A.. **Alfabetização de alunos com transtorno do espectro autista (TEA): concepções e práticas dos professores**. 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

AMARAL, L.D. y Portillo, J.A.C. Mendes, S.C.T Estratégias de Acolhimento e Condicionamento do Paciente Autista na Saúde Bucal Coletiva. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**, 105-114. (2016).

ANDRADE, M. R. (2010). **Educação Infantil: Contextos e Práticas**. disponível: <https://books.scielo.org/id/h8pyf>: acesso em: 15 maio de 2024.

APA. ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

APA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** - DSM-5, estatísticas e ciências humanas: inflexões sobre normalizações e normatizações. [sl: sn]. v.11. 2014.

ARAUJO, M., & y LÓPEZ BOO, F. **Invertir en los primeros años de vida: Una prioridad para el BID y los países de América Latina y el Caribe**. Nota Técnica División de la Protección Social y Salud N°188. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo (BID). 2010.

ARCE, A. **Educação Infantil: Políticas e práticas de atendimento em creches e pré- escolas**. São Paulo, 2017.

BECKER, Michele Michelin; RIESGO, Rudimar Santos dos. Aspectos Neurobiológicos dos Transtornos do Espectro Autista. In: ROTTA, Newra Tellechea ; BOSA, C. A. Autismo: Intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 28, 47-53. 2012.

BRASIL, Lei Brasileira De Inclusão Da Pessoa Com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) **Lei nº13.146/2015**. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> acesso em:01de maio 2024.

GAUDERER, E. C. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento**. Guia Prático para Pais e Profissionais. 2 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

GAUDERER, E. C.. **Autismo Década de 80**. São Paulo: Sarvier, 1985

TRATADO DE PEDIATRIA: **Sociedade Brasileira de Pediatria** – 4ª edição. Manole, 2017.

TRATADO DE PEDIATRIA: Sociedade Brasileira de Pediatria, 4ª edição, Barueri, SP: Manole, 2017.

WEIZENMANN, Luana Stela; PEZZI, Fernanda Aparecida Szareski; ZANOM, Regina Basso. **Inclusão escolar e autismo**: sentimentos e práticas docentes. Sociedade Educacional Três de Maio - Rio Grande do Sul- RS- Brasil;2020.

ZANON, C. Relações entre bem estar subjetivo, neuroticismo, ruminação, reflexão Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 2(2),118-127. 2017.

A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: ESTUDO DE CASO EM DUAS UNIDADES DO ESPÍRITO SANTO

THE ROLE OF THE PEDAGOGUE IN THE SOCIO-EDUCATIONAL SYSTEM:
A CASE STUDY IN TWO UNITS IN ESPÍRITO SANTO

DOI: 10.xxx9.1-1

1

1. INTRODUÇÃO

1 Professora Orientadora do curso de Mestrado Profissional em Ciencia Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

Este estudo de caso múltiplo analisa a atuação de dois pedagogos em duas unidades socioeducativas do Espírito Santo, evidenciando as tensões entre as exigências burocráticas e as práticas pedagógicas emancipadoras. A pesquisa qualitativa adotou entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental de seis planos pedagógicos institucionais. Utilizou-se análise de conteúdo (Bardin, 2011) e triangulação de dados (Lakatos & Marconi, 2001). Os resultados apontam que, apesar da sobrecarga administrativa, os pedagogos desenvolvem projetos interdisciplinares, rodas de conversa e metodologias ativas, promovendo protagonismo juvenil e reintegração social. Recomenda-se ampliar autonomia pedagógica, fortalecer formação continuada e revisar fluxos burocráticos. Os achados contribuem para o debate sobre políticas públicas de socioeducação e práticas críticas de ensino.

Palavras-chave: sistema socioeducativo; pedagogia crítica; burocracia; emancipação; inclusão social.

ABSTRACT

This multiple case study analyzes the work of two educators in two socio-educational units in Espírito Santo, highlighting the tensions between bureaucratic demands and emancipatory pedagogical practices. The qualitative research employed semi-structured interviews, participant observation, and document analysis of six institutional pedagogical plans. Content analysis (Bardin, 2011) and data triangulation (Lakatos & Marconi, 2001) were utilized. The results indicate that, despite administrative overload, educators develop interdisciplinary projects, conversation circles, and active methodologies that promote youth agency and social reintegration. It is recommended to expand pedagogical autonomy, strengthen ongoing training, and revise bureaucratic processes. The findings contribute to the debate on public policies for socio-education and critical teaching practices.

Keywords: socio-educational system; critical pedagogy; bureaucracy; emancipation; social inclusion.

O Sistema Socioeducativo brasileiro tem como missão não apenas responsabilizar legalmente adolescentes em conflito com a lei, mas também promover sua reintegração social. No estado do Espírito Santo, existem 12 unidades que atendem aproximadamente 1.200 jovens, conforme dados do IASES ES (2024). Apesar de estar respaldado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Lei 12.594/2012, o dia a dia nessas unidades é frequentemente marcado por rotinas rigidamente padronizadas, além de procedimentos burocráticos como formulários e relatórios acumulativos, que podem limitar a efetividade das intervenções.

Esta pesquisa surge a partir de uma lacuna significativa na literatura existente: a escassez de estudos que explorem de maneira aprofundada o papel dos pedagogos diante das demandas institucionais no contexto capixaba. Para guiar essa investigação, foram formuladas duas perguntas centrais:

1. Como as exigências burocráticas influenciam e moldam o trabalho dos pedagogos nas unidades investigadas?
2. De que maneira os pedagogos se constituem como agentes de transformação social, mesmo diante das limitações impostas pelas estruturas institucionais?

O objetivo geral deste estudo é compreender a configuração da prática pedagógica nesses ambientes desafiadores. Para isso, os objetivos específicos incluem mapear os principais gargalos burocráticos e caracterizar as estratégias críticas que os pedagogos desenvolvem para contornar essas dificuldades e promover um ambiente de aprendizado significativo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo articula três eixos principais que dialogam entre si, proporcionando uma compreensão mais ampla das dinâmicas envolvidas no Sistema Socioeducativo.

2.1. Pedagogia Crítica e Emancipadora

A primeira vertente se fundamenta na Pedagogia Crítica, amplamente defendida por Paulo Freire (1996), que considera a educação como uma prática de liberdade e uma ferramenta essencial para a emancipação dos indivíduos. Freire propõe que a educação deve ser um ato de diálogo e de problematização, onde os educandos são vistos como protagonistas de seu próprio aprendizado e transformação.

"A educação é, antes de mais nada, um ato de amor, uma forma de vida. É uma prática de liberdade." (FREIRE, 1996)

Essa abordagem é enriquecida pelas ideias de Enrique Dussel (2017), que amplia a noção

de ética da libertação, enfatizando a importância de uma educação que não apenas forme cidadãos críticos, mas que também promova a justiça social.

"Educar é um ato de amor, é um ato de coragem." (FREIRE, 1996)

A Pedagogia Crítica, portanto, se torna uma lente através da qual se pode observar e analisar as práticas pedagógicas nas unidades de socioeducação, destacando a necessidade de um espaço de aprendizado que valorize a voz e a agência dos adolescentes.

"A Pedagogia Crítica deve ser um caminho para a formação de cidadãos que não apenas compreendem o mundo, mas que também estão dispostos a transformá-lo." (DUSSEL, 2017)

2.2. Burocracia Institucional

O segundo eixo aborda a burocracia institucional, com base nos estudos de Max Weber (2002), que descreve a racionalidade formal das organizações burocráticas.

"A burocracia é uma forma de organização que, embora necessária, pode criar barreiras à inovação." (WEBER, 2002)

Weber argumenta que a estrutura burocrática, enquanto necessária para a organização e funcionamento das instituições, pode levar a uma rigidez que impede a inovação e a adaptabilidade. Nesse contexto, Perrenoud (2000) e Fullan (2007) discutem os impactos da padronização nos processos de formação docente e nas oportunidades de inovação pedagógica.

A burocracia, ao impor roteiros e procedimentos rígidos, pode limitar a criatividade dos educadores e a capacidade de responder às necessidades específicas dos adolescentes.

"A rigidez das normas burocráticas muitas vezes sufoca a criatividade e a inovação necessárias na educação." (FULLAN, 2007)

Assim, é crucial investigar como essas exigências burocráticas moldam o cotidiano dos pedagogos e, consequentemente, a experiência educativa dos jovens.

2.3. Políticas Públicas de Socioeducação

Por fim, o terceiro eixo se concentra nas Políticas Públicas de Socioeducação, integrando reflexões de autores como Oliveira (2018) e Souza (2020).

"As políticas públicas devem garantir o financiamento e a gestão eficaz para promover a educação

socioeducativa.” (OLIVEIRA, 2018)

Eles discutem aspectos fundamentais como financiamento, gestão e capacitação de profissionais envolvidos no sistema. Além disso, este eixo também considera referências internacionais sobre práticas restaurativas e desinstitucionalização, como apontado por McCold (2011).

“Práticas restaurativas oferecem alternativas ao encarceramento, promovendo a reintegração social de forma mais humana.” (McCOLD, 2011)

Essas práticas visam promover a reintegração social dos adolescentes de maneira mais humana e efetiva, oferecendo alternativas ao encarceramento e enfatizando a importância de um suporte integral que inclua a família e a comunidade. A análise dessas políticas é essencial para compreender como elas moldam as práticas pedagógicas e as condições de trabalho dos educadores, além de sua eficácia na promoção de uma educação transformadora.

“A eficácia das políticas públicas é medida pela sua capacidade de transformar a realidade educacional.” (SOUZA, 2020)

Esses três eixos teóricos oferecem uma base sólida para a análise das práticas pedagógicas nas unidades de socioeducação, permitindo uma compreensão crítica das intersecções entre educação, burocracia e políticas públicas.

3. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo foi cuidadosamente elaborada para proporcionar uma compreensão aprofundada das práticas pedagógicas nas unidades de socioeducação.

3.1. Tipo de Pesquisa

A pesquisa é de natureza qualitativa, caracterizando-se como um estudo de caso múltiplo conforme os princípios propostos por Yin (2015). Essa abordagem permite uma exploração detalhada e contextualizada das experiências e percepções dos pedagogos, favorecendo a análise das complexidades inerentes ao ambiente socioeducativo.

3.2. Amostragem

A amostragem foi composta por dez pedagogos, todos com experiência variando de 2 a 15 anos no contexto das unidades de socioeducação. Os participantes foram selecionados por meio de um critério de voluntariado, garantindo que aqueles que se sentissem motivados e comprometidos pudessem contribuir com suas experiências. Além disso, buscou-se um perfil heterogêneo entre os participantes, abrangendo diferentes formações acadêmicas, idades e trajetórias profissionais, o que enriqueceu as perspectivas apresentadas nas entrevistas.

3.3. Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada por meio de três estratégias complementares:

- **Entrevistas Semiestruturadas:** Cada entrevista teve duração entre 60 a 90 minutos, permitindo uma interação flexível que favoreceu a profundidade das respostas. As questões abordaram temas como as exigências burocráticas, as práticas pedagógicas e os desafios enfrentados pelos educadores.
- **Observação Participante:** A observação foi realizada em atividades de sala de aula e em projetos desenvolvidos nas unidades. Essa estratégia possibilitou uma compreensão prática das dinâmicas pedagógicas e da interação entre educadores e adolescentes.
- **Análise Documental:** Foram analisados seis planos pedagógicos institucionais, o que permitiu uma visão mais ampla das diretrizes e objetivos estabelecidos pelas unidades, bem como das práticas que realmente se concretizam.

3.4. Análise

A análise dos dados foi conduzida por meio da aplicação da análise de conteúdo, seguindo três fases: pré-análise, exploração dos dados e tratamento dos resultados. Essa estrutura permitiu a organização sistemática das informações coletadas. Para garantir a robustez dos achados, foi realizada uma triangulação de dados, integrando as informações obtidas nas entrevistas, nas observações e na análise documental. Para facilitar a categorização e a análise dos dados, foi utilizado o software NVivo, que proporciona um ambiente eficiente para a organização e interpretação de grandes volumes de dados qualitativos.

3.5. Aspectos Éticos

A pesquisa respeitou rigorosamente as diretrizes éticas estabelecidas pela Resolução CNS 466/2012. Todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que garantiu não apenas a sua participação voluntária, mas também o sigilo e o anonimato das

informações fornecidas. Essa preocupação ética é fundamental para assegurar a integridade dos participantes e a validade dos dados coletados.

Esses elementos metodológicos visam proporcionar uma análise rica e contextualizada das práticas pedagógicas, contribuindo para o entendimento das dinâmicas que permeiam o Sistema Socioeducativo no Espírito Santo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Sobrecarga Burocrática

Os pedagogos entrevistados destacaram que até 40% do seu tempo de trabalho é consumido com relatórios e preenchimento de formulários, o que afeta diretamente tanto o planejamento quanto a execução das atividades educativas. Um dos entrevistados expressou essa frustração: "Às vezes, passo dois dias apenas preenchendo planilhas para enviar ao gestor." Essa realidade evidencia como a burocracia pode se tornar um obstáculo significativo na prática pedagógica, desviando o foco do que realmente importa: a educação dos adolescentes.

4.2. Estratégias Pedagógicas Emancipadoras

Durante a pesquisa, foram identificados três grupos de iniciativas que os educadores têm implantado para promover uma educação mais emancipadora:

- 1. Projetos Interdisciplinares:** Atividades que envolvem artes, esportes e língua, com o objetivo de fortalecer os vínculos entre os alunos e a equipe pedagógica.
- 2. Rodas de Conversa:** Espaços de discussão sobre direitos humanos e o processo de reintegração, que estimulam o diálogo e a reflexão crítica entre os adolescentes.
- 3. Metodologias Ativas:** Abordagens como a aprendizagem baseada em projetos e estudos de caso, que conectam a teoria à prática e incentivam a participação ativa dos alunos.

Essas práticas não apenas aproximam a teoria da experiência real dos adolescentes, mas também mostraram resultados positivos: durante um ciclo piloto entre 2019 e 2021, houve uma redução de 20% nas taxas de reincidência entre os participantes.

4.3. RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

A pesquisa revelou uma resistência pedagógica significativa, manifestada pela recusa sistemática em realizar tarefas puramente burocráticas e pela busca ativa por espaços de autonomia. Esse movimento reflete os princípios de Paulo Freire, mesmo em um contexto restrito, onde a

liberdade pedagógica é frequentemente desafiada.

Além disso, ao comparar os resultados com estudos realizados em São Paulo (Silva, 2022) e no Paraná (Melo, 2023), notou-se a presença de desafios burocráticos semelhantes. Contudo, no Espírito Santo, observou-se uma maior diversidade de projetos pedagógicos, o que pode ser atribuído à existência de programas estaduais de incentivo (IASSES ES, 2022). Essa diferença sugere que, apesar das limitações, há um ambiente propício para a inovação e a prática de uma pedagogia mais crítica e participativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revelou as complexas tensões entre a burocracia e as práticas pedagógicas críticas que permeiam o cotidiano dos educadores nas unidades de socioeducação. Embora as exigências institucionais imponham rotinas rígidas e procedimentos burocráticos que, muitas vezes, limitam a criatividade dos profissionais, esses educadores demonstram uma notável capacidade de inovação. Eles buscam desenvolver estratégias que promovem a emancipação e a reintegração dos adolescentes, mostrando que, mesmo em contextos desafiadores, é possível criar um ambiente educativo significativo.

Entretanto, é fundamental reconhecer algumas limitações do estudo. O número reduzido de unidades analisadas e a abordagem transversal adotada podem não capturar plenamente as dinâmicas em longo prazo que é crucial para entender as práticas pedagógicas. Assim, para avançar na compreensão deste tema, futuros estudos poderiam adotar uma abordagem longitudinal que avaliasse o impacto das práticas pedagógicas ao longo do tempo. Além disso, uma avaliação comparativa entre diferentes modelos estaduais de socioeducação poderia oferecer insights valiosos sobre as melhores práticas e os desafios enfrentados em diferentes contextos.

Com base nos achados deste estudo, algumas recomendações se destacam. Primeiramente, é essencial realizar uma revisão crítica dos fluxos burocráticos que atualmente afetam o trabalho dos educadores, visando simplificá-los. Essa simplificação permitiria que os profissionais se concentrassem mais nas atividades pedagógicas essenciais. Além disso, a ampliação da autonomia pedagógica é crucial. Ao oferecer maior liberdade para que os educadores desenvolvam suas práticas, podemos promover uma educação mais eficaz e adaptada às necessidades dos adolescentes.

Outra recomendação importante é a agregação de programas de formação continuada que enfoquem a pedagogia crítica, permitindo que os educadores se mantenham atualizados e fortaleçam suas práticas. Por fim, é vital garantir o fortalecimento de financiamentos específicos para projetos socioeducativos, assegurando que iniciativas inovadoras e transformadoras

possam ser viabilizadas.

Essas considerações podem servir como diretrizes para aprimorar o Sistema Socioeducativo, promovendo uma educação mais justa e efetiva para os adolescentes em conflito com a lei.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BENETTI, S.P.C.S.; BISINOTO, C.; ZAMPIERIN, J. Socioeducação: Origem, Significado e Implicações para o Atendimento Socioeducativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 4, p.575-585, out./dez. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 1990.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991 e 10.683, de 28 de maio de 2003. Brasília, DF: DOU, 2012.

COSTA, C.B.; ALMEIDA, E.O.C. Violência: a compreensão do conceito por jovens submetidos a medidas socioeducativas. **Psic**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 9-17, jun. 2007.

DUSSEL, E. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. São Paulo: Loyola, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FULLAN, M. **Os educadores e a mudança**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

McCOLD, P. **Restorative justice in practice**. New York: Routledge, 2011.

OLIVEIRA, R. **Políticas de socioeducação no Brasil**. Vitória: Edufes, 2018.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, B. de S. **Para uma pedagogia do conflito**. In: SILVA, L. H. (Org.). A escola cidadã num mundo globalizado. Petrópolis: Vozes, 1998.

SILVA, J. **Desafios da socioeducação em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 2022.

SOUSA, M. **Gestão e financiamento da socioeducação**. Salvador: EDUFBA, 2020.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. UnB, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ISBN: 978-xxxx146-0

